

# PORTUGAL COLONIAL

80



Ano 1.º

**N.º 10**

\*  
**Dezembro  
1931**

BOTELHO

XXXI

REVISTA MENSAL DE PROPAGANDA E  
EXPANSÃO DO IMPÉRIO PORTUGUÊS



# “LIZ”

## CIMENTO PORTLAND ARTIFICIAL

em barricas de 180 kgs.  
e sacos de 50 kgs.

*Produção anual 100.000 toneladas empregando 2 fornos rotativos metálicos*

# Empresa de Cimentos de Leiria

S. A. R. L.

Capital Esc. 8.000.000\$00

Sede:

Rua do Caes de Santarem, 64, 1.º—LISBOA

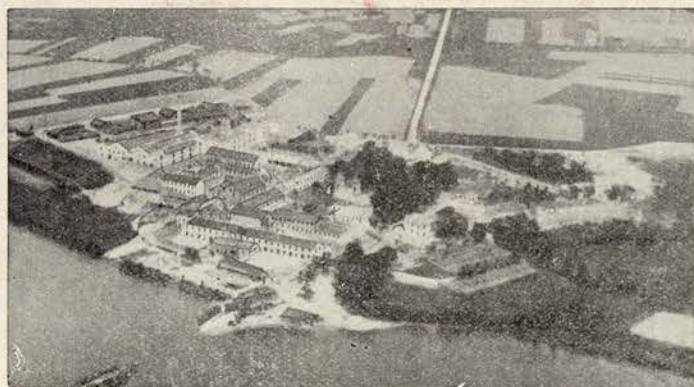
Telefone P B X 21351

Filial no Norte:

Rua Formosa, 297—PORTO

AGENCIAS NA PROVINCIA

## FABRICA DE PORCELANA VISTA ALEGRE—ILHAVO AVEIRO



Armazens de venda

LISBOA—Largo do Chiado, 18  
PORTO—Rua Candido dos Reis, 18

Porcelanas de Arte  
Porcelanas domesticas  
Porcelanas para Industria  
e para electricidade

Sede: LISBOA—Largo da Biblioteca, 17

# Palhares & Palhares, L.<sup>da</sup>

CAMPO DAS CEBOLAS, 11 E 10-A — LISBOA

Comissões e Consignações

AGENTES EXCLUSIVOS  
PARA TODA A ÁFRICA  
OCIDENTAL, GUINÉ E ILHAS DA :

REPRESENTANTES EM:

GUINÉ — J. Neves & C.<sup>a</sup>

LUANDA — Lopes Ferreira & Irmãos

AMBRIZ — J. da Silva e Cunha

BENGUELA — A. Santos Lima

MOSSAMEDES — Lúcio Lopes dos Reis

Companhia Agrícola e Comercial dos Vinhos do Porto —  
Antiga Casa Ferreirinha.

Sociedade Vidago, Melgaço & Pedras Salgadas.

A Alumina, Ltd. — (Fábrica de Louça de Alumínio marca  
«Trevo»).

Adolfo Heiderhoff.

Joahennes Schuback & Sohnuc.

Comptoir des Chaux et Ciments du Tornaïs.

## Companhia de Diamantes de Angola (Diamang)

Sociedade anónima de responsabilidade limitada

Com o capital de Esc. 9.000.000\$00 (ouro)

Direito exclusivo de pesquisa e extracção de diamantes na Província de Angola por concessão do respectivo Governo

Séde Social: LISBOA — Rua dos Fanqueiros, 12, 2.º — Teleg.: DIAMANG  
Escritório em BRUXELAS, LONDRES e NOVA YORK

Presidente do Conselho de Administração  
*BANCO NACIONAL ULTRAMARINO*

Presidente dos Grupos Estrangeiros  
*Mr. Jean Jadot*

Administrador-delegado — *Ernesto de Vilhena*

### Representação e Direcção Técnica em Africa

Representante — *Coronel António Brandão de Melo*  
Caixa Postal 347 — Teleg.: DIAMANG — LUANDA

Engenheiro-consultor  
*Mr. H. T. Dickinson*  
DUNDO — LUNDA

Director técnico  
*Mr. L. J. Parkinson*  
DUNDO — LUNDA

# Companhia do Sul de Angola

*Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, com o Capital*

Autorizado—Esc. 10.000.000\$00

Subscrito — Esc. 6.000.000\$00

SEDE SOCIAL

*Lisboa—R. Vitor Cordón, 12-1.º*

*Telef. 2 4174 — End. Tel. SULANGOLA*

SEDE EM ÁFRICA

MOSSAMEDES—África Ocidental

EXPLORAÇÕES

PESCA—Baía das Moscas, Mossâmedes—Praia Amélia, Pôrto Alexandre

*Fabrico de Conservas, Farinhas e Óleos de Peixe, Pasta Azotada—Fábrica AFRICANA—Mossâmedes*

AGRICULTURA E CRIAÇÃO DE GADO

Mossâmedes, Giraul, S. Nicolau, S. João do Sul, Caroca e Pinda

# Companhia de Mossâmedes

*Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, com o Capital*

Autorizado—Esc. 20.000.000\$00

Subscrito — Esc. 13.995.000\$00

SEDE SOCIAL

*Lisboa—R. Vitor Cordon, 12-1.º*

*Telefone: 2 4174*

SEDE DO COMITÊ FINANCEIRO

na Banque des Interets Français  
23, Rue Louis le Grand — PARIS

SEDE EM ÁFRICA

SÁ DA BANDEIRA—(Lubango)

Criação e Comércio de gados—Explorações agrícolas—Instalações no *Lubango, Tchipa, Ediva, Palanca, Culueque e Tchifito*

---

# BANCO DE ANGOLA

---

(Banco Emissor da Colónia de Angola)

SEDE—RUA DA PRATA, 10

CAPITAL: 60.000.000\$00

FILIAL EM LUANDA

## AGÊNCIAS:

BENGUELA,

LOBITO,

MOSSAMEDES,

NOVA LISBOA,

NOVO REDONDO,

VILA SILVA PORTO,

SÁ DA BANDEIRA,

MALANGE,

SANTO ANTÓNIO DO ZAIRE,

LEOPOLDVILLE (CONGO BELGA)

Comprimidos

para evitar,  
para acalmar,  
para dissipar.

acidez.  
queimaduras.  
câimbras.  
inchacção do  
abdomei.  
vomitos.  
digestões  
difíceis.

**DIGÉRONAL**

**Produto CHATELAIN**

À venda em todas as farmacias

Depositários para Portugal e Colónias:

ANTÓNIO SERRA, LIMITADA

CAMPO DOS MÁRTIRES DA PÁTRIA, 96

Caixa Postal N.º 142

LISBOA

Unico Fabricante/  
**SALVADOR BARATA L<sup>da</sup>**  
19-A-Rua da Gaiivota-19-C  
**LISBOA**

# ETERNIT

**Chapas de fibro cimento**

leves, isoladoras, incombustíveis para telhados, tectos, paredes, etc.



Agentes e depositários exclusivos:

**Corporação Mercantil Portuguesa, Ltd.**

**RUA AUGUSTA, 220, 2.º - LISBOA**

# BANCO DE PORTUGAL

Capital 100.000.000\$00

Fundos de Reserva 72.700.000\$00

Sede - Rua do Comércio, 148 - Lisboa

CAIXA FILIAL NO PORTO

Agências em tôdas as capitais dos distritos administrativos do Continente e Ilhas dos Açôres e Madeira, na Covilhã, Elvas, Extremoz, Figueira da Foz, Guimarães e Lamego.  
Correspondências privativas em Moura, Olhão, Portimão, Torres Vedras e Vila Real de Santo António.

**Correspondentes nas principais terras do país e nas mais importantes praças do estrangeiro**

*Operações — Descontos, transferências, empréstimos caucionados, créditos em conta corrente, compra e venda de cambiais, cartas de crédito sôbre praças estrangeiras, depósitos de dinheiro e valores e tôdas as operações que pela natureza especial da sua instituição lhe são permitidas.*

**USE**

**MURALINE**

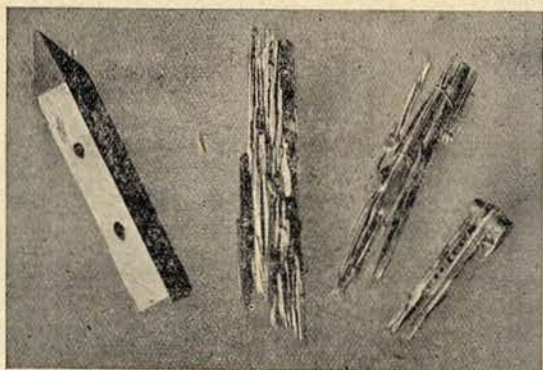
NA PINTURA  
DA SUA CASA

**Pois é a melhor  
pintura a água**



**Mário Costa & C.<sup>a</sup>, L.<sup>da</sup>**

RUA DO ALMADA, 30, 1.<sup>o</sup>  
— — —: PORTO: — — —



*O MELHOR PRESERVATIVO DA MADEIRA*

EVITA OS ESTRAGOS POR TÔDA A ESPECIE  
DE INSECTOS E OS EFEITOS DO TEMPO

ÚNICOS IMPORTADORES

**ROBINSON, BORDSLEY & C.<sup>a</sup> L.<sup>da</sup>**  
CAIS DO SODRÉ, 8, 1.<sup>o</sup> — LISBOA

# Manteigaria Londrina

IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO — FORNECEDORES  
DA COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO

*Especialidade  
em manteigas,  
queijos e con-  
servas. Variado*



*sortido em arti-  
gos de merce-  
ria, Vinhos, Lico-  
res e Champagnes*

**Domingues, Vasconcelos & Mesquita, Limitada**

53, Rua Eugénio dos Santos, 55 — Lisboa

Telephone: 2 7448

## UM BÉBÉ.

Leite condensado

Açucarado Moça

Leite esterilizado

Purissimo

Leite em Pó "Lactogen"

Chocolates Suíços

Queijo Gruyère



REPRESENTANTES

EM ANGOLA

**ZUID AFRIK, HANDELSHUIS**

LOANDA

**VASCO D'OLIVEIRA**

LOANDA

FILIAL EM PORTUGAL

*Nestlé & Anglo Swiss  
Condensed Milk Co*

*Rua Ivens, 11-15 — Lisboa*

# NESTLÉ

# Companhia do Papel do Prado

SOCIEDADE ANÓNIMA DE RES-  
PONSABILIDADE LIMITADA

**Capital acções 7.000.000\$00**



**SEDE EM LISBOA:**

**Direcção - Escritórios:**

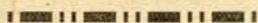
**Rua dos Fanqueiros, 278, 2.º**

**Telefone: A. 2 2331**

**Depósito:**

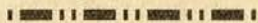
**Rua dos Fanqueiros, 270 a 276**

**Telefone: A. 2 2332 - Telegrama: DELPRADO**



**Proprietária das Fábricas do:**

Prado, Marianaia, Sobreirinho (Tomar), Penedo, Casal d'Ermio  
(Lousã) e Vale Maior (Albergaria-a-Velha)



*Instaladas para uma produção anual de*

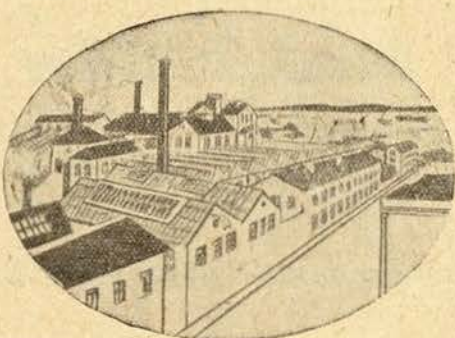
**Oito Milhões de Kilos**

*de papel e dispondo dos maquinismos mais aper-  
feioados para a sua indústria. Têm em depósito  
grande variedade de papeis de escrita, de impressão  
e de embrulho. Toma e executa prontamente en-  
comendas para fabricações especiais, de qualquer  
quantidade de papel de máquina  
continua ou redonda e de forma*



FABRICA DA BORRACHA  
LUSO-BELGA

Victor C. Cordier, L.<sup>da</sup>



Escritório e Fabrica :

Rua do Assucar — ao Beato — LISBOA

Depositos :

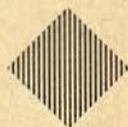
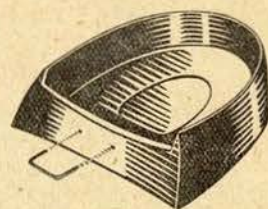
LISBOA — Rua da Prata, 275 e 277

PORTO — Rua das Flores, 136

Telefones :

LISBOA — PB. 23-25459

PORTO — 669

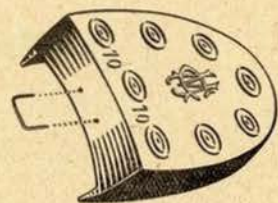
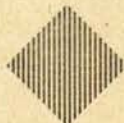


TACÕES  
D'ENCAIXE

ÚNICOS CONCESSIONÁRIOS D'ESTA  
\* \* PATENTE DE INVENÇÃO \* \*

Victor C. Cordier L.<sup>da</sup>  
BEATO — LISBOA

**O tacão ideal!  
não escorrega!  
Suave como  
um Pneu!**



A. Ferreira

EXIJA ao seu fornecedor a marca A. FERREIRA nas tintas de escrever, colas e lacres, ficando certo, assim, de receber produtos de primeira qualidade.

Leiam a

**Revista "Portugal Colonial"**

**A única revista colonial portuguesa**

# Venancio Guimarães & C.<sup>a</sup>

## Lubango

Filiais em Mossâmedes, Humpata e Humbe

ESCRITÓRIO EM LISBOA — RUA DE S. JULIÃO, 23, 1.º

Endereço Telegráfico: VOUGA

## **Comércio Geral, Agricultura, Pecuária e Indústria**

Sócios-gerentes da EMPRESA CAHOLO, L.<sup>DA</sup>

**(Fornos de cal e moagem de cereais)**

Agricultores no **BENTIABA**

**(Fazenda Algodoeira da PUPA)**

Exportadores de gado bovino e peixe sêco

Representantes nos distritos da Huila e de Mossâmedes de:

**Vacuum Oil Company**

**Fábrica de Tabacos Ultramarina**

**Automóveis e camions “FORD”**

**Máquinas de escrever “REMINGTON”**

Representantes no distrito da Huila de:

**BURRELL & C.º**

**Companhia de Seguros “TAGUS,,**

Lotarias de Angola



diariz  
fragojo  
931

DIRECTOR  
**HENRIQUE GALVÃO**  
REDACTOR-PRINCIPAL  
J. DA FONSECA FERREIRA  
EDITOR  
ANTÓNIO PEDRO MURALHA

SEDE  
RUA DA CONCEIÇÃO, 35, 1.º  
Endereço Telegráfico  
«MINERVA»  
TEL. 2 4253  
Propriedade da Empresa  
**PORTUGAL COLONIAL**

PREÇO AVULSO  
Metrópole..... 3\$00  
Colónias..... 4\$00  
(ASSINATURAS)  
Metrópole (6 meses)... 18\$00  
Colónias (6 meses)... 24\$00

COMPOSTO E IMPRESSO  
OTTOSGRAFICA LIMITADA  
F. Conde Barão, 50 — LISBOA  
Visado pela Comissão de Censura

# Uma carta mensal

## de Portugal para as Colónias

Pelo dr.  
**Agostinho  
de  
Campos**

**E**STÁ hoje o mundo inteiro a contas com uma crise que nos faz lembrar o mito antiquíssimo de Prometeu — o semi-deus encadeado ao rochedo por ter furtado a Júpiter, pai e senhor dos deuses, o fogo do céu.

Prometeu pertencia à estirpe dos Titans, enormes revolucionários civis que ajudaram Júpiter no golpe de Estado que deu a este o usufruto do Terreiro do Paço, naquele tempo chamado Olimpo. Não se sabe bem se por influências de família, se por empenhos, se em pagamento de serviços políticos e partidários, foi Prometeu nomeado para um lugar de categoria e com certeza chorudo: o de Conselheiro e Profeta dos Deuses. Era, portanto, o que hoje chamamos um

«tubarão», quando queremos referir-nos, sem nenhuma espécie de simpatia, a qualquer pessoa que tem um cargo público muito mais rendoso que o nosso.

A-pesar-da sua elevada situação burocrática, Prometeu tornou-se muito popular com o andar dos tempos — e adiante veremos porquê. Baste dizer por agora que o espírito público da Grécia antiga já o considerava favoravelmente como inventor de todas as sciências, técnicas e artes «que embelezam a vida dos homens». Por outro lado, gozava no Olimpo de tão grande influência, que era ali ouvido e achado em todos os casos importantes.

Por exemplo: a deusa Minerva, a sábia Atenéa, a primeira doutora na ordem cronológica, o mais antigo José-Leite-de-Vasconcelos de saias que se conhece, não pôde nascer sem a intervenção decisiva de Prometeu.

Mas, como assim? (dizeis), se Minerva saiu, já de capelo e borla, pronta e acabada, da cabeça de Júpiter? Nada mais simples: Prometeu foi o parteiro desse incomparável bom-sucesso. A cabeça de Júpiter, no seu estado interessante,

não atava nem desatava; e o deus grávido sentia nos ouvidos um zumbido que embora já sábio e erudito—um zumbido de Altos Estudos—o incomodava seriamente.

Prometeu foi chamado e (como o seu nome indica) prometeu aliviar o deus sem mais tardança. Prometeu, e cumpriu: com uma pancadinha certa, como quem quebra um ovo para ajudar o pinto, fêz saltar a deusa da Sciência cá para fora, com o livro, a capa-e-batina, a sêbenta, as unhas e as bochechas pintadas de encarnado, as sobrancelhas rapadas em fio, e todos os mais atributos característicos das mínervazinhas de liceu, com que a gente se cruza a cada passo nas ruas de Lisboa.

Mas, no seguimento do mito de Prometeu aparecem várias versões, que se não harmonizam sem trabalho até formarem uma síntese racional satisfatória. A nossa interpretação é a seguinte:

Um belo dia teve Júpiter um acesso de bolchevismo agudo e apeteceu-lhe fazer uma humanidade nova, destruindo a antiga. Naturalmente chamou Prometeu e encarregou-o dos primeiros ensaios. E logo o herói começou a fabricar uma série de grandes bonecos, mais bonitos e mais perfeitos que homens e mulheres. Depois insuflava nos seus titeres o fogo do céu, ou pedía a Júpiter, e também à doutora Minerva, que lhes soprassem lá para dentro o espírito divino, como quem diz: a alma.

La assim tudo muito bem, quando, de-repente, estoira a notícia de que Prometeu furtara a Júpiter o fogo do céu, com que o deus (notem bem) fabricava os seus raios; e logo a seguir sabe-se que o titan fôra expulso do Olimpo e acorrentado a um penedo, onde uma águia vinha todos os dias roer-lhe o fígado, isto é, a sede dos maus sentimentos humanos. . .

Deve ter-se passado então um escândalo semelhante ao que hoje consistiria em ter qualquer director-gerente de uma Central Eléctrica desviado para fins particulares uma parte importante da corrente. O fogo do céu, o raio, é, como sabeis, electricidade em bruto—salvo o devido respeito. E pode ler-se nas entrelinhas do mito (porque os mitos são sempre ricos de entrelinhas onde pode ler-se tudo, e mais alguma coisa) que o engenheiro Prometeu jogava com pau de dois bicos. Ao mesmo tempo que servia Júpiter, trabalhava por sua própria conta, traíndo o patrão e servindo-se do seu cargo para auxiliar uma revolução humana, cujo programa consistia em usar da electricidade sem dar satisfações ao rei dos deuses, senhor do raio e do trovão, únicas manifestações então sensíveis da força maravilhosa que hoje acende as lâmpadas, faz tocar as

campainhas, manda a mil léguas os telegramas, põe a girar as ventoinhas, e ao mesmo tempo aquece e gela, cozinha com toda a limpeza e nos traz aos ouvidos, com tanta nitidez, a meia noite pausadamente batida no relójo de Westminster e os fadinhos mais lambidos e mais mal cantados que se podem execrar.

Prometeu foi assim o precursor dos Edison e dos Marconi. Os poetas amaram-no, sem prestarem grande atenção ao facto grave de ter êle servido ao mesmo tempo a ditadura olímpica e o revivalho humano. Goethe, Herder, Shelley, Junqueiro, cantaram o herói electricista; e Lenine, outro poeta, desinha o comunismo dizendo que êste novo sistema de arrancar a Júpiter o fogo do céu era o socialismo, mais a electricidade.

De acôrdo com esta fórmula está a Rússia a electrificar-se a vapor, o que parece contraditório, mas é nem mais nem menos do que o famoso Plano Quinquenal, que consiste em pôr à ilharga da Europa outros Estados Unidos e Completamente Electrificados, como se nos não bastassem e sobrassem já os da América do Norte.

Há tempos veio um cidadão americano a Portugal, visitou minuciosamente os armazens de Gaia, viu as operárias a engarrafarem vinho, a arrolharem garrafas, a colarem-lhes rótulos, e depois escreveu lá para a terra o seguinte: «Tudo o que na América se faz por electricidade, em Portugal é feito por velhas».

Pois é. Não temos cadeiras engenhosíssimas para «electrocutar» os bandidos, mas também não temos bandidos à moda de Chicago, tão perfeitamente eléctricos, que a própria electricidade não quer nada com êles. E o que se conclui de tudo isto, e da crise geral que parece o fim do mundo, é que o fogo do céu, trazido para a terra, a está incendiando, e não trouxe consigo o paraíso.

Prometeu é o primeiro inventor das sciências e artes que «embelezam a vida dos homens». Já vamos vendo que espécie de beleza é essa.

Electrificaram-se as cidades, e agora querem electrificar também o campo, e produzir cereais a rôdo e a rastos de barato. Para quê? De-certo para os queimarem e deitarem ao mar, como já estão fazendo ao café do Brasil e ao trigo da Argentina.

Não se vê bem que beleza é esta, de produzir de mais para deitar fora, espalhando assim ao mesmo tempo o desemprego e a miséria. Por êste andar, não teremos dentro em pouco, nem electricidade na América, nem velhas em Portugal.

Muitos homens morrem de fome; muitos quási

# A Viagem do Sr. Ministro das Colónias a Paris e Bruxelas

Um grande momento para Portugal

Uma lição que se não pode perder



O SR. MINISTRO DAS COLÓNIAS

A viagem do sr. Ministro das Colónias a Paris, vai ficar entre os acontecimentos dos últimos anos, como um ponto de referência triunfal do esforço honradíssimo que Portugal vem fazendo para recuperar o seu lugar entre os grandes impérios do presente—uma dessas étapes repousantes e consoladoras das quais, na vida como na História, se pode contemplar com orgulho e satisfação toda uma distância percorrida.

ríam e a quem outros negavam qualquer virtude. A sua metrópole era tida como uma arena sangrenta de revoluções e ridículos «coups de théâtre», as suas colónias eram um pretexto para negar a própria virtude que mais profundamente caracteriza a nossa raça—a da capacidade colonizadora. O nosso descrédito era quasi infamante: andava cercado por insultos e gargalhadas. Todavia não eram as qualidades portuguesas que



Almirante Gaço Coutinho



Brigadeiro João de Almeida



General Vieira da Rocha

Há poucos anos ainda Portugal era o grande desconhecido da Europa—pior que um grande desconhecido: era uma espécie de palhaço grotesco que as outras nações olhavam com desdem, do qual uns

*não falam já senão em matar-se uns aos outros. Assim se lhes «embelezou a vida», como dizem que fez Prometeu.*

*Prometeu—mas não cumpriu.*

tinham esmorecido, não era a raça que se tinha abastardado, não era, enfim, o povo português que se tinha deminuído. Ele foi a vítima, não foi um responsável. Vítima de uma geração inferior, dum mecanismo político ignóbil dum as centenas de vendilhões que se tinham instalado no Templo como em mercado de negócios próprios.

Decorreram alguns anos. À custa dum esforço tenaz em que há heroísmo e sofrimento, galhardia e honradez, persistência e espírito de sacrifício, em que, numa palavra, as velhas virtudes portuguesas rompem

o colete de forças que as paralizavam, Portugal, o *mau pagador* do Príncipe de Bulow, paga os seus compromissos externos e saneia as suas finanças internas, restabelece uma Ordem e uma Disciplina, bate sucessivamente com os próprios factos do seu resurgimento a calúnia e a intriga internacionais. Cessam os insultos, são estancadas as gargalhadas—e quando a Exposição de Vincennes abre as suas portas é todo um prestígio que se consolida, um respeito que se forma, uma dignidade que se reconhece.

A visita do sr. Ministro das Colónias encerra com



EM VINCENNES O Sr. Ministro das Colónias e a sua comitiva visitando a Exposição Colonial

chave de ouro êste ciclo heróico do nosso esforço e permite realmente olhar com orgulho a distância percorrida, como o viajero que de altos cimos, em que o ar é mais puro e a paisagem desanuviada, contempla o caminho laborioso e áspero que penosamente atravessou.

¡Não foi com palavras, não, que a dura distância se galgou!

Não foi repetindo os velhos protestos verbais com que antigamente pretendíamos repelir as risadas que alvejavam os nossos erros e os sarcasmos que incidiam sôbre os nossos pecados. Foi com o amargo sacrifício dum povo inteiro, com factos duma dignidade nacional reerguida, com atitudes que redimiram os velhos erros e expiaram os velhos pecados. O nosso prestígio internacional, êsse cume altaneiro donde já hoje contemplamos um futuro mais desanuviado, é bem a nossa obra e o puro resultado dum grande esforço português.

pela riqueza da sua metrópole, o primeiro império colonial do mundo.

Há meia dúzia de anos toda a Europa ignorava a nossa epopeia marítima e a contribuição que Portugal trouxe à civilização mundial. Há meia dúzia de dias Lyautey, o maior realizador entre os coloniais vivos e uma das mais legítimas glórias da França colonial, brindava ao nosso Ministro das Colónias com estas palavras: «*Por todas as partes do mundo de além-mar por onde andei, sempre que via uma fortaleza, uma ponte, um velho caminho e perguntava quem os tinha construído, respondiam-me: foram os portugueses. Faço votos para que se um dia, pelo rodar dos tempos, Marrocos vier a estar sôbre a protecção dos chinas ou dos esquimaus, estes encontrem em toda aquela região traços franceses, iguais aos que vós deixásteis pelo mundo inteiro*».

Há meia dúzia de anos os ministros portugueses passavam despercebidos em Paris como em todo o

mundo — eram bem os representantes dum país sem crédito nem prestígio. Há meia dúzia de dias, na festa de encerramento da Exposição Colonial realizada na Torre de Bronze, o sr. Dr. Armindo Monteiro foi o único convidado para acompanhar o Marechal Lyautey na cerimónia de arrear a bandeira francesa, o ponto final do grandioso certame de Vincennes.

Há meia dúzia de anos faziam-se contra nós campanhas esclavagistas e éramos acusados de deshumanidade para com os indígenas. Há meia dúzia de dias, após a admirável conferência do sr. brigadeiro João de Almeida na Sociedade de Geografia de Paris, Mr. Jacobson, presidente da Sociedade, dizia: «*Não há dúvida. Portugal é o único país colonial que soube levantar até si os fiomens de todas as raças e tratá-los como iguais perante a lei e perante os sentimentos de humanidade*».

Estes quatro acontecimentos, salientes num acolhimento que foi, nos mais pequenos detalhes, revestido duma cordealidade invulgar e que constituiu uma verdadeira consagração do nosso prestígio, das nossas virtudes e do nosso crédito, dão bem a noção da distância percorrida e do nível de dignidade a que nos elevou um esforço persistente e honrado de resurgimento nacional.

Estes são os factos. E estes factos encerram uma lição.

As nações como os indivíduos — e sobretudo aquelas que nem pela força brutal das armas, nem pelo número esmagador da sua população podem impor tiranias ou hegemonias de força — têm que organizar o seu prestígio, a sua dignidade, o seu crédito, dentro das suas fronteiras. As posições internacionais são sempre um reflexo das atitudes internas. Nenhum país será dignamente recebido no concerto das outras nações se dignamente também se não comportar e agir dentro das próprias fronteiras.

Portugal é um grande país que tem fronteiras espalhadas por esse mundo e uma obra de civilização e colonização cujos traços são ainda nítidos e impressionantes na América, na Ásia e na África — em grandes nações de hoje como o Brasil e o Japão, em ricas colónias de outros países como a Índia e Marrocos.

A sua obra de ontem, a sua obra de hoje, são os títulos da sua grandeza, a razão profunda da sua existência. Uma e outra ligam-se, justificam-se, com-

pletam-se. É só num todo harmónico o Mundo as poderá compreender. Não há passado se o presente o negar e só a dignidade de hoje é garantia aceitável das virtudes de ontem. O passado morto, o passado jazigo de família, não conta no Século XX — não contará mais entre as nações que querem viver e andar. O Passado, ou é uma força dinâmica projectada no Presente, ou ninguém o poderá admirar, respeitar e conceber na sua verdade e na sua glória.

O nosso Passado dignifica-nos, eleva-nos hoje, porque temos nestes anos que decorreram demonstrado ao Mundo que somos dignos d'ele e que a nossa missão histórica se vai desenvolvendo no presente com a segurança, o génio e o espírito maravilhoso de expansão que é próprio dum povo que, na unidade da sua independência e do seu carácter, é o mais velho da Europa.

Esta foi a lição de Vincennes, este foi o alto significado que a nós portugueses cumpre apreender no êxito que teve a visita do Ministro das Colónias a Paris.

Os seus resultados — isto é a posição internacional que alcançámos e que é preciso não considerar senão como uma etapa donde precisamos partir para mais alto e mais longe — não se podem perder nem comprometer.

E ir mais além, não os perder nem comprometer, eis todo um programa, mais alto que o dos partidos, dos grupos, dos clans, mais alto que o dos homens e das organizações políticas — [porque é o próprio programa de Portugal!

É preciso, evidentemente, não esquecer o triunfo pessoal do Ministro e quanto as suas qualidades contribuíram para o êxito da viagem. Mas, propositadamente, não lhe queremos dar excepcional relêvo, nem mesmo a côrte de adjectivos que com propriedade se lhe podiam agregar.

Este é um grande momento de Portugal. E perante êle os homens — os maiores — são seres transitórios perante uma idea eterna.

De resto, estamos certos, é o próprio Ministro o primeiro a pensá-lo e a senti-lo porque êle foi, incontestavelmente, no desempenho da sua missão, sobretudo, um grande português!

H. GALVÃO.

## Discurso pronunciado pelo Sr. Ministro das Colónias na Union Coloniale

QUANDO, no princípio do século XV.<sup>o</sup>, os portugueses começaram a descoberta do mundo, tudo na Pátria favorecia os seus altos desígnios.

Vivia-se numa atmosfera espiritual de glória, ascetismo e abnegação. A gente que na rude escola da luta pela independência se tinha educado, soubera criar uma entusiástica geração de continuadores. Nun'Álvares, o herói perfeito, milagre de patriotismo e de pureza, dera à nação um tipo moral que a gente nova procurava imitar nas suas virtudes mais nobres e que comunicou ao povo inteiro uma fé ilimitada e generosa nos destinos de Portugal.

Sob a sua mágica influência se tinham formado os filhos do Rei. Da visão genial do Infante D. Henrique — visão tão larga que de Sagres parecia adivinhar a terra inteira e tão profunda que abraçava tôdas as possibilidades do momento e da raça para a realização do sonho sobrehumano das navegações — servida por uma vontade fria e indomável e por uma sede ardente de saber, por um entusiasmo oculto que da vida parecia desprezar tudo o que não fossem os próprios fins que se propunha, nasceram os mundos novos.

Deante de nós abria-se o mar, que desde o sé-

culo XII nos atraía e ensinava; à arte da navegação tinham-se arrancado já os seus primeiros segredos; o mouro ameaçava a cristandade; e a ambição da glória ganha em batalhas longíquas contra os inimigos da fé, dourava e purificava a ânsia de tôdas as almas para a conquista de territórios que prolongassem Portugal para além dos mares.

Foi neste ambiente que se preparou a expedição contra Ceuta — ao tempo em que, segundo estudos recentes fazem supor — já tinham chegado à côrte portuguesa as primeiras informações sérias sôbre as terras longíquas do Prestes João. Quando o plano de Ceuta — talvez mais justamente diríamos o plano de África — que precedeu decerto a concepção do plano da Índia, foi exposto a Nun'Álvares, êste exclamou como se, de repente, lhe apparecesse tôdo o seu imenso alcance futuro: «Êste plano é uma inspiração divina».

E, enquanto os navios vão prescrutando os segredos das ondas e as ilhas encantadas (a Madeira e



A VISITA AO PAVILHÃO DE PORTUGAL — O Sr. Ministro das Colónias saindo do pavilhão histórico

os Açores) começam a surgir do mar e ao longo da costa as caravelas vão encontrando e devassando terras desconhecidas, a conquista vai avançando em Marrocos num esforço pertinaz. Alcácer Seguer — Arzila e Tânger caem sob o nosso domínio; Larache é abandonada pelos mouros; de Casa-Blanca fizemos uma terra nossa quando já os nossos primeiros navegadores — Gil Eanes, Gonçalo Cabral, Baldaya, Tristão, Fernandes, Bruges — tinham chegado quasi até ao Golfo da Guiné, seguindo, metódica e pertinazmente, a esteira que, do seu ninho de Sagres, a inspiração e o saber longamente acumulado do Príncipe D. Henrique, ia traçando.

Em 1454 — no ano seguinte ao da tomada de Constantinopla e da queda do Império Romano do Oriente — o papa Nicolau V deu-lhe o senhorio e domínio de tôdas as descobertas de África e revela, na sua bula de 8 de Janeiro, o mistério do plano gigantesco do Infante, que as condições da Europa e as relações, hoje conhecidas, com a Abyssínia, explicam de modo convincente: «rendre l'Océan navigable jusqu'aux Indes pour secourir la Chrétienté de l'Occident contre les Sarrasins et pour les soumettre de même que les peuples païens non infestés encore par la perte mahométane».

Ao lado das expedições para descobrir terras,

faziam-se as que tinham um fim puramente científico — como a que, segundo o testemunho de Diogo Gomes, se fez em 1425 para estudar os ventos ao longo da costa de África e as correntes junto das Canárias. Dêste modo formavam os portugueses uma ciência náutica sua, que lhes ensinou os caminhos para os continentes longíquos e cuja superioridade é hoje reconhecida pelos grandes historiadores europeus.

Antes do fim do século XV os nossos capitães já conheciam os aliseos de nordeste e as zonas dos ventos variáveis e dos dominantes no sudoeste; ainda hoje os veleiros seguem no Atlântico rotas muito aproximadas das que nos nossos roteiros do começo do século XVI vêm indicadas.

As descobertas não foram assim uma obra de aventura, empreendida pelo amor do risco, impulsionada pela sêde das riquezas e pela misteriosa atracção do desconhecido. Foram o resultado do seu trabalho metódico, iniciado sôbre informações sérias, disciplinadamente continuado através de estudos e investigações profundas, aproveitando de todos os aperfeiçoamentos aconselhados pela experiência e pelos conhecimentos que, no contacto com o oceano se iam adquirindo e acumulando ano a ano; séculos inteiros de navegação, descoberta e conquista, puzeram à prova tôdas as qualidades do povo, desde as do último marinheiro, que, com uma coragem magnífica, vendia o pavor que no seu espírito humilde tinham criado as lendas sôbre o mar tenebroso, até às dos chefes, cuja capacidade de organização, audácia, sangue-frio, decisão, coragem e tenacidade, tinham de atingir o máximo humano nas grandes e freqüentes horas trágicas das tempestades, dos naufrágios, dos desembarques em terras desconhecidas, dos contactos com as traições dos climas tropicais, da solidão na imensidade das águas, quando se não sabia em que direcção estava a terra e a fome e o escorbuto destruíam as tripulações.

Na aurora da colonização moderna está o sofrimento e o prodigioso trabalho dos portugueses em matéria de navegação e exploração dos litorais.

As terras que iam descobrindo applicámos, logo desde o começo, métodos de colonização que ainda hoje não perderam a actualidade: os monopólios, as doações de territórios, as feitorias, as companhias de comércio com as colónias, foram, desde o tempo de D. Henrique, praticados por nós como sistema de povoar e aproveitar os territórios que desvendávamos.

Após a descoberta, a Madeira e os Açores foram divididos em capitánias e entregues a donatários; tão bem se houveram estes no seu trabalho que, menos de meio século depois de descoberta, a Madeira já levanta 800 homens de armas e tem quatro grandes povoações cujos habitantes vivem do que produzem.

Fez-se aqui a primeira grande prova da nossa capacidade de colonisadores; as lindas ilhas do Atlântico, a que um grande escritor, chamou os primeiros exemplares de colónias propriamente ditas, rapidamente retratam em todos os traços da sua vida, a fisionomia portuguesa. Poucos anos depois de ter vencido os seus limites marítimos Portugal consegue prolongar-se já em terras novas, mantendo o feitiço dos seus habitantes, os seus costumes, tradições, leis, língua e fé.

Aqui achareis, senhores, bem marcada logo desde o início, uma das feições essenciais da colonização portuguesa: reproduzir Portugal em tôdas as latitudes.



Ainda hoje, bem vincadamente, o mesmo facto se verifica: e podereis achar nos quadros da vida agrícola, do sul de Angola o retrato quasi fiel dos trabalhos do campo na provincia portuguesa de Alemtejo.

A rapidez com que povoámos e desbravámos as ilhas da Madeira e Açores repetiu-se sobre o Equador, atestando a nossa capacidade de acção a Ilha de S. Tomé, onde desembarcámos em 1470, depois de descobertas por nós quasi tôdas as ilhas do gôlfo da Guiné, já em 1522 produzia 150.000 toneladas de assucar, em 60 engenhos de portugueses.

Este facto serve para pôr em relêvo uma segunda

ocupação e o comércio, fundamos ao longo das costas as nossas feitorias.

Assim o Infante D. Henrique edificou o forte de Arguim para monopolisar o comércio com o Sudão. Os negros vinham aí trocar os seus produtos pelos nossos; as armadas que percorriam os mares encontravam nelas refugio e mantimentos e os exploradores do Sertão o apoio e a ajuda necessários.

A nação garantiam elas o monopólio da explocomercial que, logo no alvorecer da colonisação do litoral atlântico do continente africano, encontramos entregue a uma companhia de armadores. O mono-



O sr. Dr. Armindo Monteiro condecora o Marechal Lyautey com a gran-cruz da Tôrre e Espada

feição essencial da colonisação portuguesa logo desde a sua aurora: o contacto directo do colono com o natural em matéria de produção agrícola, o empreendimento de culturas tropicais com afeiteamento dos métodos dos indígenas, a introdução de plantas novas onde elas não existiam e o seu cultivo se afigurava possível. Assim, por exemplo, já no século XV o açúcar colonial português tinha conquistado grandes mercados na Europa.

Ao longo da costa de África íamos porém seguindo um sistema diverso; não faltavam aí braços com que cultivar a terra, nem produtos para trocar. O comércio aparecia assim aos nossos navegadores como a forma natural de aproveitar imediatemente os recursos da natureza e as possibilidades dos habitantes. Procuramos sempre adaptar ao meio as formas da nossa colonisação. Para garantirmos a

pólio era defendido pela política de segredo intrinsecamente seguida pela côrte portuguesa em matéria de navegação e comércio ultramarino, política que a-pesar-de ter obscurecido algumas das nossas expedições mais gloriosas e proficuas — como a do Grande capitão Duarte Pacheco em 1498, certas explorações nos mares da América Central, a viagem de Cabral em 1503 e muitas outras — não pode apagar da história, tão grande influência tinham as descobertas nos destinos do mundo, o serviço que os portugueses dos séculos XV e XVI prestaram à humanidade dando à ciência a unidade da terra e à causa da civilização europeia o contacto dos povos e o caminho para o seu universal domínio. Alargamos a vida de homem, os seus interesses, ambições e possibilidades até mal suspeitados limites. Posemo-la em contacto com fenómenos novos e, obrigando os nos-

so navegadores a procurar conhecer as coisas como elas eram na sua verdade inteira, sem curarmos da opinião de Ptolomeu ou Strabão, fomos, no século XV, os creadores do espírito que havia de produzir a Renascença, os precusores de Descartes e de humanismo.

\* \* \*

Nasceram assim em Portugal no século XV, todos os grandes instrumentos da colonização — que nós, como tôdas as outras nações, havíamos de aplicar eficazmente e por muito tempo.

Nas voltas de 1475 o príncipe D. João, o Príncipe Perfeito, toma as rédeas das descobertas e navegações. Era da raça gigantesca do Infante D. Henrique esse homem — «Mestre da arte de reinar», precursor de Machiavel, com recursos de energia superiores a todos os acontecimentos, e a cultura de um grande do renascimento.

Para encaminhar Portugal para os mais nobres destinos a Providência pôs um tal Rei á frente da nação nesta época culminante da sua história.

Sob a sua direcção, a náutica e o conhecimento



O Marechal Lyautey discursando no banquete oferecido pelo Ministro das Colónias de Portugal

do globo fizeram progressos formidáveis. Por terra chegamos à Índia. Por mar, dobramos, com Bartolomeu Dias, o Cabo da Boa Esperança — e, já na costa oriental da África, chegamos ao Rio do Infante. Adquiria-se assim a certeza de um caminho marítimo para a Índia, costeando a África; e aos dirigentes da nossa política ultramarina pareciam por isso vãos os desejos de Colombo de chegar à Índia pelo Ocidente.

O tratado de Tordesilhas 1494, dividiu então os mundos novos entre a Espanha e Portugal.

Ao mesmo tempo que assim caminhávamos no mar, a conquista prosseguia em Marrocos. O nosso primeiro império africano chegou aos seus limites com a conquista de Azamor em 1513. Tínhamos então, no norte da África, uma larga continuação do território nacional. Ceuta, Tanger, Arzila, Alcácer Seguer, Saffim, eram cidade nossas e fortalezas portuguesas erguiam-se em Agus, para lá de Saffim, em Mogador, no Cabo Guez, onde hoje fica Agadir, em Mazagão. De aquí irradiava a influência portuguesa,

de que ainda hoje restam vastos padrões, para as regiões vizinhas, até ao Atlas. Foi Marrocos para nós uma rude escola de guerra — mas muitas das virtudes que depois nos serviram em mais longínquas colonizações adquiriram-se talvez no contacto com as populações marroquinas.

Ái aprendemos que a tolerância para com os povos vencidos devia ser prática constante de quem queria colonisar. Acabada a guerra, se dentro das fortificações se mantinham a disciplina militar, logo as relações com os naturais se procuravam estabelecer em termos de cordealidade. Os mouros vinham às nossas cidades comprar e vender; os que nos estavam sujeitos eram defendidos contra todos os mais como se portugueses sempre tivessem sido; podiam cultivar os seus campos e dispor do seu produto. Todos os vexames inúteis eram poupados aos vencidos. Deles pretendiamos fazer compatriotas que, integrados num mesmo espírito, colaborassem na nossa obra.

Na idea de continuar Portugal nos territórios ocupados de novo — tôda a nossa colonização, desde as suas primeiras eras, como acentuei, foi um esforço nesse sentido — transportávamos muitas das leis que na metrópole regiam a ordem administrativa, civil, militar e penal para os domínios novos. Dávamos facilidades aos nossos comerciantes e aos operários que quizessem emigrar, — tal como hoje é prática corrente ainda.

A legislação protectora do colono europeu appareceu logo com o primeiro balbuciar da nossa colonização. Creamos pensões para os que se inutilissem em África. Talvez por tudo isto rapidamente se ajuntou em Marrocos uma grande população vinda de Portugal.

Depois, compreendendo que era indispensável manter laços de estreita união com a Metrópole, os navios portugueses — do Rei ou de outras entidades — faziam viagens continuas para os novos domínios africanos, mantendo bem viva em todos a obediência ao Rei e a lembrança da terra natal. Por todo o território marroquino surgiram então Igrejas, conventos, casas de modelo português; e até os organismos que, de velha data, a caridade lusitana tinha criado — as Misericórdias — se aclimataram ali como se de facto em Marrocos se continuasse a pátria-mãe.

\* \* \*

Em 1498, com a chegada de Vasco da Gama a Calicut está realizado o grande sonho do Infante D. Henrique: o Islamismo, que se fixara na Europa, vai começar a ser combatido no próprio oriente.

Dois anos depois, Cabral estabelece na Índia a nossa primeira feitoria. Iamos aplicar aqui os métodos coloniais, de que, na costa da África, sobretudo na Guiné, tirávamos os mais proveitosos resultados. Mas na Índia as feitorias tinham de ser fortalezas bem providas e preparadas, porque a intolerância religiosa dos mouros e o seu espírito imperialista se opunham à penetração pacífica dos nossos interesses. Cinco anos depois da chegada de Cabral à Índia podíamos dizer que os mares do oriente nos estavam sujeitos.

Nasceu então o grande sonho da Índia de que havia de resultar a fundação do nosso império do Oriente, que encontrou em D. Francisco de Almeida e Afonso de Albuquerque, os seus mais formidáveis

realizadores. O primeiro praticou uma política essencialmente marítima: «tôda a nosa fôrça seja no mar» escrevia êle ao Rei: em terra apenas feitorias e fortalezas que os protejam. Vista a séculos de distância, essa política é uma epopeia que os clarões gigantescos das grandes batalhas navais iluminam.

Senhores incontestados do mar, tratamos, com Albuquerque, de tomar os pontos estratégicos que podiam garantir a posse da terra; Gôa, Ormuz e Malaca caem em nosso poder sucessivamente. Queriamos Gôa para capital do Oriente; Ormuz porque era o centro de comércio com a Arábia e a Pérsia e Malaca porque todo o extremo oriente vinha ali mercadar. Estava traçado o esboço do império, com a obediência de quasi todo o litoral desde Sofala em África até Malaca e com o domínio sobre as mais importantes ilhas do Indico—de Madagascar a Ceylão.

Em tôda a nossa acção no Oriente nunca abandonamos, através das difíceis eventualidades, os princípios essenciais que guiavam tôda a nossa acção ultramarina.

Em primeiro lugar procuramos atrair a nós as populações indígenas. Fomos neste caminho até onde nunca se tinha ido. Como não se podia levar de tão longe tôda a gente que lhe era necessária, protegeu Albuquerque os casamentos entre portugueses e nativos, na idea de assimilar a população; deu-lhes casas semelhantes às de Portugal e procurou integralas na prática de muitos costumes portugueses, para que tivessem uma vida semelhante à nossa.

Foi ele o verdadeiro iniciador da política de autonomia administrativa e financeira das possessões ultramarinas, o primeiro colonial que compreendeu a necessidade da sua aplicação a domínios longínquos, sem quebra da unidade de soberania nacional. Essa autonomia aparecia-lhe como um instrumento indispensável para a grandeza da pátria.

Por isso a sua política moveu-se dentro da idea de que a Índia devia ser administrada com os seus próprios recursos.

Assim, queria que as despesas da Índia fossem pagas com as suas próprias receitas, formando uma contabilidade independente; entregou aos naturais certas funções públicas, para que quem exercia o poder tivesse a confiança dos administradores; organizou e pôs ao serviço do império tropas indígenas em grande número, seguindo uma prática nascida em Marrocos.

Para que esta política pudesse surgir e crescer sem que os novos domínios perdessem o seu carácter português, procurou Albuquerque transportar para o Oriente as nossas próprias instituições administrativas, creando em Gôa um Senado municipal moldado no de Lisboa.

Foi ele que compreendeu o carácter eminentemente civilizador da colonização; e, embora procurando proteger o comércio nacional, o melhoramento do estado jurídico e espirital do nativo, era preocupação constante dos portugueses, que organizaram nesse oriente remoto, a assistência aos naturais que igualavam a todos os cristãos, europeus ou não, deixando o julgamento dos hindús entregues a juizes da sua raça e procurando, com proibições rigorosas, que datam do século XVI, reprimir os costumes bárbaros por contrários à justiça e à moral que representavam.

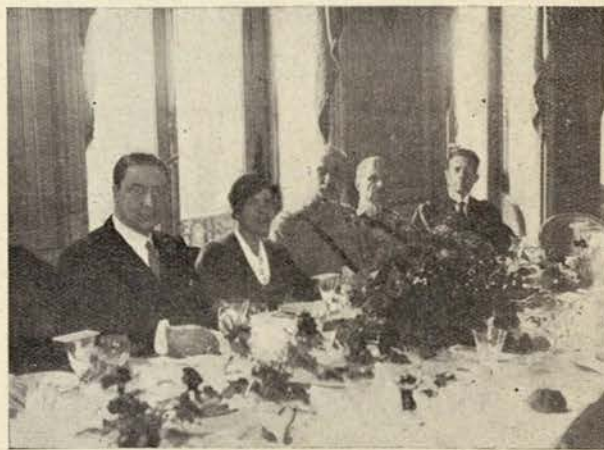
Do nosso imenso domínio do Oriente que durou

até ao século XVII, pouco resta hoje; as vicissitudes da história fizeram-no tombar e nós eramos poucos para sustentar tão vastos senhorios; mas ao fechar o balanço do grande sonho da Índia, podemos dizer que os portugueses que o destino levou até tão distantes países foram no oriente os primeiros soldados da fé cristã, em que resumiamos todos os grandes ideais da nossa velha e augusta civilização latina.

\*\*\*

Em 1500 tornou-se pública a chegada dos portugueses ao Brasil, cuja colonização começou seriamente em 1525. Era o tempo em que os nossos domínios se estendiam desde a África ao Extremo-orient, com fronteiras tais que nunca o sol se escondia neles, na imagem feliz do poeta.

E assim como tínhamos tido, na primeira e na segunda fase das descobertas, o Infante D. Henrique e o Rei D. João que, no momento preciso, tinham aparecido em Portugal, assim na hora em que a colonização tinha para durar, de assumir, em grande escala, um aspecto sistemático, aparece D. João III que, nos campos virgens da América, vai, metódica e



Um aspecto do banquete oferecido pelo sr. Dr. Armino Monteiro às personalidades que o acompanharam

pertinazmente, abrir os alicerces em que assentou a grande nação brasileira.

Começámos a colonisar o Brasil com o sistema das feitorias e doações que tão bons resultados tinha dado já; entre 1530 e 1535 criámos doze capitanias, entre 1557 e 1674 criámos mais onze, muitas das quais eram maiores do que certos países da Europa. Do reino mandámos muita gente: homens de guerra e homens do campo que, como diz um coevo, muitas vezes tinham de conquistar a palmas a terra que lhes era dada às léguas. Não queríamos fazer colonização guerreira, antes, pacificamente, procurávamos tratar com os índios, que em muitas guerras foram aliados fiéis. Mas os conflitos surgiam da cubiça e das ambições humanas, por vezes duramente: e no meio de uma natureza impiedosa, havia que lutar contra homens mais implacáveis ainda. Contudo pareciam superiores a tudo esses portugueses dos séculos XVI e XVII duros na expressão, altivos nas atitudes, espiritualizados pela fé e pela ânsia de bem servir o Rei, inflexíveis na defeza da terra conquistada, émulos dos

homens das descobertas—tal como no-los pintou Parreiras no quadro da Conquista da Amazonia.

Misturavam-se com os indígenas, perpetuavam-se neles, mantendo nos filhos a fidelidade à pátria que os guiava nas suas acções.

Não pode imaginar-se mais liberal método de colonização do que aquele que por nós foi adaptado na terra americana.

Larga autonomia administrativa era dada aos



EM BRUXELAS — Junto do túmulo do soldado desconhecido belga

donatários que, de facto, dispunham nas suas capitânias como senhores quasi absolutos, pois que o Rei se reservava quasi apenas o direito de cunhar moeda e o décimo dos produtos do território doado e que era representado apenas pelos almoxarifes e feitores. A pouco e pouco este regime foi enfraquecendo até morrer, no começo do século XVIII. Para que se não dispersassem actividades e a confusão não vencesse, foi estabelecido um sistema de centralizador logo em meados do século XVI, com a criação do Governo Geral limitado por um alto funcionário da Fazenda e outro da Justiça.

Já então, ao longo da costa, desde Pernambuco a S. Vicente, se viam muitos dos centros da colonização que haviam de constituir as grandes cidades de hoje. Desde o principio tinham logo uma fisionomia portuguesa. Aí, fixava-se a gente ida da Europa, e, como nas povoações lusitanas que tinham deixado, punha-se a cultivar o solo, com a tenacidade e a capacidade de sofrer que são apanágios nossos. As terras eram distribuídas um pouco segundo as possibilidades de cada um. As missões religiosas rapidamente progrediram para o interior, organizando os índios em aldeias, até onde a sua influencia chegava.

O Governo Geral foi o instrumento mais activo da nossa politica no Brazil. A sua acção foi conduzida, a principio, no sentido de fazer um país agrícola; no começo do século XVII orçava já por 500.000 arrobas a produção do assucar. De Portugal vinha tudo o que da Europa era necessário aos colonos: de Angola a força de trabalho necessária às indústrias e à agricultura.

Portugal repetia-se além Atlântico. A própria natureza sofria a influencia do muito que da Europa as nossas naus transportavam. Em homens, saber e riquezas demo-nos liberalmente à America lusitana.

Infelizmente, depois de 1680 o contacto com o

Brazil afrouxou. As lutas que ali se travaram com inimigos de vária nacionalidade nem sempre foram sustentadas pela politica do reino. Mas o espirito português que ali ficara das primeiras épocas resistiu e venceu, conservando durante séculos, a integridade da nação. A exploração das minas um momento fez de Portugal quasi uma dependencia económica do Brazil. Em S. Paulo nasce um espirito novo, audaz, em que o génio dos nossos primeiros conquistadores se revela na plenitude da sua força de acção. Foi elle que deu uma alma de nação ao poderoso Brazil de hoje; consciente da sua riqueza e das suas possibilidades imensas, tomando alento, foi-se emancipando a pouco e pouco, dos laços politicos que o prendiam a Portugal. Um dia proclamou-se independente: mas nada tirará a Portugal a glória imensa de, em três séculos, ter formado um povo que agora tem cerca de 40 milhões de almas e que, do outro lado do Atlântico, representa a sua raça e a sua história, fala a sua lingua e tem a sua fé.

\* \* \*

De toda esta luminosa jornada chegou ao nosso tempo um grande Império. Ocupamos no mundo, no dia de hoje, 2.172.500 quilómetros quadrados, dispersos pela Europa, Ásia, África e Oceania. O Portugal da Europa caberia nesta superficie 23 vezes. Quasi todos os grandes oceanos banham a costa lusitana —o Atlântico, o Índico, o mar da China. A bandeira portuguesa cobre homens de quasi todas as cores e de quasi todas as raças. A consciencia da nação aceita e protege gente de todas as grandes religiões. A lingua dos descobridores no mar fala-se em todos os grandes continentes: na Europa como na América, na África como na Ásia. Parecemos pequenos na Europa e somos grandes no mundo.

E nós queremos que o presente não seja indigno do grande passado de que falei. Essa vontade anima as gerações novas, como electrizou as de nossos pais e avós. Portugal, disperso pelo Ultramar, prossegue a sua história.

Quando, depois de independente o Brazil, nos voltámos para a África, sentimos que, não tendo ocupado o extremo sul do continente, tínhamos praticado um erro irremediável, pois que a ligação das duas costas ia ficar para nós, como sucedeu de facto, comprometida para sempre. Do lado do oriente tínhamos construído fortalezas sólidas, muitas das quais ainda agora atestam a nossa passagem e domínio, mesmo em terras estranhas. No occidente, muitas outras bordavam também as nossas costas.

Mas para o interior, a-pesar-de todas as tentativas que desde o século XVII fazíamos para atravessar a África, o grande continente negro continuava misterioso. A occupação europeia não se afastava para longe das costas. Em Angola, por exemplo, onde noutro tempo tínhamos chegado a ir muito longe, os nossos soldados não distavam das costas mais de duzentos quilómetros.

Por isso podemos dizer que no século XIX ocupámos de facto o nosso quarto império.

Exploradores, comerciantes, soldados, marinheiros, cultivadores, de duas ou três gerações atrás, foram dignos renovadores da obra dos antepassados. Não de entrar na história da África portuguesa com feitos de que os primeiros navegadores e descobridores não desdenhariam.

Nos últimos sessenta ou setenta anos fizemos uma obra imensa — de ocupação e assimilação. Um domínio que em muitos pontos teve de estabelecer-se pelas armas, continua hoje pelo coração.

A nossa penetração fez-se com muito trabalho e sofrimento, suportando os pioneiros do nosso nome as fadigas mais duras, como se fossem insensíveis às privações, mostrando-se pacientes na adversidade, calmos, corajosos e simples nos perigos. Essa penetração e ocupação constituem o orgulho das últimas gerações e se muitos dos que fizeram o império de hoje já desapareceram na sombra da morte — como Sá da Bandeira, Serpa Pinto, Capelo, Ivens, o Grande Mousinho, Ennes, Ornelas, Andrade, Caldas Xavier, Eduardo Costa, Júlio de Paiva, Pereira de Eça e centenas de outros que eu não posso enumerar, porque levaria horas — muitos outros felizmente estão vivos e a nosso lado, mantendo bem a chama do espírito colonial português — Couceiro, Rosado, Azevedo Coutinho, Vieira da Rocha, João de Almeida, Bento Roma, Eduardo Marques, Roma Machado, Vicente Ferreira — chama que nós devemos de procurar manter tão viva como eles, no orgulho de bem servir Portugal para bem servir a humanidade.

Depois de conquistada pelos soldados, conquistámos a África com o agricultor, o missionário e o comerciante. Fizemos Angola e Moçambique, vastos países novos, primeiro com o sangue que alicerça as pátrias, depois com o trabalho e a dor de cada dia, que as fazem grandes. Todo o Império está inteiramente ocupado pela estreita malha das nossas autoridades civis. As nossas guarnições militares são pequenas e constituídas geralmente por tropas indígenas enquadradas por europeus. A sombra das suas baionetas exerce-se plenamente a nossa soberania, que nenhuma rebeldia ameaça.

Podia invocar aqui como títulos de glória para o meu país, no concerto das nações coloniais, as estradas que fizemos — 30.000 quilómetros em Angola, 20.000 em Moçambique — os caminhos de ferro — 1.515 quilómetros em Moçambique, 2.500 quilómetros em Angola — os grandes portos, modernamente apetrechados entre os quais se encontram alguns dos melhores da África, que temos abertos à navegação — Luanda, Lobito, Beira e Lourenço Marques — as redes telegráficas e telefónicas que asseguram, com perto de vinte mil quilómetros de linhas terrestres e muitos postos radiotelegráficos, a rapidez das comunicações nos territórios portugueses do Sul do Equador; poderia falar no intenso movimento comercial das nossas Colónias, nas suas vastas produções, no largo futuro que oferecem.

Mas aqui, no fecho da exposição, como quem fala de uma nobreza nascida há muito e sempre compreendida e continuada, prefiro dedicar uma referência à política indígena dos portugueses — porque é ela que vinca bem o largo sentido humano da nossa colonização.

Sempre esta se deixou dirigir pela ideia de che-

gar à nacionalização dos naturais pela transformação lenta dos seus costumes, língua e instituições. Os maiores agentes deste processo têm sido o contacto diário e íntimo do colono com o negro; a educação religiosa e cívica; o ensino profissional, largamente praticado; a vinda à Metrópole dos melhores indígenas; a colaboração de negros e brancos na obra da administração; a assistência na doença; a estreita protecção nas relações de trabalho. É imensa a obra que neste campo realizamos. Em toda a parte, nas oficinas e nos campos, nos quartéis, nas plantações, ela prosegue, lenta, pertinaz, ininterrupta, transformando as condições morais, intelectuais, físicas e económicas dos indígenas.

Quem visitar certas regiões de Angola e Moçambique e a fértil Ilha de S. Tomé, poderá verificar que não é fácil a qualquer povo ir mais longe no cuidado com o indígena, cuja cultura e saúde, nas nossas mãos experimentadas, melhoram dia a dia.

E orgulhamo-nos de ter não só o respeito mas também o amor das populações negras que nos estão sujeitas; assim se explica que, durante a grande guerra, as tropas negras nos tenham ajudado eficazmente na defesa dos territórios africanos e que, sobre elas se apoie essencialmente o exercício da nossa soberania, na convicção de que onde estiver um negro português está um amigo merecidamente ganho para a causa da nossa colonização.

Por isso, dentro do quadro magnífico que a Exposição Colonial Internacional oferece, diante de



NO REGRESSO DE PARIS — A chegada do Sr. Ministro das Colónias à Estação do Rossio

tantos coloniais ilustres que me ouvem, neste Paris vibrante, luminoso e magnífico, que o passar dos séculos tornou um dos mais ricos tesouros da humanidade, e de que o génio francês conseguiu fazer o mais alto e claro esplendor da vida moderna, eu julgo que, sem exagero, posso reivindicar para os portugueses o título de grandes soldados do espírito latino e cristão, de activos semeadores da civilização, que, sem eles, não seria hoje o que é.

**A conferência do Sr. Brigadeiro João de Almeida,  
em Paris, na Sociedade de Geografia sôbre**

## **“O Espírito da Raça portuguesa na sua Expansão Além-Mar”**

Realizou-se no dia 25 de Novembro, na sala da Sociedade de Geografia em Paris, a conferência do sr. brigadeiro João de Almeida sôbre o Espírito da Raça Portuguesa na sua Expansão Além-Mar.

A conferência que revestiu um grande brilho teve um público numeroso e escolhidíssimo, o que nos leva a transcrevê-la na íntegra, bem como aos discursos pronunciados pelo Ministro das Colónias de Portugal, que presidiu à sessão, e por M. Jacobson, presidente da Sociedade de Geografia que fez a apresentação do Ministro.

A mesa era constituída pelo Ministro das Colónias; o representante do Marechal Lyautey; M. Jacobson, presidente da Sociedade de Geografia; Almirante Gago Coutinho; Ministro de Portugal em Paris, sr. Ochoa; O secretário geral da Sociedade; o tenente Henrique Galvão.

Abriu a sessão o presidente da Sociedade que pronunciou o seguinte discurso:

Sr. Ministro das Colónias de Portugal: Na ausência do sr. Marechal Lyautey, na ausência do sr. Louis Marin, cabe-me a espinhosa honra de vos apresentar a esta assembleia de *élite*. Não me atrevo a fazer aqui o traçado, o *curriculum* da vossa magnífica carreira, conduzida a grande velocidade, mas tomo a liberdade de referir um ponto já hoje evocado—o facto de ter sido V. Ex.<sup>a</sup> quem desempenhou nas mais maravilhosas condições possíveis a missão que resolveu a grande questão das dívidas de guerra de Portugal à Inglaterra.

Foi V. Ex.<sup>a</sup> sub-secretário do Estado quasi na idade em que outros frequentam o liceu. E aos 34 anos ocupa o lugar de comando do mesmo império português. Ver um homem moço à testa dum Ministério tão importante, saber que esse homem conhece a fundo todas as questões económicas, representa para nós tesouros de realizações e de esperanças para o futuro.

Seguir-vos-hemos sr. Ministro na vossa ascensão, que antecipadamente sabemos que ha-de ser magnífica e cheia de vantagens para o vosso país. Aceite V. Ex.<sup>a</sup> hoje a expressão dos votos que a Sociedade de Geografia de Paris faz para que os destinos do Portugal de Além-Mar continuem nas mãos do grande homem de Estado que, apesar de tão novo, V. Ex.<sup>a</sup> é.

Se V. Ex.<sup>a</sup> quer, sr. Ministro, será V. Ex.<sup>a</sup> quem apresentará à assembleia o vosso ilustre compatriota sr. General João de Almeida.

Quanto a S. Ex.<sup>a</sup> o meu papel é certo. Desejo apenas meu general apresentar-lhe os meus melhores agradecimentos pelo brilho que, com a sua presença quis dar a esta Sociedade. Este brilho é devido às vossas magnificas qualidades de homem de Estado, de Ministro das Colónias, de Procurador Colonial. Sentimo-nos felizes por ter V. Ex.<sup>a</sup> entre nós e é muito vivo o interesse com que vamos ouvir a comunicação que nos dá a honra de fazer porque ela nos enrique-

cerá no nosso espírito, na nossa alma e no nosso coração.

Cedendo a palavra a S. Ex.<sup>a</sup> o Ministro das Colónias de Portugal para que êle a transmita ao sr. General João de Almeida, vamos conhecer momentos durante os quais os nossos espíritos se deleitarão, os nossos corações vibrarão, sob pensamentos que são o ideal dos nossos queridos países, Portugal e a França.

O sr. Ministro das Colónias de Portugal, dr. Armando Monteiro, falou em seguida, proferindo o seguinte discurso:

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente: Seria meu dever agradecer as vossas palavras, mas quero primeiro felicitar V. Ex.<sup>a</sup> pelo admirável discurso que proferiu, admirável pela elegância, pelo equilíbrio e pela apresentação bem francesa, qualidades talvez prejudicadas pelas palavras tão amáveis e generosas que disse a meu respeito. Agradeço-lhas de todo o coração.

Pelo que respeita às personalidades portuguesas aqui presentes, as palavras de V. Ex.<sup>a</sup> foram excessivamente generosas. Pelo que respeita ao meu País, foram justas. Os portugueses nem sempre estão habituados a ouvir as palavras de justiça que todos julgamos que êle merece.

Têm V. Ex.<sup>as</sup> hoje na vossa frente, para vos falar da nossa obra colonial, um homem que pode ser apresentado como um exemplo vivo dos nossos métodos de colonização e do qual se pode dizer, no sentido mais lato da palavra, que é um grande colonizador — um homem que assistiu à eclosão de todas as grandes realidades da nossa obra presente e que conheceu todos os perigos no centro da África.

Este homem realizou, na sua vida, metódicamente, uma grande obra que pode, ao mesmo tempo, ser dada como exemplo dos nossos próprios métodos de colonização. Realizando primeiro o esforço heróico da conquista e da ocupação militar, fez também a ocupação administrativa e dela partiu para a conquista do amor e da amizade das raças inferiores.

Na conquista, na acção militar, foi um grande soldado. E dizer que foi um grande soldado não é pouco porque os povos nem sempre têm o sentimento da grandeza dos homens que os servem e também nós, infelizmente, sofremos desse defeito. O general João de Almeida foi, como conquistador, como militar, um grande exemplo. Mas não é o soldado que hoje vos quero apresentar; é o homem que depois de ter realizado o esforço da conquista soube realizar o esforço da ocupação e que, sabendo transformar-se de soldado em administrador pôde transfor-

mar povos hostis em povos portugueses de alma e coração.

De toda a sua gloriosa carreira apenas quero destacar três grandes realizações: o reconhecimento militar das terras do Cuanhama, praticado com um heroísmo que excede todas as palavras; a guerra que nos restituiu a posse efectiva do Sul de Angola; finalmente, o seu governo.

Nestas três grandes realizações encontro reunidos todos os elementos e todas as forças dos nossos métodos de colonização.

Como soldado, repito, teve o «panache» o sentido da grandeza e da nobre função militar que é Servir.

Como administrador, no Sul de Angola, soube fundar, verdadeiramente, um Império, salvando uma região que hoje não seria portuguesa se a sua acção se não tivesse exercido.

Tendes diante de vós um desses grandes construtores de impérios, um dos homens que fundaram o Império Português actual — porque se no passado sofremos as perdas do nosso império desde o Cabo até à Indo-China e do nosso império de Marrocos, soubemos depois restituí-lo visto que o actual é uma realização das últimas gerações. E é por isso que eu julgo poder afirmar que as qualidades colonizadoras da Raça, as nossas faculdades de realização, não são inferiores hoje à dos nossos gloriosos antepassados. A História, por vários títulos tão famosa, da Nação portuguesa é actualmente continuada pelos nossos bravos soldados da África. Foram as gerações passadas que acenderam o facho e o ergueram; as gerações de hoje têm o desejo e a ambição de o conservar bem alto nas suas mãos.

O sr. general João de Almeida vai descrever-vos a nossa colonização desde que ela começou, há muitos séculos, até aos nossos dias. Nas suas palavras encontrareis tudo o que há de magnífico, de glorioso, de soberbo e de sobre-humano no esforço que um povo dum milhão e meio de habitantes realizou e que nós temos, orgulhosamente, como uma das grandes obras da humanidade.

Dada a palavra ao sr. brigadeiro João de Almeida, este iniciou a sua conferência:

Em todas as épocas houve povos que não circunscreveram as suas aspirações ao ambiente em que se haviam criado ou estabelecido. O génio destes povos, todavia, apresenta, de uns para outros, características tão próprias que dão ao seu desenvolvimento histórico directrices *sui generis* bem definidas.

Nenhum povo, em nenhuma época, foi, porém, como o português, animado por força de expansão tão viva e tão original, mantida através dos tempos em todos os períodos do seu desenvolvimento.

A vocação expansiva dos portugueses não foi, com efeito, como tantos por algum tempo julgaram, uma atitude de momento que as circunstâncias provocaram e a boa sorte prolongou.

Há antecedentes que a explicam. Tem raízes no tempo, que importa descartar e pôr bem à vista para que se compreenda de frisante maneira como são remotas as tendências que levaram os portugueses, através dos mares, à busca das novas terras, das novas gentes, e, como dizia o grande cosmógrafo português Pedro Nunes, — «o que é mais novas estrelas...»

Recuaremos, pois, numa visão rápida, aos tempos

longínquos em que surgem através das neblinas, os primeiros indícios da vocação eucomênica de Portugal, antes de ser Portugal, e dos portugueses, antes de serem portugueses...

Todo o território da vertente ocidental do planalto central da Península Ibérica é diferente do restante. A ciência explica essa diferença pela diversidade de origem: — enquanto o centro e o oriente da Península tem a sua origem nos levantamentos dos lagos Numulíticos ao fim do último período do Terciário, a vertente ocidental foi produzida por um retalhamento e deslocação, no mesmo período, do famoso continente da Atlantida, cuja existência parece já agora indiscutível.

Efectivamente, não é apenas pelas indicações (muito menos vagas, aliaz, do que parece), recolhidas por Platão, que somos levados a aceitar a existência da Atlantida: — a história, a arqueologia e principalmente a antropologia não tem solução para muitos problemas se presistirem no erro antigo de não contar com a Atlantida.

Reconhecem todos, — historiadores, arqueólogos e antropólogos, — a existência na vertente ocidental da Península Hispânica, de um povo antigo, cuja origem não sabem dar, mas que não é nem ligure, nem celta, nem de nenhuma raça oriental. É o Homo-Atlanticus (de Muges), de características marcadas e cujo aparecimento se deveria ter realizado, também no último período do Terciário.

Ora o Homem de Muges não é outro senão o homem da Atlantida e assim o classificam antropólogos modernos e investigadores como o espanhol Raparaz e o francês Moreux, pois de nenhuma outra região poderia então chegar a este recanto da Península. Pelo sul havia o mar do Sahará, ao norte e oriente os lagos Numulíticos e, mais tarde, os Pirineus, cujo levantamento recente, não permitiria a passagem dos homens. Por outro lado, a identidade de características entre lusitanos, bretões, berberes e longbarrows, postula, identidade de origens. Ora aceite a existência da Atlantida, tudo se explicaria pelas perturbações ocorridas na transição da época terciária para a quarternária, em virtude das quais, numa obra lenta mas constante de muitos séculos, se foi afundando nas águas o maravilhoso continente, de que apenas restam, a balisar o que foi a sua espinha dorsal a Groelândia, os Açores, a Madeira, as Canárias, com as três grandes extensões de terra firme, as ilhas da Britânia, a Lusitânia e Maurítania.

No entanto a lentidão dos fenómenos e as transformações subseqüentes operadas na crosta terrestre, afundando e soterrando montes, elevando outros, dissecando lagôas, apagaram ou mascararam por tal forma as suturas de ligação às terras que, depois de se altearem, se uniram a esses restos da Atlantida, que tornaram difícil distingui-las e o aspecto actual induziu a considerá-las como tendo sempre feito parte dos continentes europeu e africano, em vez de neles integradas à custa de outro continente.

E tão demorada e suave foi essa transformação, em certas extensões do seu território, que a vida não foi interrompida nem prejudicada; a ponto de que, quando outras raças humanas, estabelecida a continuidade das terras, delas tomaram conhecimento, defrontaram-se com um povo denso, de cultura e civilização própria, talvez mesmo mais adiantada que a dos invasores.

Quando muitos anos depois da aparição do ho-

mem à superfície da terra, a Atlantida se começou a submergir, os seus habitantes espavoridos e aterrados com a violência dos fenómenos sísmicos e com a invasão lenta das águas, fugiram para o oriente e recuando sucessivamente vão-se concentrando na facha leste, subvertendo-se no entanto alguns com o seu afundamento, enquanto outros ficaram nas ilhas que hoje constituem a Irlanda, Portugal e Marrocos.

Esses habitantes ainda hoje representados nos tipos de maior pureza, nos platós e altos vales do Minho (Castro Laboreiro), Traz-os-Montes e na Beira (Ladoeiro, Vale de Moreira, etc.), onde acantonaram refluídos sob a pressão de outros povos imigrantes, fugindo à mestiçagem, são no fundo os autoctones da população portuguesa, da *raça lusitana*, originária do Homo-Atlanticus, primeiros povoadores dessa misteriosa Atlantida.

E quando mais tarde, os Iberos, vindos do Oriente ou impulsionados por outras migrações orientais atravessam os Pirineus, irradiam pela Península (a que deram o nome, como o deram ao primeiro rio que atravessaram, o Ebro ou Ibero) defrontam com a raça nativa, — lusitana ou atlântica, — nos seus territórios do ocidente em torno dos quais se detêm.

Ao alvorecer do século XXII antes de Cristo novas migrações e entre elas uma, típica, de sangue ariano, passam os Pirineus, chocam-se com os iberos, que fazem refluir para as montanhas, fundindo-se com aqueles que não quizeram abandonar os seus campos. São os celtas — altos membrudos, loiros, fronte alta, larga e direita, mento saliente.

Depois destas migrações, a Península achava-se assim povoada: na Lusitânia os aborígenes, nas suas diferentes ramificações e cruzamentos destas com os iberos e alguns celtas; nas terras altas do centro da Ibéria, os iberos e cruzamentos ibero-celtas; nas montanhas, nas terras do oriente e de sudeste, celtas, iberos e mestiços destas duas migrações. Todas elas constituem as três raças bem caracterizadas, fundamentais: lusitana, ibera e celta ou celtibera, que hão-de prevalecer através dos tempos e das conflagrações sociais produzidas pelas migrações de outros povos.

As novas massas que vêm fundir-se na Península com aquelas já ali fixadas não alteram no fundo essas raças primordiais. A maior ou menor abundância de novos elementos, as facilidades de cruzamento produziram aproximações ou diferenciações mais profundas pelo doseamento do sangue, mas jamais hão-de conduzir à uniformidade, a uma raça única, típica e menos fundamental. As três raças com os seus característicos nítidos, precisos e inconfundíveis, hão-de marchar por caminhos paralelos muitas vezes, mas nunca convergentes.

Isto é fundamental, e dá-nos a chave do que parece, à primeira vista um enigma: a variedade de tendência que nos tempos históricos se manifestaram sempre na Península. Nomeadamente a base autoctone, lusitana, da população portuguesa, nostálgica e marinheira, leva-nos à compreensão do alôr que nos arrastou, mais tarde, ao desenvolvimento das novas estradas marítimas — ao descobrimento da terra.

Os povos que depois vieram, claro está que trouxeram elementos novos à civilização, elaborada pouco a pouco na vertente ocidental. Não subverteram, porém, o fundo lusitano da raça, a ponto de um antropólogo português Sant'Ana Marques concluir por classificar «a população portuguesa das mais, senão a mais, regularmente fundida da Europa», parecer que não di-

verge de Fonseca Cardoso como «a mais doliescéfala e homogênia da Europa nos seus caracteres nomáticos», nem das investigações que eu próprio pude fazer.

Houve, pois, incorporação de elementos imigrantes — fenícios, cartagineses, romanos, germânicos, — nunca estes, porém, conseguiram a subordinação ou incorporação dos povos nativos nos imigrantes, como havia de suceder mais tarde em algumas colonizações portuguesas.

Os fenícios quando chegaram às costas da Lusitânia, encontraram aqui uma civilização muito mais adiantada em alguns aspectos do que aquela de que eram portadores.

Sabe-se que já então e há muitos séculos, os lusitanos chegavam à Bretanha e à Inglaterra: — continuação do *tráfico pretartesio* — lembra o investigador alemão Adolfo Schulten, que acrescenta:

«Os tartesios foram, pois, os primeiros que navegaram para norte. Cabe-lhes esta honra e não como se julgava d'antes, — aos fenícios, os quais aprenderam dos tartesios o rumo ás terras do estanho...»

Ora tudo leva a crêr que os tartesios não eram mais do que uma tribu lusitana. Os próprios estudos de Schulten, que não dispensam a hipótese da origem atlântica, a esta hipótese nos conduzem. A viagem dos tartesios à Bretanha, — acentua o insigne investigador alemão, — foi inaugurar a série dos descobrimentos no Oceano Setentrional, teve enorme importância na história universal, pode comparar-se pelas suas conseqüências a de Colombo dois mil anos mais tarde, e supõe grande experiência da navegação e coraçõ esforçados.

Os fenícios, pois, não ensinaram tanto como aprenderam dos lusitanos e as grandes viagens que realizavam no Oceano seriam incompreensíveis em marinheiros instruídos nos processos de navegação mediterrânica, se não topassem, depois de atravessarem o estreito (que antes deles, aliás, em sentido inverso, passaram os lusitanos) noções marítimas que os esclarecessem sobre os novos rumos e os processos novos de marinar.

De resto estes processos de navegação eram completamente diferentes dos seus. Enquanto que no Mediterrâneo se navegava ao longo das costas, quasi sempre com terra à vista, no Atlântico, ao contrário nas longas viagens eram obrigados a afastar-se, o que implicava conhecimentos científicos de orientação pelos astros. Na própria arquitectura naval a diferença nas construções era inteiramente diferente. No Mediterrâneo empregava-se a *galé*, estreita, longa, de bordas baixas, própria à impulsão por remos num mar sem ventos, que evidentemente não podia resistir no Atlântico, no qual só uma embarcação bojuda e alta impulsionada à vela, como a *caravela*, poderia resistir e lutar com as vagas alterosas e as fortes tempestades do Oceano. Tudo isto nos prova que os aborígenes dêsse resto da Atlantida, — da Lusitânia — deviam ter uma civilização própria adaptada ao seu meio e de que os povos que com eles entraram em contacto se aproveitaram.

As *póvoas marítimas*, cujo alcance o grande historiador português Alberto Sampaio pôs em relêvo, seriam os centros de estudos náuticos (se tão pretenciosa e tão moderna nomenclatura pode usar-se aqui) em que os fenícios, como depois os gregos aprenderam a arte de navegar no Oceano, como deveriam ter aprendido a arte de trabalhar o estanho; não se compreende realmente que, sendo o estanho dos lusi-



tanos, os fenícios e os gregos aprenderam antes dêles a trabalhar um material que não conheciam.

A dominação cartaginesa, por outro lado, foi rápida demais para deixar rastros duradouros. O que sabemos é que os lusitanos fizeram parte como aliados ou como mercenários dos exércitos e das armadas cartaginesas. Talvez fôsem antes aliados e isso justificaria melhor a oposição tenacíssima levantada contra os romanos.

São bem conhecidos os tramites das guerras lusitano-romanas; o que nem sempre tem sido é suficientemente interpretados, insistindo-se em tomar na esteira dos historiadores romanos, o chefe lusitano Viriato como um simples pastor dos Hermínios. Seria não avaliar devidamente as possibilidades militares das legiões insistir neste êrro, que historiadores e críticos modernos põem de parte.

Viriato era o chefe militar, o general que arrastou, numa ofensiva vigorosa, que indica prática da guerra e um exército adestrado, contra os romanos, as suas hostes até às planícies da actual Andaluzia. O qualificativo de bárbaro que os historiadores romanos lhe dão, é natural: os romanos consideravam bárbaros todos os povos que não fôsem gregos nem romanos.

Mas neste capítulo encontramos-nos já em terreno firme da história. E não é dar novidade a ninguém o afirmar que os romanos não tinham que ensinar em navegação os lusitanos, não só porque, de facto, não eram navegadores, como também porque desconheciam completamente a arte de navegar no Atlântico.

Encorporada no Império, finalmente, a Lusitânia, nem por isso deixaram os romanos de reconhecer a sua individualidade bem vincada, separando-a na sua administração eminentemente centralizadora do resto da Península.

A pesar contudo da centralização, as relações da Lusitânia com o norte da Europa mantiveram-se e desenvolveram-se com o desenvolvimento das *póvoas marítimas*, como se mantiveram depois com a invasão dos bárbaros do norte, menos conhecedores ainda do que os romanos da arte de navegar, como na sua expansão para o Sul, os romanos se serviam dos meios náuticos dos lusitanos, levando-os até além do *Pro-montorium de Cabo Verde*.

Entretanto a língua transformara-se. Haviam-se encorporado naturalmente no fundo autoctone, que ainda hoje é possível reconhecer em algumas palavras, expressões e vocábulos das várias nações com que os lusitanos estiveram em contacto — não apenas os fenícios, os gregos, os cartagineses, os romanos, os bárbaros: mas também os homens do Norte, os bretões com que, nas suas viagens, os lusitanos traficaram. Importa não esquecer isto: e muitos vocábulos portugueses cuja origem se vai buscar às línguas dos invasores bárbaros, como demonstrar que já não existissem na língua comum, enriquecida pelo contacto com tantos idiomas diferentes?

Já no alvorecer da linguagem portuguesa, quando mal se desprendia das roupagens latinas ou alatinadas, a que muitas fórmulas árabes da nomenclatura agrícola se haviam ajuntado, abundam os vocábulos marítimos, indicativos da faina com o mar, a que boa parte da população se consagrava.

la então nascer Portugal... Realizara-se a propaganda cristã, a conversão total ao cristianismo, incorporando-se desta forma o elemento novo, espiritual, que iria temperar a expansão imperialista no período dos grandes descobrimentos, — quando os portugueses

se dispuseram a difundir pelo mundo, na expressiva e inconfundível frase do nosso poeta nacional, Camões, — **A Fé e o Império.**

O território estava, afinal, organizado. A raça, de fundo permanente, constituiu-se. E os monges de S. Fructuoso, desdobrando-se em comunidades religiosas pelo quadrilátero que hoje forma Portugal e se prolonga à Galiza, — terra irmã, povo irmão na raça e na língua, — mais firmemente vincaram a naturalidade do território. A visão admirável de Montalembert no *Moine de l'Occident*, colocando em Sagres (onde mais tarde meditou Henrique o Navegador e os seus companheiros), os monges, voltados para o mar, de joelhos como visionando as tarefas incomensuráveis dos futuros descobridores da terra, — não é apenas um símbolo: — tem as características de uma dessas realidades, que a intuição descobre, para suprir a falta dos documentos escritos...

Faltava, apenas, constituir-se o Estado, porque a nacionalidade existiu sempre. Faltava, apenas, o homem que soubesse concentrar em si, amalgamando-as, tôdas as aspirações nacionais dos portugueses.

Esse homem surgiu com Afonso Henriques, filho do Conde D. Henrique de Borgonha, bisneto de Roberto, Rei da França.

Ao seu impulso que o filho, o neto e os bisnetos admiravelmente seguiram o território foi conquistado aos mussulmanos invasores, como se fossem um rôlo que de Norte a Sul, naturalmente, se desenrolasse — facilidade que se explica pelo auxílio historicamente autenticado, das populações mosarabes, que se mantinham sob o domínio árabe, e pelas afinidades com as populações berberes.

Ao seu impulso também a primeira esquadra portuguesa se constituiu.

As relações marítimas com os povos do Norte mantiveram-se, porém, e estreitaram-se mesmo. As cruzadas faziam dos portos lusitanos ponto de concentração. Aí se reuniam as esquadras das várias nações, provendo-se de mantimentos. Os navios em que êsses mantimentos eram transportados, adquiriam-nos nos nossos estaleiros e tripulavam-nos marinheiros contratados por nós.

Algumas vezes como na tomada de Lisboa em 1146, o auxílio dos cruzados foi efficacíssimo.

Em nenhum período da primeira dinastia portuguesa deixou de se dar algum passo na preparação das condições necessárias para o início dos descobrimentos. Ora semeando pinhais onde se haviam de ir cortar as madeiras para as náus e caravêlas... ora fomentando a construção de estaleiros ou desenvolvendo-os, ora persistindo nas navegações pelo Oceano, ao longo da costa africana, — podendo dizer-se que nunca as relações com os seus povos foram interrompidas, de maneira que, no reinado de D. Afonso IV, os seus navegadores chegavam às Canárias, ora organizando uma legislação marítima que, aperfeiçoando-se de geração em geração, atingiu o mais alto grau de perfeição no reinado de D. Fernando, o último da dinastia, irmão do bastardo que, depois das convulsões provenientes da resistência às tentativas hegemónicas de Castela, se havia de alçar ao trono — João I, conquistador de Ceuta, pai de Henrique o navegador.

\* \* \*

A tomada de Ceuta tem para a história dos Descobrimientos esta importância fundamental: — foi o

primeiro passo efectivo da expansão portuguesa para os mares do Sul e do Oriente já não de alguns — de escol, com o Rei e os Infantes à frente; foi o início em Marrocos, de uma escola de soldados, administradores e colonisadores.

Quando, mais tarde, o Infante D. Henrique viu malogrados com o desastre de Tanger as suas esperanças de expansão imediata em Marrocos, retirou-se às suas terras do Mestrado de Cristo e lançou os fundamentos do que habitualmente se chama a *Escola Náutica de Sagres*. Escola foi-o no sentido de *centro de estudos de navegação*.

Realmente D. Henrique, recolhendo informações de toda a parte, chamando para junto de si peritos de construção naval, de astronomia, de náutica, de cartografia, de oceanografia, conseguiu organizar um núcleo prodigioso de navegadores que bem se pode dizer traziam o segredo da sua escola. Esses estudos, porém, não eram adquiridos em escolas como as que nos nossos dias compreendemos e se acaso tiveram a sua origem em Sagres, prolongaram-se e aperfeiçoaram-se até ao século XVI — com Duarte Pacheco Pereira, D. João de Castro e Pedro Nunes, para não falar nos físicos ou pilotos que acompanharam como mestres de navegação quasi todas as grandes armadas de exploração, nomeadamente as de Pedro Alvares Cabral quando descobriu o Brasil.

Não se pretende agora dar na seriação cronológica os descobrimentos portugueses tanto mais que V. Ex.<sup>as</sup> já os conhecem através da documentação apresentada no nosso pavilhão histórico. Desvendámos o Atlântico, para o Sul e para o Norte. Para o Norte com os Côrte Reais, fomos os primeiros a chegar à Groelandia e à América do Norte e a realizar essa prodigiosa travessia do Pacífico ao Atlântico dobrando o Cabo Horn. Esta viagem de David Melgueiros da Índia a Lisboa pelo Norte da Ásia e da Europa é uma segura manifestação de tenacidade e arte de navegar que sendo uma das características mais salientes da raça portuguesa se pode considerar em justa avaliação se nos lembrarmos que as grandes explorações dos mares árticos, com outros recursos e outros meios científicos, são do nosso tempo. E só porque o tratado de Tordesilhas não nos deixaria ir mais longe, essas explorações ao Norte foram abandonadas.

Para o Sul, descobrimos depois das Canárias, a Madeira, os Açores — nunca o sentimento da existência das ilhas atlânticas se perdeu entre os Lusitanos — e consoante fomos explorando a costa de África, as restantes ilhas do Oceano, até dobrarmos o Cabo da Boa Esperança.

Naquela época foi esse o esforço maior, porque dobrado o Cabo e explorada a costa até Melinde, encontrámos logo pilotos ou mercantes que conduziram os navios portugueses à Índia.

Com o descoberta do Brasil quasi a seguir (1500) caíam nas mãos dos portugueses os pontos fulcrais da sua expansão por todo o mundo. Estava virtualmente constituído o esqueleto da nossa maior epopeia. Todos os pontos descobertos passaram a ser centros activos de irradiação, donde caminhámos com segurança para o cruzamento de novos mares e para o contacto de novos povos, a quem levámos a nossa civilização e junto de quem colhemos as influências e caracteres que formaram o próprio fundo de nossa unidade imperial.

Não é isso, porém, o que neste momento pretendo sublinhar. O periplo de África, o mito de Prestes João e as explorações terrestres ao Oriente, a chegada, por

fim, à Índia, a colaboração dos portugueses no descobrimento da América do Norte, o descobrimento do Brasil, a primeira circumnavegação da terra — por um português, educado em Portugal, embora não por Portugal porque tal navegação não nos interessava, sendo-nos até proibida — a intervenção científica dos portugueses nos descobrimentos de Espanha — D. João II recusou os serviços de Colombo porque o caminho para o novo continente por êle descoberto o não interessava também — o tratado de Tordesilhas, a chegada dos nossos missionários à China, o descobrimento do Tibet, do Japão e da Austrália, tudo isso não poderia ser tratado mesmo ao de leve numa simples conferência; exigiria muitas horas e documentação que é imprópria do momento.

E compreende-se: esta série de factos apontados somente, corresponde ao início de uma nova era na história do mundo.

Descobre-se então a terra e torna-se possível a criação da geografia moderna, arrancando-a às limitações da geografia antiga, do mundo mediterrânico; descobrem-se uma fauna, uma flora, que nem sequer até então, era suspeitada e torna-se possível o desenvolvimento da botânica, da zoologia, da medicina; entra-se em contacto com inúmeros idiomas perfeitamente desconhecidos, e os nossos missionários escrevem vocabulários e gramáticas das línguas japonesa e chinesa, das línguas indostânicas e malárias, das línguas do Brasil e de África (só o Padre António Vieira, jesuíta, o maior orador da língua portuguesa, escreveu seis vocabulários de línguas brasileiras), e torna-se possível o aparecimento em bases científicas da Filologia.

Ora é este um dos aspectos excessivamente desconhecidos, que importa sublinhar aqui. Cumulativamente com a obra das descobertas e desde as primeiras ocupações além-mar, iniciava-se uma obra de colonização que desde o princípio tem um sentido e características que outros povos só vieram a compreender no século XIX. Realmente antes deste século, pode dizer-se que só os portugueses tiveram sobre a colonização uma concepção mais avançada que a estritamente económica. Esta é de resto a opinião de um dos mais ilustres colonialistas franceses Mr. George Hardy, eminente director da École Coloniale de Paris.

É assim quando os portugueses entraram em Marrocos, que através de todos os tempos, desde as brumas da história foi considerado pelo sentimento português como uma terra irmã — o Algarve de Além-mar — iniciaram logo uma obra de colonização que não teve nada de dominadora no sentido da tirania. Perante a lei e perante a administração todos os que vissemem à sombra da bandeira portuguesa eram iguais da forma mais efectiva, como ainda hoje o são os povos que formam o império lusitano.

Ergueram-se fortalezas e praças capazes de assegurar o domínio e a defesa, criaram-se outras que as necessidades da ocupação ou da vida colectiva impunham, dotando-se umas e outras com abastecimento de águas, depósito de mantimentos, canalização de esgotos, escolas, instituições de beneficência e hospitais mantidos pelas misericórdias uns, e outros pelos religiosos. De tudo se encontram ainda vestígios deramados pelo Magreb.

— Só para os portugueses?

— Não; para todos, cristãos ou mouros, brancos ou de côr. Perante a administração pública eram todos iguais, gozando os mesmos direitos e com as mesmas

obrigações. A adaptação, dava-se por isso, rapidamente, e sucedia que algumas vezes, prisioneiros, habituando-se ao viver português, integrados na vida portuguesa, não queriam mais regressar às suas terras —nem aceitavam os resgates que por elles ofereciam. De tal maneira que, não podendo as autoridades marroquinas impedir que se insinuasse o domínio português entre a população moura, só tinham o recurso da Guerra Santa.

E foi o ódio religioso o que permanentemente contra o domínio de Portugal se atizou em Marrocos, sem que em todo o caso, até hoje, se conseguisse desfazer na terra marroquina e no espirito da gente a lembrança da nossa passagem por ali mantendo-se lá um sentimento de saudade pelos portugueses que todos verificam. Poderia invocar o testemunho de historiadores franceses, como o Conde de Castries e o sr. Goulven, se não parecesse talvez de-mais apelar para o de Sua Ex.<sup>a</sup>, o Marechal Lyautey que tantas vezes, na sua obra admirável em Marrocos deve ter encontrado e certamente encontrou monumentos imorredouros da passagem dos portugueses.

Marrocos foi assim a primeira etapa da expansão portuguesa além-mar. Escola de soldados e de administradores por lá passaram os maiores capitães e os maiores colonisadores que depois se nobilitaram no Oriente, na América e na Africa, segundo um plano previamente estabelecido—plano cujo desenvolvimento em Marrocos é uma síntese perfeita de toda a obra colonial dos portugueses.

Escola de soldados e colonisadores. Com efeito, o sentido humano, cristão, da nossa colonização, manifestou-se logo em Marrocos, como depois na África, no Brasil, no Oriente. Mas com tamanha maleabilidade que perfeitamente se adaptava sempre às condições de tempo e de lugar,—criando o meio português:

Em África, por exemplo, já no declínio do século XV, D. João II tentava a fundação de um reino cristão negro no Congo. Esse reino, fundou-se, realmente, e ainda existe, sob o protetorado português, embora nunca tenha sido aquilo que D. João II imaginou: aliado poderoso e cristão que ajudasse Portugal na difusão da fé. Todavia perdura ainda a hierarquia social por elle criada.

No Brasil, a acção dos portugueses fixando-se ao solo, a obra dos capitães donatários, dos missionários, dos administradores e dos bandeirantes, criando povoados, construindo igrejas, abrindo colégios, atraindo à fé e à comunidade nacional os guaranis, produziram ao fim de 3 séculos a grande nação actual. As suas expedições científicas até aos Andes desvendaram todo o interior do continente sul-americano, do qual o interland brasileiro só agora começa a ser de novo reconhecido.

Nos começos de século XVI Portugal não teria mais do que milhão e meio de habitantes. A superfície do Brasil era de 8 milhões de quilómetros quadrados. Se nesse momento, todos os portugueses emigrassem para o Brasil, —o imenso território continuaria despovoado. Não é de facto prodigioso que esse punhado de homens conseguisse organizar e manter a unidade territorial brasileira, contra as tentativas de franceses e holandeses?

Quando principiou a colonização efectiva do Brasil, —quarenta anos depois do descobrimento, porque o que antes se fez não correspondia a um plano meticolosamente preparado, —traziamos no mar cerca de 1.000 navios, para os quais não eram de-mais 100.000

homens válidos, entre marinheiros, soldados e serventes, cem homens para cada navio.

Como seria possível sangrar de tal maneira a população nacional, conservando permanentemente no mar a melhor gente portuguesa, se dentro de pouco não fôsem as tripulações ocupadas por homens de todas as raças, ficando apenas os quadros reservados aos de Portugal.

O feitiço da nossa colonização vinca-se desta forma inconfundivelmente — desde a primeira estadia em Marrocos chamamos à colaboração connosco as populações indígenas e já na passagem do século XV para o XVI o cronista de Arzila, Bernardo Rodrigues, para citar um exemplo frisantíssimo, era marroquino, filho de marroquinos, mas nem por isso, ao escrever os *anais de Arzila* se considerava menos português do que se tivesse nascido para àquem do estreito.

E nunca, efectivamente, essa característica se desmentiu. A colaboração íntima dos indígenas, que levantamos até nós, conseguimos-na na África, no Brasil, na Índia e nas ilhas do Oriente em que, por isso, mais profundamente deixou vincada a garra da nossa individualidade colectiva.

Por esse motivo a língua se firmou em pontos onde nunca mais tivemos intervenção, em regiões que há séculos estão longe não sómente do domínio administrativo português, mas até de quaisquer relações com a metrópole.

Em alguns dialectos do Japão a linguagem vulgar tem milhares (4 mil contou um filólogo francês) de vocábulos portugueses. Em outros pontos, como Ceilão, ainda se fala português, embora entremeado de palavras ou expressões do inglês comercial e continuam a sair publicações em língua portuguesa. O mesmo succede em outras, muitas regiões da Insulíndia—o mesmo succede em todas as regiões em que os portugueses tiveram de fixar-se ou por algum tempo se detiveram.

Esta difusão da língua é bem um indice da extensa vitalidade da nossa acção colonizadora cuja contra-partida está nos milhares de vocábulos das línguas orientais, africanas e brasileiras que se incorporaram na língua portuguesa.

Nada define realmente de mais completa forma a actividade dos povos do que a sua língua. E a nossa portuguesa é bem a síntese de um povo de marinheiros e colonisadores. Com ela ficaram os sinais da nossa passagem pelo Mundo, num testemunho das rotas que o nosso génio traçou.

\* \* \*

Nos meados do século XVI toda a terra estava descoberta pelos portugueses.

Ao mesmo tempo que nas suas viagens marítimas descobriram novas terras os seus pioneiros percorreram toda a África cruzando-a desde o Cabo Verde até ao Cabo Guarda-Fui, e da ponta da Europa até ao Cabo da Boa Esperança estabelecendo relações com os mais importantes potentados indígenas — entre as quais muitas se tem conservado até hoje podendo citar de entre elas as estabelecidas com o Négus da Abissínia. E é curioso recordar aqui que os territórios explorados por Levingstone e Stanley nas suas viagens ao interior de África, já há 300 anos antes, eram conhecidos dos portugueses que através deles tinham estabelecido linhas regulares de correio das costas do Atlântico às do Oceano Índico. Igualmente na Ásia através da Arábia, da Pérsia, da Índia, da China até

ao Tibet, à Mandchuria e ao próprio Japão todos esses países os portugueses tinham desvendado e explorado pondo-os em relação com a civilização ocidental, deixando por toda a parte a marcha indelével da sua passagem e do seu génio.

A acção dos portugueses na constituição de um grande Império e na marcha de uma missão civilisadora que teve, porventura mais que nenhuma outra, um reflexo universal de fulgor decisivo para a civilização do Mundo, resulta pois de um carácter próprio, que se mantém desde as origens em todas as circunstâncias de tempo e de lugar. Nem as vantagens de ordem moral e demográfica, nem a fisionomia política de uma acidentada e fulgurante vida histórica do País — escassas as primeiras, demasiadamente movimentada a segunda, — poderiam explicar a acção prodigiosa de uma nação tão pouco extensa na metrópole e tão exigentemente povoada. Conduzido à descoberta do Mundo por motivos que enraízam no próprio fundo autoctone da raça e que constituem uma fatalidade étnica de efeitos insuperáveis, o povo português realiza na Colonização — essa actividade complementar das descobertas — uma forma superior da sua missão histórica cuja concepção é de princípio, e essencialmente, aquela em que todos os países coloniais do presente se encontraram.

Simplesmente, não é, como tantas vezes se tem escrito uma concepção resultante do movimento de ideas que caracterizou o século XIX, mas sim, uma idea antiga, original na acção portuguesa das primeiras descobertas e ocupações e que dirige e domina todo o exuberante movimento de expansão que chegou a abraçar o mundo inteiro.

Dêste fenómeno cuja transcendência se verifica não só nas descobertas de novos mundos mas, sobretudo, na forma como os territórios eram ocupados, mantidos e civilizados, e que oferece ao mundo aspectos como o desses séculos XVII e XVIII, em que um povo de menos de dois milhões e meio de habitantes ao mesmo tempo coloniza e faz do Brasil a grande nação que hoje é, ocupa, explora cientificamente e coloniza a África Ocidental e Oriental, defende a sua posição na Índia e se tem que haver na Metrópole com o imperialismo espanhol ameaçando constantemente a sua independência — dêste fenómeno estranho de vitalidade e acção resulta naturalmente uma influência profunda e perdurável que reconstitui e prolonga a Pátria Metropolitana em todos os logares onde os portugueses se fixam.

De facto um dos caracteres mais vivos e impressionantes da colonização portuguesa — verificados ontem através de uma epopeia que é o nosso orgulho, e será o do Mundo no dia em que uma História Universal da civilização se dê a uma imparcialidade sem fronteiras, verificados hoje nos processos eternos de que nos servimos e que dirigem de muito alto o movimento de ressurgimento em que Portugal se está lançando — é essa faculdade ináta de nacionalizar, de prender à Metrópole como membros indissociáveis do mesmo corpo, as terras e as populações em que a sua acção se exerce.

A razão dessa influência reside essencialmente no espírito e na forma da colonização portuguesa, no que podemos chamar o sistema português de colonização, assimilação dos nativos e absoluta exclusão de todo o antagonismo de raças, espírito científico, um método próprio e original de ocupação, uma experiência

muitas vezes secular promovendo realizações metódicas e generalizadas em todos os territórios.

Este sistema português — resultante natural e lógica de traços psicológicos que determinaram a nossa missão histórica — não se filiou em fórmulas políticas nem se inspirou em doutrinas livrescas.

O seu espírito existe em cada português como uma função própria inerente ao seu temperamento, à sua alma — função que faz de cada um de nós, isolado ou em colectividade, uma unidade activa de colonização.

Assim se explica — nem de outra forma a razão o consentiria — que uma população exígua pudesse não só descobrir tantos mundos novos como realizar em todos eles obras coloniais de tal vigor e profundidade que têm resistido ao poder corrosivo dos séculos, às novas influências de novos dominadores, à evolução das sociedades e, por vezes, à própria revolução das ideas.

Estamos entre coloniais. Muitos de V. Ex.<sup>as</sup> têm viajado nesses países novos que são parcelas de grandes impérios uns, que são grandes nações outros. E de certo encontraram sinais indeléveis de uma ocupação portuguesa na África, na América, na Ásia, na própria Oceania.

Marrocos que abandonámos há cerca de século e meio é, nas cousas e, muitas vezes nas pessoas, um arquivo de recordações portuguesas, recordações de uma colonização que se exerceu também nas almas — toda a África Ocidental e Oriental foi descoberta, explorada e, em grande parte, colonizada por nós. Lá encontrareis também os sinais evidentes de um génio cristão e de uma arte colonial que perdura e se faz lembrar. Na América existe esse Brasil, moço, vigoroso, prometedor, que nós descobrimos e constituímos em nação poderosa. Tudo desde a sua prosperidade económica até ao seu povo e à sua língua são vivas recordações de uma influência portuguesa.

Essa influência foi tão penetrante e exerceu-se segundo uma concepção colonizadora tão avançada para o tempo que quando decretada a abolição da escravatura, já depois da independência do Brasil, os escravos libertos foram registrar-se aos consulados portugueses, como portugueses. Eu próprio observei no Brasil um caso curioso de nacionalização profunda numa visita realizada há anos à grande nação americana. Uma velha negra centenária que tinha ido para o Brasil ainda no tempo em que elle era uma colónia, manifestava o seu patriotismo português depois da independência dêste país de uma forma original e elemental mas convincente: só tinha relações com portugueses. O único bem que possuía — um corpo prostituído —, em todo o caso, apenas o entregava a compatriotas.

A Mariana — assim se chamava — era quando a conheci uma velha centenária. Não sei portanto que valor intrínseco tinha o seu patriotismo para os portugueses do seu tempo de mulher nova.

No Oriente também ainda hoje são visíveis e claros os traços de uma influência portuguesa, quer na Índia — esse magnífico Império que foi doado no Século XVII como presente de núpcias a uma princesa que casou com um príncipe inglês e onde a acção colonizadora dos portugueses alcançou com Albuquerque a sua mais alta expressão imperial, quer na Indo-China e em todo o Extremo Oriente. O actual bispo de Macau conheceu há anos em Java o director do arquivo de Batávia, um erudito holandês que lhe chamou a

atenção para certo livro ali impresso em língua portuguesa no ano de 1723. Ora se os portugueses tomaram Java em 1521, quer dizer que 200 anos depois da sua entrada naquela ilha ainda lá se falava a língua portuguesa a-pesar-da pressão durante tanto tempo exercida pelos invasores holandeses que obrigavam os naturais tornados católicos pela dominação de Portugal a apostatarem.

Verificava-se que nesse tempo era a língua portuguesa a oficial, a que estabelecia a ligação entre europeus e orientais, com o mesmo valor que hoje tem o inglês e o francês.

Esta influência profunda que é sensível ainda nas colónias ou nações que um dia estiveram sob a acção colonizadora dos portugueses, é, natural e logicamente mais penetrante e nítida naquelas que hoje ocupamos.

Podêmos dizê-lo com inteira verdade e com justificado orgulho.

No Império Português não há colónias—há apenas províncias de um país unitário, que o mar junta, províncias portuguesas pela organização, pela mentalidade, pela nacionalização dos nativos, pela acção portuguesa que desde sempre nelas temos exercido! Este fenómeno que é a própria essência da nossa existência imperial tem uma realidade que como tantas outras que se desenvolvem na trajectória histórica de Portugal, é de todos os tempos da nossa acção colonial. A unidade imperial de Portugal—resultante final de uma influência de colonizadores de raça—tem aspectos originais e únicos como os seguintes:

O Marquês de Pombal—um grande estadista português do século XVIII—pensou em transferir para o Ceará, no Brasil, a capital do Império. E o facto apresentava-se naturalmente porque na realidade essa terra distante era bem portuguesa e era nosso—nosso por tantos títulos!—o mar que a separava.

Mais tarde o rei D. João VI, quando as tropas do exército napoleónico comandadas por Junot entraram em Portugal, não estando em condições de resistir limitou-se a transferir para o Rio de Janeiro a capital do país tão naturalmente como durante a Grande Guerra a França transferiu a sua capital para Bordeus e a Bélgica e a Sérvia elegeram capitais fora do seu território.

Não havia pois—como não há hoje—efectivamente, uma metrópole e colónias. Havia e há de facto um Império único e indivisível cujas províncias estão na Europa e em mais três partes do mundo.

Da mesma forma não se pode, rigorosamente, dizer que haja na essência uma diferença entre a maneira de ser dos portugueses de então e os de hoje. Resta-nos ainda um grande Império onde se manifesta a mesma unidade, o mesmo espírito cioso de independência e de glória, a mesma ância de realizar grandes obras e afirmar o espírito eterno da nossa raça. O nosso passado com a sua glória e a sua grandeza não é para os portugueses de hoje uma paisagem estática de beleza para exhibir perante o mundo. O nosso passado temo-lo nós como uma força que conta no Presente e no futuro, não platonicamente como uma expressão sentimental, mas praticamente como o alfobre da nossa experiência, como a força disciplinada e dinâmica que nos projecta no futuro e que nos tem permitido no presente—embora com o desconhecimento de muitos que das coisas portuguesas tudo ignoram—sem dinheiro, sem os recursos económicos dos países muito ricos, sem o reclame que também as nações não dispensam, mas com o engenho, a experiência e o sa-

ber que é próprio da nossa raça—fazer nas nossas colónias o mesmo e por vezes muito mais do que as mais avançadas nações coloniais têm realizado.

O mundo não o sabe—e parece às vezes não o querer saber—mas Portugal está hoje apetrechado a cumprir a sua missão histórica nesta etapa do presente, com uma mocidade conquistada para a causa da expansão Além-Mar sempre viva na alma portuguesa, uma organização eficiente, uma ciência em plena produção. Fizemos a ocupação moderna das nossas províncias africanas em condições únicas de esforço e de falta de recursos, desbravámo-las em todos os sentidos, organizámos a preparação de novos coloniais, promovemos a evolução das ciências, temos uma bibliografia colonial notabilíssima, estabelecemos a paz, aperfeiçoámos os métodos de protecção ao indígena, tornámos as colónias transitáveis, desenvolvemos as comunicações e os meios de transporte, fixámos populações brancas—reintegrámo-las, enfim, na fase de crescimento regular e metódico que corresponde à sua idade e aos nossos recursos.

Percorram-se as nossas colónias: estão inteiramente ocupadas não só nas posições estratégico-económicas mas em toda a sua extensão. Pergunte-se ao negro de Moçambique ou de Angola, ao índio, ao macaista, ao timorense, homens de todas as raças, de todas as religiões diferentes na antropologia na psicologia e na organização social, qual é a sua pátria.

Nenhum vos dirá senão o que vos digo, senhoras e senhores falando de mim próprio:

### Somos portugueses!

Encerrou a sessão o sr. dr. Armindo Monteiro, dizendo:

Há homens cujo elogio deve ser feito por longas frases e objectivos, mas há factos que fazem o elogio dos homens. Como lhes disse, o sr. general João de Almeida é um desses homens que fazem a História com o seu sangue e com a sua vida.

Provou-nos hoje que também a sabe escrever. Felicito-o e agradeço-lho.

Desejo que todos vós guardéis uma recordação desta sessão da Sociedade de Geografia que nos quiz acolher com uma alma tão francesa, para exaltar as qualidades e as virtudes dos portugueses.

Para mim considero como uma grande honra a noute onde, nesta sala, presidi a uma sessão da Sociedade de Geografia de Paris.

---

#### UM ACONTECIMENTO LITERÁRIO

Acaba de ser posto à venda um novo livro de Virginia Victorino

### “DEGREDDADOS”

*a notável obra prima do teatro português que tão discutida e apreciada foi e cuja acção decorre em grande parte em Angola*

à venda em todas as livrarias

Brochado 10\$00; encadernado percalina 15\$00;  
encadernado em pele 25\$00

Parceria Antonio Maria Pereira

LISBOA

# Projecto de Fomento Geral d'Angola,

por colaboração do Estado com as iniciativas particulares  
unificadas sob a forma de Companhia

Por HENRIQUE DE PAIVA COUCEIRO

*Antigo Governador Geral de Angola*

(Continuação do n.º 9)

## 4.º — Dever do Estado :

### Assistencia de Credito

A producção depende, evidentemente, da technica, braços e capital. E, por isso mesmo, a organização scientifica da Agricultura envolve, e forma engrenagem solidaria, com a organização do trabalho, a que adiante nos referimos, e com a organização do Credito.

Um bom systema de credito, auxiliando, com os capitaes precisos, aquelles que na Provincia empreendam iniciativas de trabalho, concorrerá largamente, sem duvida nenhuma, para o desenvolvimento economico d'Angola.

Mas não só o interesse geral, como o proprio interesse particular dos beneficiados, exigem paralelamente que esse systema creditorio funcione com a garantia absoluta de que os creditos fornecidos sejam exclusivamente applicados aos fins a que se destinam, e que essa applicação seja governada pelos principios da sciencia. Visto que, sem estas duas condições, os Creditos não só seriam inuteis, mas mesmo contraproducentes.

É preciso, portanto, assegurar por forma não susceptível de desvirtuamentos, a efectividade d'essas duas condições. Quer dizer, o Governo, se, por um lado, fornece assistencia de Credito,—por outro lado, imporá a cultura scientifica, e não permitirá que cada qual cultive a seu arbitrio.

N'este sentido, a Companhia entende, quanto a Credito, que deveriam ser postos em vigor, com applicação a Angola, os principios e as normas que constam do «Relatorio e Projecto da Comissão presidida pelo Conselheiro Antonio Ennes» elaborados em cumprimento da portaria de 26 d'Outubro de 1898, do Ministro Eduardo Vilhaça, e que estão publicados no Relatorio apresentado ás Côrtes pelo mesmo Ministro (no 2.º Volume). D'esse trabalho de que foi relator o proprio Presidente Antonio Ennes, só foi decretada a parte relativa a trabalho indigena, e organização d'Agricultura. E o que a Companhia deseja é que o Governo decrete agora a parte que diz respeito a Credito.

N'ella o auctor caracteriza a dificuldade de «estabelecer um Credito agricola, que possa ser aproveitado para as primeiras culturas de terrenos, que,

só depois de cultivados poderão ter valor venal apreciavel».

E, para d'alguma maneira corresponder a essa dificuldade, apresenta um systema que syntheticamente descreve com as palavras seguintes:

«Reduz-se (o systema) a facultar aos agricultores, proprietários, e rendeiros a longo praso, das Provincias Ultramarinas, onde se reconheça a ineficacia das instituições comuns de credito agricola, auxilios do Estado, que elles deverão pagar nas mais benignas condições, e que poderão consistir na prestação de serviços necessarios á melhoria ou desenvolvimento dos predios rusticos ou no fornecimento de artigos necessarios á cultura, como sementes e alfayas, *mas nunca em dinheiro*. O dinheiro necessario á aquisição d'esses artigos, e ao custeio d'aquelles serviços pedil-o-ha o Estado, se fôr preciso, sob a sua responsabilidade, a uma instituição bancaria, ou, por meio d'ella ao publico, *mas só o entregará aos agriculiores convertido em auxilios, reaes e positivos*, — e pagal-o-ha com as prestações que for recebendo por conta do seu credito, que ficará garantido pelas propriedades, a que houverem sido applicados os mesmos auxilios. D'este modo o Estado servirá d'intermediario responsavel, por que assim o digâmos, entre o credito e os individuos que precisarem recorrer a elle sem lhe poderem oferecer seguranças, que, só por si, o satisfaçam, e aproveitará essa interferencia para evitar que os capitaes mutuados sejam desviados da applicação remuneradora a que são destinados; ao mesmo tempo usará de privilegios creditorios para se assegurar do reembolso d'esses capitaes. Taes são as linhas geraes do systema alvitrado». O qual tem em vista «facultar ao agricultor o que elle precisa realmente, e não os meios de o adquirir».

Não capital em dinheiro, mas capital em genero. Não capital em qualquer quantidade, mas sim na conformidade simples das exigencias da empresa. Não para qualquer cultura, em qualquer situação, segundo o capricho do emprehendedor, mas sim para determinadas culturas, em determinados logares, e por determinados processos, segundo o parecer dos technicos. «De modo que não só fiquem cohibidas as applicações illegitimas do capital prestado, mas que se torne possível fiscalisar as applicações todas, evitando-se as que não forem sensatas e habeis».

Essa fiscalisação e direcção technica, exerce-as o Governo pelo seu «Serviço d'Agricultura». Os ou-

tros serviços, ou auxílios, a prestar aos agricultores, pode o Estado fornecer-lhes também pelo seu «Serviço d'Agricultura», pelos d'Agrimensura e Obras Publicas, e pelos seus meios d'acção administrativa sobre as populações; — desde o momento que prepare uma organização competente, com bom pessoal, e machinas e ferramentas proprias. As brigadas do Governo, encarregadas d'essa especie d'empreitadas officias, ir-se-hão adestrando pela repetição da mesma ordem d'operações, tornando economicas as obras, que se limitem, na maior parte, a trabalhos de desbaste de terras, viação, correcção de cursos d'agua, e hydraulica agricola em geral.

Pede, pois a Companhia ao Governo que traduza em artigos de lei a doutrina exposta nas bases 79 a 88, nomeadamente, do Projecto supra mencionado. E que leve á practica esse plano pelos processos que julgue mais oportunos, quer utilizando uma instituição bancaria particular, quer por meio d'uma instituição bancaria governamental.

#### 5.º — Dever do Estado :

### Construção e manutenção de certas Obras de Hydraulica Agricola

Em varios diplomas legaes da Provincia, — como sejam a portaria de 11 d'Outubro de 1885, relativa ao «Serviço dos Bongues» (grandes valados de terra destinados a evitar extravasamentos dos rios), o Regulamento do Serviço das Divisões dos Concelhos de 16 de Novembro de 1885, — a portaria provincial de 29 de Janeiro de 1909, relativa á limpeza do Bengo, — e outros — estão previstos e organizados, como obras d'utilidade publica, d'acordo com os costumes do Paiz, varios trabalhos d'ordem hydraulica, — canalisação de rios e sua desobstrucção, derivação d'aguas, valas d'ensecamento, etc. etc.

Nomeadamente, foram em tempos anteriores applicadas essas disposições regulamentares nos vales do Bengo, Zenza, Lucala e outros d'analogas condições.

Este tradicional emprego do braço indigena, nos termos da legislação consagrada pelos anos e pelos usos, muito convém que seja rigorosamente mantida em vigor, e em actividade practica, sob as ordens das auctoridades Administrativas que devem ser conduzidas, pelo Governo Provincial, a considerar tal serviço como obrigação importante da sua responsabilidade.

Aproveitando essa força do habito, e suggestivando as populações ribeirinhas com a ideia da fertilidade, que, para os seus terrenos, resultaria d'um bom systema d'irrigação, não seria difficil levar-os a colaborar voluntariamente, e mesmo com certo gosto, nos trabalhos necessarios para esse fim.

Em tal sentido, a Companhia pede as atenções do Governo.

#### 6.º — Dever do Estado :

### Organisação de tarifas de Caminho de Ferro, e Pautas Aduaneiras, em termos Comerciaes

Deve no Governo dispôr-se, — quanto ao 1.º ponto, — a estabelecer nos Caminhos de Ferro da

sua exploração, e a deligenciar que se estabeleçam nos que estejam explorados por Companhias, tarifas especiaes para determinados transportes, como sejam os de cereaes, leguminosas, batata, mandioca, farinha, algodão, fibras, oleaginosas, madeiras, minerios, gado, e d'outras mercadorias que devam considerar-se pobres. Demais, as tarifas, em geral, quer dizer os custos de transporte, serão deduzidos mathematicamente d'inqueritos, onde se estabeleça, para cada mercadoria, qual o seu custo de producção, direitos, comissões, seguros e quebras, a que estão sujeitos, de modo tal que a soma dos encargos, até chegar ao mercado proposto, se contenha dentro d'um valor compativel com a venda remuneradora.

Quanto ao 2.º ponto (Pautas) deve o Governo dispôr-se a estabelecer os direitos d'importação em Portugal, de todos os generos provenientes d'Angola, tomando por mira concreta abrir margem para o Comercio d'elles na Metropole; e, por outro lado, a modificar o regimen aduaneiro na Provincia, de forma a facilitar, ou a tornar possivel, a exportação em geral, e em particular o comercio com os dominios estrangeiros d'Africa, ou com outros, a respeito dos quaes a Metropole não possa, por motivo geographico, desempenhar a funcção d'entreposto commercial; a conceder isenção de direitos, por um certo praso, para instrumentos, machinas e ferramentas, agricolas, e industriaes, sementes e plantas, e material fluvial, electrico e de construcção, destinados ao serviço da Companhia, ou seus sub-concessionarios; a applicar, durante determinado numero d'annos, certas medidas de protecção, como sejam as que se contem nos decretos de 2 de Setembro de 1901, e 20 de Março de 1906, isentando de direitos d'exportação na Provincia, e de direitos d'importação na Metropole, o algodão (alem d'outras protecções); decreto de 30 de Junho de 1898, isentando de direitos d'importação a madeira em bruto, quando transportada em navios nacionaes; e outras, inspiradas no mesmo espirito, que a Companhia lhe proponha.

#### 7.º — Dever do Estado :

### Estimulação do trabalho indigena

Todo o indigena valido, da Provincia d'Angola, é sujeito, salvo caso de força maior, á obrigação, moral e legal, de, por meio de trabalho, prover ao seu sustento, no sentido de melhorar successivamente a sua condição social.

Este principio que é extrahido da Base 1.ª do «Relatorio e Projecto sobre trabalho indigena» apresentado pelo Conselheiro Antonio Ennes em 7 de Março de 1899, e que constitue o Art. 1.º do Regulamento provincial de trabalho de 16 de Julho de 1905, — está vigente ainda, certamente, visto que o contrario significaria legalisar a vadiagem.

E levar-o á practica, por completo, interessa profundamente aos progressos, não só materiaes, mas também moraes da Provincia, e ao desempenho eficaz da nossa missão educadora e civilisadora.

Resta, portanto, que as auctoridades administrativas, em contacto com as populações, levem os proprios indigenas sem violencia, a comprehender e a aceitar a obrigação de trabalho como lei humana que tem de acatar-se, e cujo cumprimento só lhes traz beneficios, individuaes e sociaes. Fazendo com

que o dito preceito se torne efectivo em conformidade com os regulamentos.

E assim succederá, se o systema se completar com o incentivo do ensinamento agrícola, e com a possibilidade do emprego remunerado dos braços. Isto é, com as medidas necessarias para que surja procura natural de trabalho.

Quanto ao ensinamento agrícola,—os «Deveres do Estado» que atraz apontámos sob os titulos de «Ocupação Economica» e «Assistencia Technica», tratam de prover-lhe.

E quanto ao emprego remunerado de braços, é uma eventualidade que depende evidentemente de haver, ou não haver, Agricultura na Provincia, capaz de absorver trabalho em quantidade sufficiente. Quer dizer, é uma eventualidade dependente do plano de Fomento, cuja execução esta nossa Proposta tem em vista encaminhar.

Existirá prosperidade para a Provincia e seus habitantes, e applicação para o trabalho d'estes, quando exista desenvolvimento agrícola nas granjas da «Assistencia Technica», — das Circunscrições Administrativas, — e das Missões Religiosas, — nas fazendas e explorações da Companhia, — e nos proprios arimos da Agricultura indigena, protegida, favorecida e estimulada pelo Estado, por intermedio das Auctoridades Administrativas.

Podem utilizar-se n'este ultimo sentido as normas que, com o fim de facilitar o cumprimento da obrigação de trabalho, promovendo a colonisação interna, foram estabelecidas nas Bases 5.<sup>a</sup> a 13.<sup>a</sup> do citado Relatório e Projecto do Conselheiro Antonio Ennes, as quaes se encontram traduzidas em lei pelo Regulamento de Trabalho indigena de 9 de Novembro de 1899 (art. 5.<sup>o</sup> a 13.<sup>o</sup>).

A Companhia, por seu lado, só pede a observancia d'esses salutaes principios, e conta com que o Governo, por intermedio das suas auctoridades, lhe facilite o angariamento de braços trabalhadores, para os seus serviços, nos termos regulamentares da Provincia.

#### 8.<sup>o</sup>—Dever do Estado :

### Assistencia sanitaria á população indigena

É conhecido o largo papel que, na pathologia africana, occupa o trypanosoma da doença do somno, transmitido pela mosca tsé-tsé, e os grandes estragos d'essa proveniencia produzidos do antecedente em diversas zonas d'Angola, como Congo, Quissama, Zenza, etc. etc.

O estudo, e o combate methodico, contra um tão mortifero flagelo, interessam, portanto, em alto grau, os objectivos civilisadores do Estado, na Provincia, e a sua obra d'expansão economica.

Convirá por conseguinte dar a amplitude necessaria á organisação d'assistencia medica, já do anterior existente, mantendo no quadro de saude o numero d'especialistas de medicina tropical bastante para dirigir pessoalmente, nos proprios locais, o ataque das zonas infestadas, com o seu pessoal d'enfermagem, e com os credits precisos para funcionamento de laboratorios, e d'enfermarias d'isolamento, pagamento dos preventivos e curativos, etc. etc.

E estabelecendo-se, por outro lado, na lei e regulamentos, a colaboração intima do Serviço Medico,

com as Auctoridades Admidistrativas, e com as enfermarias missionarias, unico processo possivel, — (visto não poderem os medicos vigiar directamente todo o territorio) — para estender, mais ou menos, pela Provincia inteira, os beneficios da hygiene, da prophylaxia, e mesmo de certos tratamentos curativos, com o auxilio do serviço d'enfermagem indigena, instruído sob a direcção superior dos mesmos medicos.

No exercicio d'esta reciproca coadjuvação, caberá tambem ás Auctoridades Administrativas educar o indigena nas normas da vida hygienica, afastar as suas povoações das matas habitadas por tsé-tsé, e atrahil-os, quanto possivel, para os logares onde seja mais facil o acesso da assistencia medica.

Cuidados adequados se dedicarão semelhantemente á lucta contra o hematozoario do paludismo, transmitido pelo mosquito; — Contra a variola, irradiando a vaccinação em larga escala; — Contra a grande mortalidade das crianças; e contra outros males que affligem a raça indigena.

Promovendo d'esta maneira, com as suas melhores energias, a conservação dos individuos, e o



A primeira experiência de tracção mecânica em Angola (1901). Locomotiva Fowko em marcha, rebocando 2 vagons carregados na passagem da ribeira Colombo (caminho Lucala-Malange)

repovoamento de regiões devastadas, a auctoridade soberana, ao mesmo tempo que cumpre os seus deveres de tutela humanitaria, augmenta o seu prestigio e influencia, e fomenta o desenvolvimento do trabalho productor.

A Assistencia Sanitaria é, com efeito, um grande instrumento d'ocupação e de predomínio politico e assimilador, que convem, por todos os motivos, utilizar no mais alto grau possivel.

#### 9.<sup>o</sup> — Dever do Estado :

### Concessão de terrenos

O Governo concederá gratuitamente á Companhia todos aquelles terrenos de que ella necessite, para os seus estabelecimentos, e explorações agricolas, ou outras, e para qualquer dos objectos da sua actividade,—salvo terrenos de propriedade particular, ou de Corporações Administrativas,—terrenos de po-



voações e culturas alimentares dos indígenas,—e terrenos do domínio publico, ou de que o Estado precise para obras d'utilidade publica, ou fins de fomento.

Entram na posse perfeita da Companhia, com faculdade d'alienar, ou d'arrendar, a portuguezes, ou empresas portuguezas, em proveito da mesma Companhia, todos os terrenos baldios que ella cultive, ou ocupe com edificios. A venda, ou arrendamento a estrangeiros, depende de autorização do Governo.

O Governo entrega á Companhia, mediante renda modica a convencionar, os arimos ou propriedades rusticas, que o Estado possui no vale do Bengo, e outras em analogas circunstancias.

#### 10.º — Dever do Estado :

### Serviços d'Agrimensura e de Registo Predial

Estes serviços serão organizados pelo Governo com os meios e pessoal preciso para assegurar com efficacia,—pelo primeiro, o Cadastro dos terrenos



O vapor inglês Phoenicia descarregando carvão no Saco do Giraul (1909)  
Esta ponte não existe hoje apesar do ser a naturalmente indicada para servir em Mossamedes o distrito da Huila.

concedidos,—e, pelo segundo, a formação dos livros de matriz predial, d'onde sejam extrahidos os unicos titulos legaes de propriedade, com valor probatorio.

Pondo-se em practica os principios do Acto Torrens, nos termos adequados para facilitar a transmissão da terra, e dotal-a com boas condições de Credito.

Procurar-se-há introduzir nos costumes indigenas, a pouco e pouco, a noção e instituição da propriedade n'estes termos.

#### 11.º — Dever do Estado :

### Concessão para explorações varias

O Governo concederá á Companhia licença para explorar matas, florestas, minas, caça e pesca, de-baixo de sujeição ás leis e regulamentos, que se destinem a evitar a destruição d'esses bens, devendo o Estado auctorisar todas as pesquisas, florestais ou mineiras, que a Companhia emprehenda, e coadjuval-as mesmo por intermedio dos Serviços officaes de fomento ;

Concederá, igualmente, as quedas d'agua e jazigos de combustivel de que a Companhia precise para producção d'energia, hydroelectricá, ou thermo elec-

trica, e auctorisação para o estabelecimento das respectivas linhas de transporte, quer para serviço proprio, quer para venda de força electromotriz á agricultura, industria e centros de população.

#### 12.º Dever do Estado :

### Colonisação por portuguezes da Metropole

É objectivo superior do Estado nacionalisar a Provincia d'Angola, onde a população branca está, em numero d'individuos, muito excedida pela população nativa. D'esta é o Governo tutor natural, educando, ensinando, e harmonisando-lhe ao mesmo tempo, as actividades trabalhadoras, no sentido d'uma obra economica comum de todos, brancos e nativos. Parallelamente ha que povoar a Provincia com portuguezes provenientes da Metropole, adensando em maior grau o povoamento n'aquellas regiões cujo clima permite francamente a perpetuação da raça europeia,—quer dizer, na parte plan'altica, e nomeadamente nas alto-planuras do Sul.

Ahi se deve, por consequencia, promover o estabelecimento, em grande escala, de lares familiares, emigrados da velha Patria, visto serem as familias as celulas elementares, com que se fazem as nações, e o vehiculo proprio para transportar, na estrada dos seculos, a continuidade dos nossos costumes, lingua, e tradições. Lares agricolas, porque, enraizados na terra, melhor imprimem n'ella o selo da Patria portuguesa.

Esse desejado povoamento não ha probabilidades de conseguir-se por meio de emigração simples, ou colonisação livre, visto que, para isso, seria necessario que em Portugal existissem emigrantes possuidores de capital pecuniario, e de sabedoria technica, caso que está muito longe de dar-se na proporção sufficiente.

Esta circumstancia obriga, por exclusão de partes, a adoptar os processos da colonisação official, que, apezar de ter defeitos, como tudo n'este mundo, tambem, por outro lado apresenta a seu favor varios exemplos d'exitos favoravel.

Um dos defeitos,—talvez o mais digno de menção,—é o facto de a colonisação official envolver uma tutela que, agravada pelos costumes da nossa burocracia, impede, em certo grau, o jogo livre das espontaneidades e boas vontades do regionalismo organizado, quer dizer, o funcionamento das justas autonomias, com as respectivas responsabilidades, mola real de todos os progressos moraes e materiaes. E' um defeito, sem duvida, que convem atenuar, quanto possivel, reduzindo ao minimo as cohibições da tutela, libertando-a totalmente d'inuteis formalismos, e deixando aos colonos todas as facultades d'iniciativa compatíveis com a direcção technica, a regularidade financeira, e a necessidade d'incutir e encaminhar os habitos associativos.

Obedecendo a este criterio, a Colonisação official terá em vista a fundação de Colonias, quer dizer, de grupos de povoamento, formado, cada um d'elles, por um certo numero de pequenos proprietarios, cujos talhões de cultura não excedam, na sua superficie de conjuncto, as dimensões proprias para que, cada grupo de povoamento, possa comodamente funcionar como Comunidade Municipal, em torno d'um corpo central d'edificios, onde se alojem os seus orgãos directivos.

Os chefes de família terão residência permanente, trabalhando e dirigindo, por si mesmos, a lavoura, com o auxílio da família, e de pequeno numero de serviços indigenas. Em cada agrupamento, todos se associam obrigatoriamente n'uma Cooperativa com Caixa de Credito. Cada chefe de familia entrará na propriedade plena do seu talhão ao cabo d'um certo prazo, quando, durante elle, tenha cumprido as obrigações contrahidas com o Estado. E, oportunamente, cada talhão, com a respectiva residência, e todos os elementos da vida domestica e lavoura agricola, devem constituir-se em «Patrimonio de Família», indivisível, e transmissível por successão sem partilha.

Isto, debaixo do ponto de vista social. Debaixo do ponto de vista tecnico, a obra requer estudos previos acerca da orographia, hydrographia, hydrologia, geologia, flora, fauna, meteorologia, clima, vias de comunicação, e mais características das zonas que se supponham adequadas para colonisação branca. Estudos no genero d'aquelles que em 1907-08 foi feito acerca d'uma faixa convencional do planalto de Benguela, d'uns 220 kilometros ao longo da directriz da via ferrea (entre os meridianos 15 e 17), e com largura de 30 kilometros para cada lado d'ella, constituindo um rectangulo d'uns 13 mil kilometros quadrados de terras, cultivaveis, irrigaveis, salubres, e d'altitudes de 1.400m, e superiores.

Esse estudo publicou-se sob a forma de «Noticia» para fins de propaganda, em Portugal, Açores, Sandwich, Demerara, California, e outras Colonias Portuguezas em paizes estranhos. E sobre a base por elle fornecida começou a elaboração, por partes, das plantas cadastraes relativas aos terrenos destinados a povoamento, com a demarcação geometrica em talhões de 40 hectares, procurando o adaptamento á rede de linhas d'agua, por forma tal que, ou directamente, ou por meio de canaes de irrigação, todos os talhões tivessem agua, e, quanto possível, todos incluíssem terra de cultura, pastagem e floresta.

Em ligação com essas futuras Colonias, estabeleceram-se, desde logo, um Posto experimental de culturas de Colonisação em Quinzenge (agronomo Sacramento Monteiro) e uma Granja agricola (no Huambo).

A fundação de cada Colonia seria precedida pelo respectivo projecto, economico, financeiro e cultural, descrevendo as condições agronomicas, natureza das terras, preparos necessarios (desbastes, nivelações, drenagem, irrigação, ou captação d'aguas, caminhos, etc.), quaes as culturas, pecuaria, e industrias agricolas a explorar—technica adequada, meios d'evacuação comercial, mercados possiveis, rendimentos provaveis, etc., de modo que todos os termos da viabilidade ficassem assinalados com dados positivos. A cada Colonia seriam anexos os correspondentes serviços publicos, compreendendo, entre outros, a direcção technica, e o campo d'experiencias.

Determinaram-se, tambem, e publicaram-se, os auxilios que o Governo forneceria á Colonisação official, (gratuitos uns,—outros d'emprestimo),—assim como as obrigações a assumir pelo Colono, perante o Governo, durante 6 annos. Os colonos só entrariam, depois de concluidos os preparativos, encontrando, desde logo residencia, alfaya, gado e terras, em condições para dar principio á laboração productiva. E seriam devidamente seleccionados.

Quanto á eventual Colonisação livre,—tambem foram previstos, e publicados, os auxilios a prestar-lhe

pelo Governo, os quaes se limitariam ao serviço d'agrimensura, direcção technica, e fornecimento, quando pedido, d'altayas, gados, sementes, etc, pelo preço do custo,—alem da rede geral de viação, e canaes principaes de imigração, onde houvesse logar. Esta oferta relativa á Colonisação livre, era uma forma de convidar as iniciativas particulares possuidoras d'alguns capitaes, maiores ou menores, chamando-as á exploração de concessões mais vastas do que os lotes da Colonisação official, que o Governo lhes proporcionaria, por ver vantagem no intercalamento d'um certo numero de lavouras em ponto grande, como lição e amparo possível para os cultivadores da pequena, ou media propriedade.

Todo este plano de Colonisação se prendia evidentemente, e se prende, com o desenvolvimento das comunicações, inspirando-se no velho aphorismo de que não são as colonias que criam a viação, mas, antes, a viação que cria as colonias. E obedece, financeiramente, aos preceitos comuns de qualquer empresa particular, que, para conseguir dividendos, se sujeita aos gostos do primeiro estabelecimento, os quaes, para o caso de Colonisação (official ou livre) são aquelles a que atraz nos referimos.

Pois que,—posto de parte momentaneamente o ponto de vista ideologico do engrandecimento patrio, que domina o espirito de todo o portuguez de lei,—e restringindo-nos á face puramente financeira do fomento demographico e economico é facto que a Colonisação, interna e externa, da Provincia d'Angola significa expansão colonial. E significa acrescimo consequente da potencialidade economica nacional, como realisacão practica, que é d'alargamento dos campos de trabalho, de margem mais vasta para boa colocação de capitaes, e de quantidade maior, e maior variedade, da producção, com as correspondentes repercussões, beneficiadoras, e ampliadoras, do Comercio, da Navegação, e da circulação em geral. E, por outro lado, parallelamente com tudo isto, augmento de mercados para as industrias da Metropole, e augmento de rendimentos para os cofres do Estado, proveniente automaticamente dos augmentos de população e riqueza.

E aquí se encontrarão os lucros, que, mesmo na exclusiva esphera financeira, justificariam os referidos gastos de primeiro estabelecimento, que a Companhia, n'estas breves palavras, pede ao Governo que dedique a uma obra de Colonisação em larga escala.

---

## Dr. J. Fonseca Ferreira

Por ter partido no mês passado para Moçambique, onde vai exercer junto do govêrno de Inhambane um cargo administrativo, deixou de exercer as funções de redactor principal desta revista o sr. dr. J. Fonseca Ferreira.

Felicitando-o pela nomeação para a qual tem especial competência e uma cuidada preparação científica não é, todavia, sem um grande pesar que vemos afastar-se desta casa um dos seus melhores colaboradores.

Pela sua actividade e intelligência e pela sólida preparação de que dispunha, Fonseca Ferreira foi das pessoas a quem o êxito que a *Portugal Colonial* tem alcançado mais deve incontestavelmente.

Desejamos-lhe no exercicio do seu novo cargo as melhores prosperidades.

**A**NTES de abordar o assunto devemos fazer esta declaração prévia: Fomos concorrentes ao VI Concurso de Literatura Colonial, cujo juri premiou um dos livros que apresentámos.

Porque entendemos que foi arbitraria e ilegal a decisão do juri reclamamos superiormente. A nossa reclamação está entregue e segue o seu destino.

O nosso interesse pessoal no assunto está pois arrumado e entregue ao julgamento do sr. Ministro das Colónias — arrumado ainda porque não tencionamos, por mais livros que escrevamos, voltar a apresentá-los ao Concurso de Literatura Colonial, enquanto elle fôr o que é.

Encaramos pois, objectivamente, o mecanismo e organização do Concurso, mais no interesse daqueles que no futuro houverem por bem concorrer, do que no nosso interesse, que fica pôsto de parte.

O Concurso de Literatura Colonial é, teoricamente, uma interessantissima realização da Agência Geral das Colónias; nunca será demais encarecer as vantagens que para a propaganda do Império e para a formação dum Pensamento Colonial dêle podem resultar.

Praticamente, é forçoso reconhecer que tem criado uma literatura colonial ou, pelo menos, que tem coincido com o desenvolvimento duma literatura colonial.

Mas o concurso tem apenas seis anos de idade. Para que os seus objectivos se alcancem é essencial e indispensavel que elle se acredite pela seriedade, pelo critério de selecção das obras, pela ausência de todo o espirito de compadrio e, sobretudo, pela idoneidade das pessoas que constituirem o juri. Doutra forma sucederá que deixa de ser um estímulo e que dêle se afastarão, pouco a pouco, os escritores que, com razão, o não tomarem a sério, ficando reduzido à situação de «cambão» — mais um — como tantas outras iniciativas que começaram bem e que depois se degradaram.

Ora sucede que o nosso Concurso de Literatura Colonial não tem defendido com galhardia e cautela estas condições fundamentais do seu prestígio.

Não vamos fazer uma critica sobre a forma como foram seleccionadas e classificadas as obras literarias nos concursos anteriores — o que daria pano para mangas — pois consideramos esses erros e pecados, bem como a própria arbitrariedade de que o juri tem usado em face do regulamento do concurso, como conseqüências fatais duma causa fundamental: a constituição do juri.

De resto, não é o Passado que nos interessa. Analizemos pois a constituição do juri e tomemos como exemplo o caso mais recente: o deste ano de graça de 1931 em que se realizou o VI Concurso.

Fizeram parte do juri — não esqueçamos que se trata dum Concurso de **Literatura Colonial**:

O sr. Ernesto Navarro, que não é escritor senão da pobre literatura oficial e que nunca foi às Colónias, a-pesar-de ser Director Geral do Ministério.

O sr. dr. José de Penha Garcia, que não é escritor, que nunca foi às Colónias e a quem a prometedora verdura dos seus anos não permitiu ainda ser mais do que o filho dum homem illustre e o signatário de al-

# O Concurso de Literatura Colonial

Uma realização interessante em risco de  
transformar-se numa força sem interesse

guns lugares comuns económicos que o *Diário de Noticias* às vezes publica.

O sr. dr. Azevedo Souto, que já esteve nas Colónias como médico da Armada, mas que não é literato nem pessoa cotada como colonialista.

O sr. Lopo Vaz de Sampaio e Melo, que é escritor de merecimento e colonialista illustre.

O sr. Albino Forjaz de Sampaio, que é tido como escritor de mérito, embora pessoalmente não tenhamos a ventura de pensar o mesmo, mas que não conhece as Colónias nem de vista.

O sr. dr. Armando Cortezão, que como Agente Geral das Colónias e colonialista está realmente indicado para fazer parte dum juri desta natureza.

Finalmente, o sr. dr. Moura de Carvalho, que é pessoa de cultura e colonialista brilhante.

Temos pois que do juri do Concurso de Literatura Colonial fizeram parte:

Um escritor que também é colonialista.

Um escritor que não é colonialista.

Dois colonialistas categorizados.

Três senhores que não são escritores nem colonialistas.

Não é um juri — é um *cocktail*.

Neste juri de 7 membros, por conseqüência, há quatro que não têm competência nem idoneidade para se pronunciarem num Concurso de **Literatura Colonial**. Mesmo com a melhor das vontades, supondo que nenhum queria favorecer qualquer dos concorrentes nem deixar arrastar-se por simpatias ou antipatias pessoais, uns são incompetentes para se pronunciarem sobre descrições, análises e conceitos acerca de Colónias que nunca viram, outros são incompetentes para decidir sobre o valor literário dum livro.

Aquele que é só escritor será juiz quanto à forma literaria, mas terá fatalmente que olhar como *palácio para boi* para a idea colonial, a verdade ou falsidade das descrições, dos cenários, dos ambientes, das figuras, de tudo, enfim, que constitue a essência dum livro de *literatura colonial*. A sua decisão ficará sempre dentro dos estreitos limites do pretencioso.

Os que não são escritores nem coloniais, ou seguem a opinião dos que o são — e neste caso não sabemos para que os inventaram — ou decidem como entendem — e então, só por acaso podem decidir com acerto.

O único critério de que dispõem — é a falta de critério.

Se eu amanhã descrever numa obra literaria a paisagem do Selles ou os costumes dos Cuanhamas, a fauna de Moçambique ou a organização social dos Mussorongos, a vida do mato ou o ambiente das cidades, e que autoridade literaria e colonial têm os srs. Ernesto Navarro, Albino Forjaz, José de Penha Garcia e Azevedo Souto — isto é a maioria do juri — para apreciarem e decidirem sobre o valor da minha obra? E tão humilhante será para mim o prémio que me concederem como a decisão desfavoravel com que me perseguirem.

¿Que diriam os srs. Penha Garcia e Souto — que eu julgo serem formados em direito — se amanhã um engenheiro fôsse chamado a pronunciar-se sobre um

trabalho jurídico da sua autoria? ¿E o sr. Forjaz se um músico viesse opôr reservas às «Palavras Cínicas» como título de candidatura para a Academia? ¿E o sr. Navarro se um continuo não aprovasse a redacção dos seus ofícios?

É claro que o remédio elementar para êste vício fundamental do concurso podia dá-lo o próprio juízo dos jurados incompetentes, se estes antes de julgarem sôbre as obras dos outros julgassem sôbre as suas próprias condições para fazerem parte do juri de *literatura colonial* e se escusassem.

¿Mas há por acaso alguém em Portugal que se julgue incompetente seja para que fôr? Já o sapateiro que se meteu a tocar rabecão julgava sinceramente que era muito mais forte nas escalas do que nas meias solas.

Ora uma vez que pode haver jurados que não têm a noção do limite do seu juízo em certas questões — e isso é defeito muito generalizado para que possamos pedir a força para os presentes — que a lei

ao menos se revista do bom senso que não é dado exigir aos homens se ela própria o não tem.

E o Concurso de Literatura Colonial acreditar-se-á e prestará de facto ao País e à causa colonial os serviços que incontestavelmente pode prestar — sem humilhar com o juízo de incompetentes aqueles que perderam muitas horas a trabalhar confiados num julgamento imparcial.

Repetimos: já não temos um interesse pessoal no concurso. Se o tivéssemos era êste artigo a pior maneira de o servir pois conhecemos a terra em que vivemos e sabemos portanto que nunca estes quatro senhores nos perdoariam — mesmo perante uma obra prima — a ousadia de beliscar a sua competência. Pô-mos, por consequência, à margem antes que eles nos expulsem do grémio dos seus eleitos.

E por isso mesmo o artigo é objectivo e desapaixionado não visando mais do que servir o próprio Concurso de Literatura Colonial.

HENRIQUE GALVÃO

---

## A nova organização corporativa do Estado nas Colónias

Por A. DE M. E N.

U M século de prática de liberalismo económico e político bastou para experiência da sua inadaptação às condições naturais da existência das Sociedades.

A era do industrialismo e do progresso técnico, que se pretende ser devida ao livre desenvolvimento das actividades individuais, se trouxe, sob o ponto de vista de progresso material ou civilização, algumas vantagens para os povos, produziu uma decadência da vida moral que se revela na inferioridade das manifestações artísticas e na pobreza de concepção da architectura social.

A elevação artificial do indivíduo à categoria de ser autónomo e as conquistas da sua inteligência na utilização dos elementos físico-naturais, vieram criar e desenvolver uma série de problemas económicos e sociais que não encontram solução dentro das fórmulas da ideologia política que caracterizou o século passado.

Esqueceu-se a condição precária da vida humana para não se considerar a importância do grupo social na sua continuidade histórica.

Deixou-se o indivíduo entregue aos seus instintos, *homo homini lupus*, anulando-lhe as prerogativas do espírito que lhe deviam impôr a disciplina moral e colectiva.

O caso é flagrante quando se examinam as consequências do regime liberal na Produção, conduzindo à hecatombe do trabalho, formando um exército de trinta milhões de desempregados, o primeiro fermento de uma nova chacina entre os povos, se não for o último estádio desta civilização materialista, o regresso à vida miserável dos períodos de decadência: a decadência do Ocidente.

A razão objectiva da doutrina do materialismo histórico de Marx justifica a III.ª Internacional.

Separando as violências e horrores da Revolução Vermelha, é preciso destacar o princípio geral que diferencia o estado político dessa formação.

Aí se pode vêr logo que não são as leis da *bondade natural* do homem que informam o sistema.

Chamemos-lhe, portanto, contra-Revolução, visto que reconhece que a supremacia do Estado sôbre os indivíduos existe, ao contrário da noção liberal, e é independente do somatório de vontades individuais que se diz vontade colectiva.

Mas voltemos à ordem da Produção.

Já se proclama a falência do capitalismo, ou, talvez, melhor dito, do sistema monetário que rege o mundo.

Ha expressões mal definidas, talvez adrede para servir o seu misticismo oculto.

O capitalismo é a potência invisível que nesta hora conduz os destinos do mundo. A sua origem judaica, apoiada em canones, anda suficientemente demonstrada e são conhecidos os seus efeitos. A sua influência penetrou no domínio político, através da Reforma e criou o actual estado de cousas.

O princípio natural do associativismo orgânico que regulou a produção no passado foi destruído pela doutrina liberal, que chegou a negar o simples direito de associação, por contrário ao livre arbítrio.

A falta de disciplinas sociais, deu lugar à luta sem tréguas entre duas classes: exploradores e explorados.

As associações reviveram, inspiradas no instinto de defesa, e, sob o princípio de *luta de classes*, fomentaram a guerra social. A matemática do sufrágio político transformou-as em organismos políticos, com a pretensão de absorverem o Estado.

Os agentes da produção ficaram, assim, em dois grupos antagonicos: de um lado a plutocracia dominando o Estado e locupletando-se com os proventos sórdidos da mais desumana exploração do homem pelo homem; do outro a multidão proletária desvairada pela miséria e animada pela sua força numérica.

O Estado, sem prerogativas, sob o falso conceito de emanação da vontade popular e cingido a uma mera função administrativa, de não intervencionista passava a uma tendência socialista, isto é para a absorção das actividades particulares no campo da produção em ordem de regular o consumo.

É nesta encruzilhada que vimos encontrar a posição actual da vida social.

Ruíram as doutrinas políticas e económicas que floresceram no século passado e é preciso que esse facto se fixe bem nas consciências.

Estamos no afan de procurar novas fórmulas, utilizando as conquistas do saber humano que nos dão uma posição superior, pela universalidade do conhecimento, à que gerou as lentas transformações sociais precedentes.

Nesta fase, cerram-se os nacionalismos económicos e impõe-se a necessidade de severas disciplinas reguladoras das actividades.

O Estado readquire os seus direitos de elemento coordenador, de alto comando a que todos devem obediência, como acontece sempre que se trata da defesa nacional.

O princípio inorgânico da desagregadora liberdade individual é substituído pela construção equilibrada e harmónica do instituto nacional da economia que tem por objecto a ordem da Produção.

As actividades organisam-se não para o estado de *luta* entre elas e contra o Estado, isto é, contra si próprias.

Produzir, mas produzir bem, não ao sabor do enriquecimento egoísta de uns em troca da miséria de outros, mas para satisfazer o interesse nacional, tanto no que se refere às necessidades internas do país, como ao seu engrandecimento económico pela perfeição técnica da produção e sua expansão nos mercados estrangeiros regulada em proporções meticulosamente estudadas e coadjuvada pela acção diplomática e potencial do Estado.

Assim o viu o governo da Ditadura Nacional estabelecendo

as bases de uma reforma do sistema associativo profissional (Decreto N.º 20.342, de 24 de Setembro de 1931), em termos de, ordenadamente, fazer da economia nacional um todo orgânico, uma máquina perfeita que em cada elemento desempenhe uma função consciente.

O objectivo da produção e da sua função derivada é a colocação dos produtos (o comércio) é nacional e não individual.

Individualmente todos os seus agentes devem obter a retribuição pecuniária compatível com a sua aptidão, postergando a cupidéz do lucro pela exploração do mais forte e tendo em atenção a dignidade humana do trabalho.

A paridade dos direitos dos diferentes elementos do trabalho, assegurada por uma representação real nos órgãos superiores do comando económico nacional, abole o princípio da *luta de classes*, substituindo-o por uma colaboração inteligente e efectiva que permite a resolução dos seus múltiplos problemas.

Uma jurisdição especial garantirá ainda as disciplinas corporativas.

Torna, também, possível a resolução de importantes problemas de Estado, tais como a assistência, a previdência, a higiene, o ensino técnico, etc. e, acima de tudo, o conhecimento perfeito, pelo Estado, das condições da vida económica, indispensável para uma prudente e sábia legislação.

Pretendem certos espíritos que andam alheios à realidade da transformação social dos nossos dias que a instituição do Estado Corporativo é uma revivescência do passado, uma arqueologia jurídica e, portanto, uma concepção oposta à sua religião do progresso indefinido.

“O fenómeno sindical e corporativo é essencialmente *moderno* por que resulta da crise do socialismo e da luta de classes e, por isso, precisa de se colocar no ambiente mental dos problemas modernos. Como seria absurdo examinar a vida das comunas medievais sem se fazer referência às lutas e condições gerais da época, assim seria igualmente absurdo estudarem-se os sindicatos e as corporações actuais sob o mesmo ponto de vista com que se estudam as corporações medievais”, disse o Prof. S. Panunzio na sua primeira lição inaugural da cadeira de Direito sindical e corporativo da Faculdade de Ciências Políticas da Universidade Perusa.

A Itália a quem se deve a primeira barreira eficaz oposta à expansão do perigo oriental, caminha na vanguarda das reformas políticas.

Nalguns anos de metódica e consciente preparação têm hoje organizados e funcionando os quadros da sua arquitectura corporativa, na base dos sindicatos profissionais, tendo como órgão superior um Conselho Nacional das Corporações, composto por sete secções:

- 1.ª — Indústria e officios.
- 2.ª — Agricultura.
- 3.ª — Comércio.
- 4.ª — Transportes terrestres e navegação interna.
- 5.ª — Transportes marítimos e aérios.
- 6.ª — Bancos.
- 7.ª — Profissões livres e artes.

A esta organização sobrepõe-se um Ministério das Corporações, em que foi incorporado o Ministério da Economia Nacional.

A formação corporativa do Estado português, recentemente estabelecida, cria junto da Presidência do Ministério um Conselho Superior da Economia Nacional, formado por representações legítimas das associações profissionais, designadas pelo título de Corporações, assim definidas:

“A Corporação é constituída pelo conjunto dos profissionais inscritos em tôdas as Secções corporativas da mesma natureza, (art. 28.º).

A base da formação corporativa é a Secção corporativa local. Como órgãos de coligação dos grupos económicos são criados institutos de direito público denominados *Grêmios*, que funcionam em primeiro grau nos concelhos e em segundo grau nos distritos, compondo-se estes de Secções corporativas distritais.

A representação dos grupos profissionais passa através destes organismos para terminar nas *Corporações* que funcionam junto dos Conselhos Nacionais em que se divide o C. S. E. N.

A divisão adoptada para o Conselho Superior é a seguinte:

- 1.º Conselho Nacional da Agricultura.
- 2.º Conselho Nacional do Comércio.
- 3.º Conselho Nacional da Indústria.
- 4.º Conselho Nacional do Trabalho.
- 5.º Conselho Nacional das Colónias.

O Conselho Superior terá um Conselho permanente e um Secretariado geral.

Dispõe-se que o Conselho permanente fôsse organizado imediatamente, substituindo-se os representantes legítimos das Corporações, enquanto se não formarem, por representantes das activi-

dades económicas, escolhidos pelo Governô entre os que forem propostos pelas actuais associações de classe.

Ao Secretariado Geral incumbem os trabalhos da construção corporativa e o impulso do seu funcionamento.

Representa o que foi promulgado um passo decidido para a Ordem Nova do regime económico do país, ainda que se apresente com algumas imprecisões, aliás explicáveis nesta sua fase experimental.

Merece a contextura das bases gerais estabelecidas algumas críticas, que resumirei:

*Comissão permanente do Conselho Superior* — A sua criação imediata com representante das actuais associações tem os inconvenientes seguintes:

1) Ilegitimidade de representação.

2) Inoperosidade de acção, por falta de funcionamento da organização vertical.

3) Carência de espírito corporativo, já revelado em reuniões associativas (U. I. E.) e na resistência passiva que demonstram as actuais associações.

4) Não lhe competindo a formação dos organismos do sistema demonstraria a mesma inutilidade de acção dos actuais conselhos congêneres.

*Organização definitiva do Conselho permanente* — Nas suas funções, essencialmente coordenadoras, sem prejuizo da iniciativa, deve compreender-se a da suprema magistratura do Trabalho, servindo de auditor um Juiz do S. T. J.

*Jurisdições do Trabalho* — Funcionando com a organização corporativa do Estado (Grêmios e Conselhos) devem estabelecer-se paralelamente as magistraturas do Trabalho, com a função de julgar os conflitos e desacordos, bem como as questões de carácter individual inerentes à aplicação das leis sobre o trabalho.

*Organização do sistema corporativo* — O enunciado das linhas gerais do sistema, não oferece, por enquanto, uma realidade objectiva, deixando tudo o que importa para ser feito ulteriormente. Fixa o direito corporativo do Estado mas incompletamente, não estabelecendo as regras de direito a que devem subordinar-se os sujeitos do sistema, a estrutura legal dos seus diferentes órgãos, para que possam formar-se e funcionar.

*Classificação dos grupos económicos* — Desprezou-se o conceito basilar de *grupo económico*, formado pelos representantes das actividades próprias das especializações da produção, para se criarem formações heterogeneas correspondendo a quadros demasiado largos, como os que se adoptaram de Agricultura, Comércio e Indústria.

*Corporações* — A designação deveria abranger o grupo económico, composto por todos os seus agentes, e não a especialização profissional.

A ligação desses agentes nos *Grêmios* não satisfaz a necessidade de um íntimo contacto no local onde se exerce a actividade.

A reunião dos agentes dos grupos económicos especializados é admitida muito imprecisamente nas *Federações*, mas sem ligação directa e imediata com os conselhos Superiores.

*Composição dos Conselhos Nacionais e dos Grêmios* — Devem neles ter representação permanente os institutos públicos que tenham por função colaborar nas questões económicas.

*Profissões liberais* — Deverão formar colégios, com representação nos Grêmios e nos Conselhos Nacionais.

*Associações livres* — É indispensável o princípio unitário das Corporações, não devendo ser licito que existam ou se formem outras associações com a pretensão de representarem interesses económicos. Nem se justifica uma representação das associações livres nos Conselhos Nacionais.

*Obrigatoriedade de funções* — As instituições de direito público incumbidas de coordenarem as actividades económicas nos concelhos devem começar a funcionar imediatamente, marcando-se prazo para a adaptação dos actuais organismos associativos ao sistema das corporações. Se não se formarem, as autoridades nomearão representantes de officio.

*Conselho Nacional do Trabalho* — Não tem justificação a separação das corporações de trabalhadores dos grupos económicos em que se integram, quebrando-se o princípio de unidade e íntima colaboração que deve existir perante o objecto da produção e mantendo o fóro de *classe* para uma parte dos elementos que nela interveem.

Sacrifica-se ainda ao preconceito da teoria marxista, sem vantagem na ordem política e na ordem económica.

Os direitos do Trabalho devem ser fixados numa carta do Trabalho; as suas circunstâncias particulares, em razão da natureza especializada das profissões têm o seu lugar próprio dentro de cada grupo económico.

Aguarda-se com interesse a matéria regulamentar do sistema, que permita a sua imediata aplicação e claro entendimento, visto que as bases decretadas são omissas em muitos pontos essenciais das disciplinas jurídicas das relações colectivas do trabalho, que deviam preceder ou acompanhar a sua instauração, não sendo de

menor importância as que se referem às jurisdições do Trabalho e cláusulas penais.

Propositadamente separamos a extensão do sistema às Colónias, com relação às quais foi creada uma divisão do C. S. E. N., sob a designação de Conselho Nacional das Colónias.

Representam os factores económicos de cada uma das nossas colónias uma importância extrema na nossa economia nacional, que indispensável é se considerem no seu conjunto, podendo afirmar-se que a economia colonial é um dos problemas máximos do Estado português.

Dura expiação de erros passados, o momento actual é aquele em que se impõe uma estreita solidariedade económica metropolitana e colonial, presidida por uma unidade de pensamento directivo.

Campo de colocação dos nossos produtos manufacturados e outros, derivativo essencial do fenómeno migratório no momento em que, por toda a parte, se fecham as portas ao trabalho estrangeiro, fonte complementar do abastecimento de matérias primas e produtos orgânicos que nos faltam, as nossas colónias são o primeiro mercado a considerar no aspecto comercial e económico.

Interessa-nos duplamente o equilíbrio económico das colónias: 1.º—No ponto de vista das suas próprias condições de existência e desenvolvimento; 2.º—sob o ponto de vista financeiro, para que não constituam um encargo que pese, como tem acontecido muitas vezes, sobre o contribuinte metropolitano.

Os capitais dispendidos em pura perda, sob governos impotentes para resolver os problemas nacionais, teriam sido bastantes para dar às nossas colónias, em especial às que maior crise acusam, as condições materiais do seu ressurgimento, da grandeza e prosperidade contidas nos seus recursos naturais.

O admirável esforço dos bravos pioneiros que, através de todas as vicissitudes, ali têm mantido o prestígio do nosso direito colonial, tem sido anulado pela insensatez dos preconceitos doutrinários que foram causa da nossa decadência.

Souo a hora nova das realidades fecundas, o toque de "álerta", perante o ataque do inimigo comum, a ordem de cerrar fileiras com a disciplina dos momentos de perigo e na obediência consciente de um comando autorizado.

Não se podem ler sem um estremecimento as páginas sinceras e conscientes do relatório do actual Ministro das Colónias, Sr. Dr. Armindo Monteiro, que antecede o Decreto n.º 19773, de 27 de Maio de 1951 (Transferências de Angola).

São patentes todos os sacrifícios da metrópole por aquela sua colónia, tão vincadamente portuguesa e tão cara em sangue, fazenda e vidas.

Postas em ordem as suas finanças públicas, como primeira condição de ressurgimento, é a disciplina da sua produção e consumo que se impõe, a defeza do seu nacionalismo particularista que é mister fazer.

Aqui, como em mais larga escala na metrópole, é indispensável o concurso dos agentes das actividades produtoras, a nitida compreensão de que existe um interesse geral, nacional, que se sobrepõe aos interesses individuais.

A formação desse espírito nos meios coloniais, onde a iniciativa e o esforço individual são os propulsores das obras grandiosas, na luta incessante com o meio ambiente, é porventura ainda mais difícil.

Mais se justifica um comando duplamente esclarecido e enérgico, como acontece nas fases decisivas dos combates.

As dificuldades das soluções apresentam-se, no momento, pela infiltração das ideias dissolventes da noção egoísta do individualismo desagregador.

As classes produtoras, numa palavra, os colonos, sujeitos ao livre jogo dos factores económicos, desintegrados do Estado, constituem uma massa informe de oposição que se caracteriza no perene estado de luta surda e anti-social contra o seu Governo.

É, por isso, que as Colónias não podem subtrair-se aos benefícios e às disciplinas da organização corporativa do Estado, que lhes dará unidade económica pela colaboração entre os seus factores, numa orientação definida de interesse comum, e pela íntima ligação com a economia da metrópole.

Subsistente, quanto às colónias, a crítica feita com relação à organização corporativa do Estado, pelas omissões notadas e erros de concepção, as disposições existentes no Decreto n.º 342 sobre as colónias limitam-se a crear em cada colónia Grémios de categoria correspondente aos dos distritos, no continente, e nos distritos das colónias em que o haja Grémios da categoria dos municipais, compreendendo, entendido fica, a formação das secções corporativas que os constituem.

A deficiência de textura da organização corporativa não nos permite, por enquanto, mais do que raciocinar sobre conjecturas, defeito que provém da escassa firmeza de pensamento que presidiu à elaboração das bases do sistema.

Pode, contudo, desde já salientar-se que a economia colonial

não se equipara à economia regional ou distrital do continente. Tem uma autonomia, *sui generis*, condicionada especialmente pelo seu sistema monetário privativo, pelas suas finanças e pela sua balança económica.

O que na metrópole forma um todo que justifica as suas divisões regionais ou locais pela necessidade e método do contacto dos agentes das actividades, tem em cada colónia aplicação, considerando-se o conjunto económico privativo da colónia.

Separam-se, assim, duas funções distintas, embora inter-dependentes, do corporativismo colonial:

1.ª—A coligação de interesses da sua economia privativa e competente jurisdição;

2.ª—A coligação dos interesses privativos da economia da colónia com os da Nação, ou melhor dito, do Império.

A primeira não se compadece em muitos dos seus aspectos com uma imediata dependência dos órgãos executivos da suprema magistratura do Trabalho.

A segunda, justifica-se pelo ordenamento metódico da representação profissional e económica junto do Estado central, para seguir as directrizes nacionais que forem impostas.

É óbvio que a sua formação terá de oferecer modalidades diferentes das estabelecidas para o continente.

Na base, a mesma elasticidade de formação de secções corporativas locais (sindicatos ou associações profissionais).

As corporações, quer dizer, o conjunto dos profissionais inscritos nas secções corporativas da mesma natureza, deverão ter a sua sede na capital da colónia.

Os organismos de direito público, denominados Grémios, como elementos de coordenação das actividades de cada grupo económico, funcionarão, conforme for fixado para cada colónia, ou só na sua capital ou nas sedes dos distritos, ou mesmo nas cidades quando a sua população o justifique.

Sob a presidência do Governador deverá haver em cada colónia um Conselho Económico, de composição análoga à do C. S. E. N. e com as mesmas divisões correspondentes aos grupos económicos estabelecidos (equivalentes aos Conselhos Nacionais), junto dos quais funcionarão as Corporações.

Nas Colónias em que se justifique uma única formação de Grémios os mesmos deverão tomar a designação e funções dos Conselhos que formam o conselho Económico da colónia.

Ficaria deste modo organizada a representação profissional de cada colónia e a sua unidade específica, pois não seria curial que, pelas razões expostas, a acção dos organismos corporativos das colónias ficasse apenas com um laço de coordenação na metrópole, como parece deduzir-se do art. 20.º do Decreto n.º 20542, supondo mesmo que o Conselho Nacional das Colónias se dividisse em Secções correspondentes a cada colónia, para que a representação das corporações coloniais, com o absurdo de terem a sua sede na metrópole, não apresentasse uma heterogeneidade incompreensível.

O princípio da unidade económica do império seria assegurado do mesmo modo pela manutenção do Conselho Nacional das Colónias, no qual teriam representação os Conselhos Económicos de cada colónia, nomeando representantes por cada uma das suas divisões (Conselhos dos grupos económicos).

O Conselho Nacional das Colónias seria composto pelos delegados de cada colónia, por delegados dos outros Conselhos Nacionais e pelos representantes dos organismos técnicos do Estado que nele devessem colaborar.

A sua função seria a apreciação das resoluções tomadas pelos Conselhos Económicos das Colónias, no que se refere a assuntos de ordem geral ou inter-dependente, bem como os que constituíssem competência da jurisdição superior do Trabalho.

Uma centralização de comando impõe-se, porém, no que se refere à unidade de acção, continuidade e funcionamento dos órgãos corporativos do Estado. É a exercida pelo Secretariado Geral do C. S. E. N., referindo-se propriamente à execução das disciplinas jurídicas do sistema.

Torna-se, para isso, praticamente indispensável que o Secretariado tenha um delegado especial junto de cada Governo Colonial, o qual será, com atribuições análogas às do Secretariado Geral do C. S. E. N., o Secretário Geral do Conselho Económico da Colónia.

A organização corporativa do Estado contém doutrina nova, não bastando para o seu êxito que a acção do Estado se limite à publicação das respectivas leis e regulamentos e mesmo à acção inteligente dos funcionários incumbidos de fazerem funcionar o complicado maquinismo do sistema.

A organização burocrática corre o risco de ficar inactiva ou ineficiente no caso de não haver da parte das classes interessadas uma nítida compreensão da finalidade da instituição, dado que se não produza ainda, como já se manifestou, uma oposição fundada em razões de ordem política.

Carece a nova doutrina de uma campanha de propaganda, de um apostolado e de uma catequese que formem os elementos de

**U**GANDA — O algodão é o principal produto e pode dizer-se exclusivo do indígena que o cultiva em pequenos lotes de terreno e o vende às firmas locais.

O número de escolas que ensinam a lavoura tanto a homens como a animais tem feito com que tenha aumentado consideravelmente o número de charruas em serviço.

Para se fazer uma ideia, basta dizer-se que só no distrito de Teso o número de charruas aumentou de 1.680 em 1925 para 2.710 em 1926.

*Haute Volta* — O ensino técnico faz-se nas formações militares, que, ministrado aos soldados, permite a estes, quando de volta aos seus lares, a vulgarização dos métodos da cultura.

*Guiné Francesa* — Os meios práticos para o aumento de produção agrícola consistem na distribuição gratuita de material agrícola em regiões onde os meios de comunicação sejam fáceis a um pequeno número de indígenas escolhidos cuidadosamente, quer pela sua inteligência, quer pela sua riqueza em família ou em gado e o emprêgo deste material em seu único proveito, nas suas próprias terras e com auxílio da sua família.

Continuar até que os benefícios agrícolas tenham persuadido os mais descrentes. A partir desse momento fazer a venda de material agrícola com reduções de preço, atenuando essas reduções de uma forma gradual até desaparecerem.

Criação de crédito agrícola. Tendo-se iniciado esta política em 1918 com a introdução de charruas, grades e ensino de bois de trabalho, em 1927 estavam trabalhando nas mãos dos indígenas 8.777 bois ensinados, puchando 3.401 charruas, 2.121 grades e com uma superfície lavrada de cerca de 20.000 hectares. Os números acima dispensam comentários.

*Outras colónias* — Na costa do Marfim criaram-se numerosas escolas indígenas que versam sobretudo sobre práticas agrícolas. Teem-se formado sociedades de previdência que conseguiram, como a de Dabou, adquirir ultimamente 50 exprededores "Simon", para tratamento de óleo de palma. Na costa do Ouro, cada ano aumentam as superfícies cultivadas, (principalmente arroz), constituindo-se, sob uma vigorosa impulsão dos administradores, celeiros de reserva destinados a acudir às necessidades da população em anos maus.

Em Bonaké criou-se uma escola-granja destinada a instruir os indígenas no melhoramento das espécies bovina e porcina e que é freqüentada anualmente por duas turmas de quarenta rapazes indígenas escolhidos pelos chefes indígenas. Terminado o exame, os mais classificados recebem uma bezerra ou um casal de porcos, escolhidos de entre o gado da escola.

Na Somalilândia Britânica tem-se melhorado os métodos culturais pela introdução de maquinismos simples, demonstração de métodos de selecção de sementes, afolhamentos, melhoria dos mercados locais, etc.

Nas colónias portuguesas, alguma coisa se tem feito também. Com o diploma N.º 1.638 procurou-se intensificar a cultura do algodão, fornecendo-se sementes aos indígenas, obrigando-os em acção que possam enquadrar e tornar activas as diferentes formações da arquitectura corporativa.

O estreito entendimento e colaboração do Estado e dos elementos da produção é a condição primordial para a resolução dos graves problemas económicos e sociais do momento presente, ao passo que é a base estável da instauração da paz cívica.

certos Concelhos à cultura de pelo menos 2.500 pés, dando aos indígenas que cumprissem esta disposição a ocupação graciosa de 5 hectares de terreno e diminuindo-lhes de 50 % a obrigatoriedade de trabalho (que caducou em virtude do Código de trabalho indígena), aumentado em 50 % o imposto indígena aos que não cumprissem. Em Moçambique estabeleceu-se na circunscrição civil de Mogovolas em local de 4 quilómetros da sede um campo de ensaios de sementes destinado a seleccionar sementes indígenas e a aclimatar as importadas, para depois serem distribuídas aos indígenas.

O ensino da cultura ao indígena tende especialmente a melhorar os seus métodos culturais.

As sementeiras de algodão, por exemplo, foram feitas por régulos e chefes das terras os quais todos semearam pela mesma ocasião que no campo experimental, depois de terem assistido à sementeira deste, tendo alguns deles ajudado à operação e sendo todos recomendados a repetirem da mesma forma nos seus campos sendo chamados para assistir às várias operações culturais que se foram sucedendo, ajudando e aprendendo e repetindo nos seus campos a operação.

Também na Guiné se criaram, em 1927 para só citar a legislação mais recente, o Jardim de Aclimação e Campo Experimental

de Bor destinado a introduzir e a propagar culturas, seleccionando e distribuindo sementes, estudando e corrigindo as terras, experimentando, enfim, e ensinando tudo quanto for conveniente para a actividade agrícola e a Estação Zootécnica da Guiné com sede em Bissoram destinada, entre outros fins, ao adestramento do pessoal auxiliar, para explorações pecuárias e possuindo conhecimentos embora rudimentares das práticas zootécnicas, preceitos de higiene, veterinária e indústrias subsidiárias.

## Desenvolvimento da Agricultura feita pelo indígena em seu próprio proveito

POR

AMÉRICO BAPTISTA DE SOUSA

*Funcionário administrativo da Colónia de Moçambique  
Aluno laureado da Escola Superior Colonial*

### II

indígenas, muito particularmente por certos trabalhos agrícolas, a fúnesta propensão ao nomadismo, a sua proverbial imprevidência e a falta de ambição.

Além destes, outros factores aparecem pesando também contra o desenvolvimento agrícola.

A falta por vezes de condições climáticas favoráveis, o afastamento em que se encontram as populações dos centros ou das vias de comunicação, a resistência dos chefes indígenas contra um novo estado de coisas que pode enfraquecer o seu prestígio e ainda o desinteresse das administrações até há poucos anos.

Mas de todos os obstáculos, dois e os maiores deles, são: convicção da lendária preguiça do preto e a falta de preparação do funcionário administrativo para cabalmente desempenhar a sua missão de impulsionador da actividade indígena.

Será assim tão indolente o preto?

Vejam os alguns números que melhor do que palavras combatem essa lenda de preguiça.

A exportação de oleaginosas: (exceptuando a copra que a empresas coloniais se deve em grande parte) o amendoim, o coco-nole, o sezamo, o ricino, a matura e o caju, é pode dizer-se totalmente devida à espontânea cultura ou colheita do indígena.

Em 1928 por exemplo exportaram-se:

(VALORES EM LIBRAS)

	Amendoim	Coconole	Sezamo	Ricino	Matura	Caju
Guiné.....	294.675	161.880	—	—	—	—
Angola.....	4.905	143.404	10.349	24.898	—	—
Moçambique..	600.000	—	58.996	4.437	47.707	18.048

ou seja:

Valor total das oleaginosas exportadas pela:

Guiné.....	456.575 libras
Angola.....	183.556 >
Moçambique..	729.188 >

Juntando a estas importâncias os valores da importação de cera, milho feijão e café, que se não na sua totalidade, pelo menos em grande parte são devidas ao trabalho do indígena quer por sementeira quer por simples apanha, teremos:

(VALORES EM LIBRAS)

	Oleaginosas	Cera	Café	Milho	Feijão
Guiné.....	456.575	4.620	—	—	—
Angola.....	183.556	156.140	617.900	500.000	52.400
Moçambique....	729.188	11.000	—	72.820	6.464

ou sejam:

Valor dos produtos exportados devidos ao esforço indígena de sua conta própria ou quasi:

Guiné.....	461.000 libras
Angola.....	1.590.000 >
Moçambique....	819.000 >

Comparando agora o total do comércio especial (exportação) teremos:

Guiné.....	508.000 libras
Angola.....	2.724.000 >
(a) Moçambique.	3.517.000 >

(a) (a que há a deduzir £ 742.950, valor da exportação da moeda, etc.), donde se vê que o indígena, *trabalhando para si*, não contando com o enorme esforço que despense nas empresas agrícolas, industriais e mineiras, além de prover ao seu sustento, ainda contribui para a exportação de géneros nacionais com cerca de:

na Guiné.....	90 0/0
em Angola.....	58 0/0
em Moçambique....	30 0/0

“afinal o preto trabalha !,

E se não produz mais porque é? Na Guiné Francesa, por exemplo, di-lo numa carta o Governador Poiret: “Pode dizer-se que na Guiné Francesa a modernização da cultura à charrua não encontra dificuldades senão nos regulamentos administrativos; desde que um agricultor indígena obtem resultados visíveis sobre os outros, inúmeros são os cultivadores que o desejam imitar... se se lhes fornecerem os meios...”

Existem disposições de lei nas nossas colónias que facilitam a cultura feita pelo indígena em seu próprio proveito?

Para não me alongar citarei apenas algumas das do último Código do trabalho dos Indígenas nas Colónias Portuguesas de África.

Diz o artigo 4.º:

“O Governô da República assegura aos indígenas das suas colónias plena liberdade de escolherem o trabalho que melhor lhes convier, *quer de conta própria nas suas terras ou nas que o Governô para isso lhes destina em larga escala em todas as colónias*, quer por contrato para serviço de outrem, se assim o preferirem, *reservando-se porém o direito de os incitar a trabalhar de conta própria tanto quanto for razoável* para melhoria da sua subsistência e condição social e de fiscalizar e tutelar benéficamente o seu trabalho em regimen de contrato.

Não pára aqui o pensamento do legislador.

É permitido recorrer, caso os meios suasórios empregados não tenham dado resultado, ao trabalho obrigatório, nas culturas de certas áreas de terreno, (alínea e do N.º 3 do artigo 296.º) de reserva indígena, em locais próximos das suas povoações, cujo produto reverta exclusivamente em favor daqueles que as cultivarem, ou segundo os seus usos e costumes em beneficio de determinada comunidade indígena.

O Governô propõe-se ainda auxiliar este trabalho (N.º 3 do artigo seguinte) com materiais, ferramentas e sementes que os indígenas não possam obter de sua iniciativa e que for justo prestar-lhes para melhor resultado daqueles trabalhos de seu immediato proveito.

Por aqui se vê que quanto a legislação estamos tanto ou mais adiantados do que as outras potências coloniais. Só resta, e este é o ponto, pô-las em prática.

Do que fica exposto se constata portanto que o preto trabalha mais do que muitas vezes parece e que os obstáculos, à vulgarização agrícola que à primeira vista parecem enormes, são facilmente vencidos, com a *vontade, método e perseverança* de funcionários competentes e instruídos, conhecendo a fundo tanto os problemas de política indígena como os que com elle se relacionam.

Em vista do que fica dito não deve pensar-se que a agricultura nas colónias deve ficar apenas como obra de trabalho indígena.

Entregar a prosperidade das colónias exclusivamente nas mãos dos indígenas exporia certamente esses territórios a crises muito graves. Deve-se pois evitar isso, mesmo no próprio interesse dos indígenas.

Supondo que se dê um grande desenvolvimento na agricultura feita pelo indígena, essa agricultura não tira os braços necessários às empresas europeias; pelo contrário, o indígena reconhecendo o trabalho como um acto nobre, com menos relutância se virá oferecer ao agricultor quando a sua própria cultura o dispensar e trabalhará, não com a idea de um castigo aviltante, mas sim com a consciência de que pratica uma acção que o beneficia e que o instrui.

São de grande utilidade as empresas capitalistas, tanto sob o ponto de vista económico como, por vezes político, contribuindo ainda, para o conhecimento entre os indígenas de processos culturais aperfeiçoados.

Seriam de grande utilidade aqueles colonos nacionais que empregassem as suas economias no desbravamento e cultivo de tanta terra fertilíssima, que pelas nossas colónias existe e que recompensaria largamente o esforço empregado.

Para todos há terra.

As grandes plantações necessitam aqueles grandes tractos de terreno apresentando uma certa regularidade.

As zonas pouco extensas para explorações capitalistas serão aproveitadas pela cultura indígena, mais modesta.

E assim dando as mãos, indígenas e capitalistas, constituiriam uma economia em que uma grande parte da produção seria deixada ao indígena, a outra parte a empresas capitalistas, tendo estas principalmente a seu cargo a transformação e o comércio dos produtos formando assim um bloco de trabalho e produção que enriqueceria colonos e colonizadores.

Muitas são as vantagens de vulgarização agrícola tanto sob o ponto de vista político e administrativo como económico e social.

O enriquecimento da colónia, permite aos indígenas pagar mais facilmente os seus impostos; a riqueza indígena provocando-lhe novas necessidades, cria ao comércio novos mercados e assim, ao aumento das exportações corresponderia um aumento de importações.

A transição da propriedade colectiva para o regime da propriedade individual sempre que nisso não haja inconveniente, embora lenta, trará consigo o estabelecimento definitivo da família indígena, o seu maior bem-estar, promovendo assim, de facto, ao melhoramento das condições materiais e morais da sua vida e à valorização da sua actividade. Conseguir-se-ia esta valorização, a meu ver:

a) Intensificando em todas as escolas para indígenas o ensino agrícola, com um carácter especialmente práctico, visando sempre às condições próprias da região onde esse ensino é ministrado.

b) Aproveitando além disso todas as ocasiões em que por uma pequena despesa se possa dar uma instrução agrícola prática ao indígena, como por exemplo aos indígenas o serviço militar.

c) Estabelecendo dois tipos de escolas agrícolas. O primeiro tipo será formado por escolas distritais, uma em cada distrito, onde se preparem instrutores agrícolas indígenas, escolhendo-se a frequência para essas escolas entre os filhos dos indígenas que pela sua posição no meio indígena ou por melhores provas prestadas nas escolas primárias existentes possam corresponder ao ensino a elles ministrado, ficando ao sair da escola com os seguintes direitos e obrigações: Vencimento suficiente, residência modesta, mas feita de molde civilizado—primeiro passo para o aldeamento a constituir—e uma área de terreno entre cinco a vinte hectares, com obri-



gação de cultivar uma parte dela em seu exclusivo proveito e seguindo os processos aprendidos na escola, com material agrícola por ela fornecido, de manter um pequeno curso agrícola em que os alunos aprenderão ajudando os trabalhos culturais e aconselhar e ajudar dentro das suas possibilidades nas lavouras e ensino de bois de trabalho todos os indígenas que lho requirem.

Do programa da escola que seria de 2 a 3 anos constará :

1)—Prática das culturas usadas entre os indígenas, sendo a do amendoim de principal importância devido à grande vantagem da sua cultura no afolhamento, tanto pelo facto dos mercados de matérias gordas vegetais terem uma capacidade de absorção por assim dizer ilimitada, como por o amendoim constituir no sistema cultural indígena uma das raras culturas que, por si, retardam o empobrecimento do solo, fornecendo-lhe por intermédio dos nodulos das suas raízes o tão precioso azote; dever-se há também tentar a questão do descasque que permitiria diminuir o preço do transporte a pagar e assim ao indígena uma maior remuneração pelo seu produto.

2)—Emprêgo de maquinaria simples: charruas, grades, etc., e o ensino de bois de trabalho, sua alimentação e cuidados, as vantagens e necessidade do emprêgo de adubos.

3)—Leitura e escrita em português, de assuntos que se relacionem com a agricultura e pecuária.

O segundo tipo de escolas será constituído por uma escola em cada circunscrição, regidas por indígenas que tenham frequentado um curso a curto prazo (seis meses a um ano) na escola distrital e onde tenham aprendido a trabalhar com as máquinas agrícolas acima apontadas, ensino de bois de trabalho e ligeiras noções agrícolas.

São seus direitos: vencimento que irá de um terço a metade daquele que é dado ao professor distrital, alojamento e uma área de terreno entre dois a cinco hectares destinado uma parte a culturas para a sua subsistência, outra a campo de ensino de animais.

São suas obrigações, além de cultivar uma parte da área cedida por processos aperfeiçoados, com máquinas que lhe serão fornecidas quando da saída da escola e dos animais suficientes para a tracção desses instrumentos, tanto uns como outros ficando propriedade do Estado, podendo-lhe ser cedidos por desconto nos seus vencimentos, ensinar dentro das suas possibilidades, a certo número de alunos as práticas aprendidas na escola, além do ensino de bois que os indígenas da circunscrição requirem para as suas lavouras, para o que devem pedi-lo verbalmente ao administrador da sua área.

O regime nas escolas distritais é de internato; o das escolas das circunscrições, é de externato.

d)—Estabelecendo em cada circunscrição viveiros de espécies florestais e fruteiras destinados a fornecer árvores aos indígenas requisitando-se também, quando se julgar necessário, sementes seleccionadas pelas quintas experimentais existentes.

e)—Aproveitando a parte do programa do Estatuto das Missões, alíneas c) e d) do artigo 21.º que estabelece o ensino agrícola, fundando, desenvolvendo e dirigindo hortas jardins de ensaio, granjas ou herdades nas quais o indígena possa aprender praticamente as variadas culturas por métodos de progressiva evolução, melhorando gradualmente os seus rudimentares e primitivos processos de trabalho, dando-lhes noções de novas culturas, de aperfeiçoamento das usadas, de selecção de sementes, de sevilicultura e outras igualmente úteis.

O ensino da pecuária feito, quanto possível, com o ensaio de novas e melhores raças ou cruzamentos aperfeiçoados. E a parte que respeita a ensino profissional (alínea e) do mesmo artigo), criando-se principalmente oficinas de pedreiro e tejoleiro, para facilitar e espalhar a construção de habitações indígenas estáveis e a de carpinteiro e construção de carros rudimentares, para assim se facilitar aos indígenas o transporte barato das suas colheitas.

f)—Dar aos administradores a facilidade de distribuirem máquinas agrícolas simples por aqueles indígenas que saídos da escola vão empregar a sua actividade nos trabalhos agrícolas em seu próprio proveito, sendo as primeiras distribuições gratuitas e as seguintes pagas por preços mínimos e com todas as facilidades de pagamento a longo prazo, em tudo isto auxiliado por uma apertada cooperação com os serviços e delegações de Agricultura da Colónia.

g)—Facilitando aos indígenas em geral a aquisição de maquinaria agrícola, quer por empréstimo, quer por aluguel ou venda a longo prazo.

São estes os processos que a meu ver intensificaríamos fortemente a agricultura indígena, melhorando-a, contribuindo assim para um maior bem-estar do indígena, para um aumento de riqueza para a colónia e para o engrandecimento do maior país colonizador: —PORTUGAL!

## Dr. Francisco Machado

A-pesar-de convallescente ainda de ferimentos produzidos por um grave desastre de automóvel, partiu para Paris em missão especial o nosso querido colaborador e ilustre colonial dr. Francisco Machado.

Francisco Machado é um novo e um dos valores marcantes da geração que há poucos anos começa, por direito próprio, a disputar aos velhos hábitos e às velhas fórmulas o lugar onde se há de comandar a renovação total do país.

Só assim se explica a sua dedicação, prestando-se a desempenhar uma missão difícil e ingrata quando as circunstâncias pareciam aconselhar o repouso e a calma que é devida aos convallescentes.

## EXPEDIENTE

A falta de transferências de Angola impede-nos de fazer a cobrança das assinaturas do 2.º semestre pelo correio. A falta doutro meio e não desejando privar os nossos assinantes de Angola da recepção da revista, rogamos a todos o obséquio de enviarem à redacção (Rua da Conceição, 35, 1.º) a importância das duas assinaturas em moeda da Colónia.

## S. TOMÉ



Tableiro de secagem do cacau na Roça Rio do Ouro

### Mário Cunha, Limitada Lisboa e África

Grande stock de artigos para permuta—Completo sortimento de artigos para armarinho  
COMÉRCIO—AGRICULTURA

#### IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

SEDE EM LISBOA — RUA DA CONCEIÇÃO, 120, 1.º

SUCURSAL — NOVO REDONDO

Avenida Dr. José Maria de Aguiar

Telegramas: QUANZASUL

# DA IMPRENSA ESTRANGEIRA TRANSA

**A** criação do comité franco-português de estudos coloniais, a que noutro lugar nos referimos, é daqueles acontecimentos que se devem acolher com prazer, como aliás todos os que tenderem a aproximar-nos de Portugal. Parece que, salvo uma pequena minoria, se ignoram demasiadamente entre nós os laços que nos prendem a Portugal. Indubitavelmente fez este país muito, este ano, para chamar a atenção da França sobre a sua mais próxima vizinha (não geograficamente, mas cordealmente) entre as nações latinas. A Exposição Colonial fez surgir com magnificência das brumas do passado a lembrança dos grandes navegadores lusitanos; da mesma forma que desvendou a realidade do império português d'hoje e do esforço que nele se realiza.

Ao mesmo tempo o "Jeu de Paume", iniciávanos na arte portuguesa; e um pouco mais tarde, no regresso do Congresso da Crítica, uma pléiade de escritores de talento espalhou pelos jornais e revistas a fama de Lisboa; de Cintra, de Coimbra, de tantos lugares encantadores. E para materialisar o encanto luminoso do país do Douro e do Tejo, inaugurava-se no coração de Paris a "Casa de Portugal".

Manifestações de interesse, de simpatia. O movimento iniciado ultrapassa as fronteiras da Metrópole Lusitana e, como diz a S. Ex.<sup>a</sup> o Ministro das Colónias de Portugal, Armindo Monteiro, Portugal e a França vão caminhar mais estreitamente ligados depois de terem, durante séculos, percorrido caminhos paralelos de colonização. Ajudar esta colaboração será a obra e o orgulho do Comité franco-português de estudos coloniais.

Se bem que a Exposição Colonial se tenha encerrado podemos recordar o esforço que Portugal fez para que as suas colónias fossem mais bem conhecidas: esforço que dura e de que ele há de beneficiar apesar do desaparecimento dos pavilhões do lago Daumesnil, através duma coleção muito completa de brochuras em francês, destinadas à distribuição:

Enumeramos:

- 1.º Curtas monografias das oito colónias portuguesas, resumindo em algumas páginas os dados essenciais relativos a cada uma.
- 2.º Um importante catálogo da Exposição que auxiliará as memórias mais remissas e que contém além de resumos monográficos, numerosos endereços de várias empresas coloniais. Ali se encontrará também a preciosa bibliografia das obras publicadas de há 400 anos para cá sobre as viagens e descobertas e sobre o Império Português.
- 3.º A notável obra "Angola", do Coronel Brandão de Melo, representante desta colónia: se bem que na força da idade, o Coronel Brandão de Melo, explorador, caçador exímio e homem de negócios inteligente e enérgico é um dos "velhos", da Colónia.
- "Angola", é uma obra sintética, contendo em resumo todas as características da Colónia, desde a história e administração até à caça.
- 4.º Uma coleção de brochuras sobre Moçambique: história, solo e clima, indigenato, assistência médica, instrução, administração e finanças, cadastros, portos e transportes, agricultura e pecuária, comércio e indústria.
- 5.º As cartas orgânicas de cada uma das colónias.
- 6.º O Acto Colonial, e as Bases Orgânicas da Administração Colonial.
- 7.º Monografias editadas pela Colónia de Moçambique e relativas aos produtos coloniais seguintes: bananas, chá, cana de assucar, algodão, sisal, tabaco, copra, etc.

## Actualidades Portuguesas

Transcrito da "Quinzaine Coloniale,"  
de 25 de Novembro de 1931

8.º Uma série de brochuras importantes sobre as condições actuais de Moçambique.

9.º A grande obra do sr. F. Ribeiro Salgado sobre o "O Brasil e as Colónias Portuguesas". É um lado particularmente interessante da questão, não só para os portugueses que fundaram o imenso estado brasileiro e que com ele mantêm relações íntimas, mas também para os franceses. Não podemos, com efeito esquecer que o bloco hispano-lusitano da América do Sul faz, sobre o *mapa-mundi pendant* com este bloco africano em que se juntam três raças latinas: francesa belga e portuguesa. A formidável documentação do autor não só nos mostra as situações relativas do Império Lusitano de hoje e do seu Império de outrora, mas pode ainda, por comparação, das interessantes indicações para as directivas económicas a dar às nossas colónias; um dia virá em que certamente se estabelecerá através do Atlantico Sul uma corrente de trocas infinitamente mais activas do que agora. Dir-se-ha que o Brasil é produtor de géneros coloniais e que, por esse motivo, para nada serve às colónias—nem como vendedor nem como comprador; mas isso é ter sobre um problema que só agora começa a pôr-se, pontos de vista muito apertados.

10.º Uma brochura publicitária em inglês sobre Lourenço Marques, que não é apenas, como se sabe, o grande porto de saída do Transval para Este mas sim também uma praia elegante, tão frequentada pelos britânicos que a moeda inglesa tem curso na cidade.

11.º Emfim uma série de curtas notícias sobre os principais produtos das colónias portuguesas.

Esta lista, bastante longa, é ainda incompleta, pois lhe faltam outros elementos de menor interesse. Mas quiz apenas mostrar que preciosa documentação foi posta à disposição dos interessados pelos diversos serviços do Estado e pelos governos das colónias. Isto dará uma ideia precisa das possibilidades de que dispõem estas terras que estão há mais de cinco séculos nas mãos dos portugueses, mas cuja exploração metódica é recente.

CRISTIAN DE CATERS

Portugal comprou no estrangeiro de Janeiro a Outubro do corrente ano, os seguintes produtos que as colónias lhe podem fornecer		
Algodão em caroço, rama ou cardado	Contos	61.217
Algodão em fio		8.077
Lã		9.080
Gado vacum		2.497
Couros		5.580
Linho		864
Madeiras		5.616
Sementes oleaginosas		37.762
Oleo de palma em bruto		6.502
Tabaco		20.482
Adubos		2.913
Seda (fio)		12.000
Arroz		24.758
Cereais em grão (exceto milho e trigo)		3.697
Feijão		1.290
Trigo em grão		44.049
Chá		3.823
Café		14.135
Total		254.043

É uma onda de ouro que o estrangeiro nos leva todos os anos

# COLOONIAL CREVE-SE IMPRENSA PORTUGUESA

**É** um nome glorioso o do sr. brigadeiro João de Almeida. A campanha dos Dembos, página de grande heroísmo da nossa História contemporânea, imortalizou esse militar, valente e briossíssimo como os que mais têm dignificado a Pátria.

Larga e brilhante é também a obra de João de Almeida sob o aspecto colonialista. Redundante seria apontá-la para justificar o cunho de autoridade e competência de que se revestem as considerações que adiante registamos, a propósito dos grandes triunfos que constituem para Portugal, além da patriótica conferência que o sr. brigadeiro João de Almeida realizou na Sociedade de Geografia de Paris, a nossa representação no certame de Vincennes e a visita que ao mesmo fez o ilustre ministro das Colónias, sr. dr. Armindo Monteiro.

Começou por nos dizer o sr. brigadeiro João de Almeida: — Já tinha visitado demoradamente a Exposição de Vincennes antes da viagem do sr. ministro das Colónias a Paris. O melhor que posso dizer do importantíssimo certame é que a visita do ministro foi bem o acontecimento que devia encerrar a forma brilhantíssima como nos apresentámos—uma cupula triunfal sobre um esforço digno e honrado.

— Considera, pois, a nossa representação em Paris... — Como um triunfo inegável dos métodos portugueses de colonização. Depois da França, que, naturalmente, dispõe de dinheiro e condições excepcionais para se representar com exuberância, Portugal foi, sem favor, o País que mais seriamente se apresentou em Vincennes. A própria Holanda, que realizou um esforço notável, e cujos métodos de colonização convencem os doutrinários mais exigentes, encarada em conjunto a sua representação, não deu a ideia da experiência colonial, da capacidade colonizadora que Portugal conseguiu dar.

— Devo dizer-lhe: Eu, que me sinto sempre vibrar quando vejo o meu País respeitado e dignificado lá fora, tive uma das grandes satisfações da minha vida ao visitar os pavilhões portugueses em Vincennes e o nosso «bureau» na Cité des Informations.

— A nossa representação foi portanto, impecável... — Impecável é um exagero. As coisas impecáveis são próprias dos anjos — e nós somos apenas homens. Uma crítica imparcial poderia encontrar pequenas faltas e erros que amanhã serão facilmente corrigidos com a experiência de hoje. Sem querer menosprezar o esforço feito, e que, repito, é notável, mas apenas com o intuito de emitir uma opinião sincera, que por isso mesmo deve pôr de banda uma louvaminha inferior, parece-me que teria sido mais feliz a nossa representação apenas em dois pavilhões, um histórico e outro de todas as províncias ultramarinas. Ter-se-ia assim evitado uma certa dispersão que se nota nos dois pavilhões históricos e o desnível de representação das nossas colónias, Angola e Moçambique estão muito melhor representadas que as outras províncias, e entre aquelas mesmo há uma diferença muito sensível. Enquanto Moçambique tem uma representação admiravelmente organizada, a Angola, que é bem mais característica e cuja variedade permitiria realizar uma representação interessantíssima, faltam documentos importantíssimos da sua actividade e do seu progresso. Não vi uma representação industrial. O porto do Lobito está pouco menos que esquecido. A pesca e a pecuária, dois elementos de primeira ordem na economia de Angola, passam despercebidos. Notei ainda, com desgosto, que, enquanto Moçambique trouxe uma bagagem bibliográfica completa, à bibliografia apresentada por Angola faltam as obras mais notáveis. E nem sequer foram citadas na bibliografia apresentada pela Sociedade de Geografia e pelo Arquivo Histórico. Dir-se-ia que a representação bibliográfica foi organizada por um desses coloniais teóricos que nunca foram às co-

## PORTUGAL NO ESTRANGEIRO

### Ouvindo o Brigadeiro Sr. João de Almeida

acérca da nossa representação  
no certame de Vincennes  
e da viagem do sr. ministro das colónias

"O império português está vivendo lá fora uma hora de grande prestígio," afirmou-nos o valoroso militar e ilustre colonialista

lónias e cuja ciência se faz à custa dos relatórios dos que por lá andaram.

— Foi muito sensível essa falta?

— Não o foi para a maioria dos visitantes. Devia, porém, ter impressionado os técnicos e poderia a alguém, mais enfiado nas nossas coisas, ter dado a impressão de que nem no estrangeiro queriam desaparecer certos ódios e pequeninas invejas que às vezes nos dividem cá dentro. E é todo o mal que posso dizer entre tanto bem que justamente se tem dito da nossa representação.

E o sr. brigadeiro João de Almeida acrescenta, com sincera alegria:

— Um grande triunfo — um triunfo cheio de seriedade e de galhardia!

— E, quanto à visita do ministro, as impressões de V. Ex.<sup>a</sup>?

— Como lhe disse, a visita do sr. dr. Armindo Monteiro foi bem o acontecimento digno do encerramento da Exposição. A acção pessoal do ministro foi notável e o ambiente criado em volta do nome de Portugal é do melhor que se tem produzido, de há muitos anos para cá. Tenho assistido e tomado parte em várias cerimónias oficiais no estrangeiro. Nunca vi Portugal tratado com tanta cordialidade, tanto carinho e—digamos— tão sincero reconhecimento pelo nosso valor e pelas nossas qualidades. Começou por se fazer ao ministro e a sua comitiva uma recepção cujo brilho e grandeza só encontrou

paralelo na que se fez á rainha da Holanda. E na visita que o dr. Armindo Monteiro fez connosco à Exposição houve mais que um grande aparato, já por si demonstrativo de grande consideração—houve entusiasmo, houve carinho. Nos pavilhões de Algéria e Marrocos, por exemplo, enquanto do alto da Torre um mouro nos saudava em arabe, os mercadores vinham ao nosso encontro para nos aplaudir e cumprimentar. Enfim, uma recepção que foi bem o reflexo dum sólido prestígio e duma magnífica posição internacional. Via-se que todos tinham descoberto, enfim, este povo, que toda a sua vida tem levado a descobrir povos, e admiravam nele as virtudes que o fizeram grande. De resto, pelos relatos dos jornais, já sabe de outras manifestações, que são bem a prova exuberante do que estou dizendo.

O sr. brigadeiro João de Almeida falava com um grande calor e mostrava-se francamente orgulhoso com o carinho que envolvera o nome de Portugal. Preguntámos-lhe ainda:

— E a sua conferência, sr. brigadeiro?

— A minha conferência foi feita a convite de última hora, a instâncias do sr. ministro das Colónias, que não quis perder uma oportunidade de levantar mais alto ainda o nome de Portugal. Julgámos, antes de partir, que ela se realizaria no recinto da Exposição, mas quando chegámos nada estava preparado; já não houvera tempo de o fazer. Felizmente: os bons esforços do nosso adido militar, o major Lelo Portela, repuseram as coisas no seu lugar e a conferência veio a realizar-se na Sociedade de Geografia.

— Sabemos que foi um triunfo para v. ex.<sup>a</sup>...

— Para mim não há triunfos desta natureza. Sou um soldado, um colonial e, sobretudo, um homem que ama devotadamente o seu país. Se houve triunfo, foi para Portugal e foi só ele quem triunfou. Nestas coisas o País é tudo e nós não somos senão muito pouco. Eu apenas tive a ventura de mostrar lá fora o que fomos, o que somos e a promessa que representamos para o futuro.

— Em todo o caso a conferência foi muito bem recebida.

— Sim, teve um público muito bom e muito escolhido. Não foi, como sabe, uma conferência técnica sobre as colónias. Tinha

(Conclui na página 36)

# INFORMAÇÕES DO MUNDO COLONIAL

## Crónica do mês **A caminho de bons governos**

**A**S colónias foram durante muito tempo consideradas como fazendas distantes e quasi esquecidas dos países coloniais. Antes do Século XIX mesmo pode dizer-se afoitamente que só Portugal, entre os povos que tinham possessões ultramarinas, teve o sentido e a idea da Colonização na sua concepção superior actual.

Resultou daqui que as colónias se povoavam com aventureiros e falhados—esses tristes indivíduos que nas metrópoles apenas conseguiam morrer de fome ou matar a fome à custa de expedientes escuros. Para governar tais colonos não eram precisos grandes coloniais. E vá de enviar também para lá, para os altos cargos, outra espécie de falhados e toda a fauna de indesejáveis de que a política metropolitana se queria desfazer.

Decorreu o tempo e às colónias começaram a afluir verdadeiros colonos, homens de acção e de coacção, que pouco a pouco vão corrigindo os males de origem duma Sociedade tão mal alicerçada. Durou

mais tempo a velha pecha dos governadores inúteis. Enquanto uma Sociedade se ia refazendo por si, não havia o cuidado de lhe dar o chefe digno e competente capaz de ser o orientador e o impulsor do movimento.

Ora hoje as colónias deixaram de ser fazendas para serem partes integrantes e, por vezes, indissociáveis das nações coloniais. Deixaram, por consequência, de estar à mercê de improvisadores, de políticos de baixo estôfo e de ilustres incompetentes. Tem, por ventura, mais importância hoje a escolha dum governador para uma colónia do que a dum Ministro para uma pasta.

Esta idea há de fazer carreira em Portugal como uma consequência natural e lógica da popularidade que as cousas coloniais vão alcançando e desse pensamento tão português, que se vai reformando entre nós—o Pensamento Colonial.

H. G.

---

## Notas do mês

### Carta Roteiro de Angola

Temos finalmente uma carta roteiro de Angola. A Tipografia Minerva de Loanda acaba de editar uma carta roteiro da Colónia que é, de longe, a mais completa e cuidada que até hoje se tem elaborado.

Sem qualquer intuito de reclame que não está na índole desta revista e que nem sequer nos foi solicitado, temos o maior prazer em divulgar o aparecimento desta carta que vem—passe o lugar comum—preencher uma grande falta que toda a gente que viaja em Angola decerto sentia.

Trata-se dum trabalho meticoloso e sério, indispensável de futuro a quem se deslocar na Colónia, ao qual não faltam os mais ligeiros detalhes, tais como a quilometragem das estradas, hotéis, postos de venda de gazolina, povoados indígenas, etc.

### Concurso de Literatura Colonial

Reüniu-se no dia 26 de Novembro passado o júri do VI Concurso de Literatura Colonial, tendo classificado os trabalhos apresentados. Em virtude do mérito aproximado de várias obras, o júri resolveu dividir a importância dos prémios por três dos concorrentes, a cada um dos quais foi atribuído a importância de 2.500 escudos. Esses concorrentes são os srs. Henrique Galvão com o

livro "O Velo d'Oiro", José Ferreira Martins com o livro "Poetas e Prosadores", e Jayme de Inso com o livro "A Caminho do Oriente".

O sr. Armando Cortezão apresentou uma proposta, que foi aprovada, no sentido de que seja solicitada autorização do sr. Ministro das Colónias, para ser criado um "diploma de honra", a conceder não só aos concorrentes que tem obtido prémios mas ainda a todos os que, não tendo recebido qualquer recompensa pecuniária, apresentaram no entanto trabalhos de reconhecido mérito. Estão neste caso, no presente concurso, os srs. César Ramos, com a "Colmeia", e Teófilo Duarte, com "Timor".

Por não se conformar com a decisão do júri que considera contrária à letra do regulamento do Concurso, o concorrente premiado sr. Henrique Galvão, apresentou uma reclamação no Ministério das Colónias, com os seguintes fundamentos:

1.º O júri não podia, porque nenhuma disposição do regulamento lho permite estabelecer três segundos prémios com a importância total atribuída para os 1.º e 2.º

2.º Relativamente ao valor das obras premiadas nos anos anteriores não há motivo para que neste concurso não tenha sido atribuído o 1.º prémio.

3.º O seu livro "História do Nosso Tempo", não foi admittido por não ser considerado dentro das condições do concurso. No ano anterior foi atribuído o 1.º prémio a um livro do mesmo género de literatura.

4.º Estabelecendo o regulamento do concurso, taxativamente que *será sempre dada preferência às obras apresentadas sobre a forma de romance, novela, narrativa ou relato de aventuras* e sendo o seu livro "O Velo d'Oiro", de entre as obras premiadas o único que apresentado nessas condições foi-lhe negada a preferência que a lei estabelecia.

## «O Vélo d'Oiro»

Está sendo traduzido em francês, pelo ilustre escritor Jean Duriau, o último livro do nosso director sr. Henrique Galvão "O Vélo d'Oiro".

Jean Duriau é além dum ilustre escritor parisiense um grande amigo de Portugal. A ele se devem já, também, a magnífica tradução do último livro de Augusto de Castro e numerosos artigos sobre o nosso País.

A edição francesa deve ser lançada em Paris no próximo ano.

"O Vélo d'Oiro", é o primeiro livro de literatura colonial portuguesa traduzido numa língua estrangeira.

## Concurso do Padrão de Lourenço Marques

A 25 de Novembro passado, o júri nomeado pela Comissão dos Padrões da Grande Guerra, aprovou o projecto apresentado pelos artistas Rui Gameiro (escultor) e Veloso Reis Camêlo (arquiteto), como o melhor dentre os que se apresentaram a concurso.

A obra escolhida é infelizmente banal de concepção e de forma, anacrónica de estilo, fora do espírito em que se estabeleceram as bases do concurso e brigando em absoluto com os estilos tradicionais do Continente Africano, ou sejam: o egípcio e o árabe.

De lamentar é que o critério dos técnicos a que os membros da Comissão dos Padrões da Grande Guerra se curvaram, não tivesse o desassombro de anular o concurso com base na insuficiência artística e conceptual dos projectos apresentados, já que o único que obedecia à letra do concurso, de concepção moderna, no estilo, na forma e na matéria, traduzindo bem a ideia que o inspira, foi desclassificado por plágio injustificadíssimo.

Lourenço Marques, cidade moderna, cidade cosmopolita que tinha jiz a ter na sua Praça principal um monumento-padrão de que pudesse orgulhar-se, vai afinal ficar com uma estátua à Pátria vulgar sem gosto e sem elevação.

Um testemunho do fraco valor dos nossos arquitectos e escultores que decerto fará sorrir o estrangeiro que desembarque em Lourenço Marques, depois de haver deixado, o Monumento ao Canal de Suez e as Pirâmides do Egipto.

## Colónias e protectorados estrangeiros

### Kenya

**I — Generalidades** — O Príncipe de Gales acompanhado do Duque de Gloucester visitou a colónia no fim do ano. A comissão presidida por Sir Hillton Young chegou a Kenia em 27 de Janeiro onde se demorou três semanas, depois do que seguiu para a colónia do Tanganyika. A comissão vinha de visitar o protectorado de Uganda. Importantes modificações foram levadas a efeito durante o ano tendentes ao desenvolvimento dos governos locais, de harmonia com as recomendações da Comissão Governamental. Foi elaborado um projecto de lei com o fim de pôr em execução as medidas preconizadas pela Comissão do Governo; reuniu uma conferência composta de delegados das comunidades europeias e hindús com o fim de discutir o projecto de lei sobre as municipalidades. O estabelecimento de conselhos de distrito nas zonas rurais foi recomendado pela comissão referida. O ano foi satisfatório sob o ponto de vista financeiro; o *superavit* da colónia que tinha sido de £ 693.260 em 1927, aumentou para £ 879.307 em fins de 1928. A dívida pública da colónia em 31 de Dezembro de 1928 era de £ 13.500.000 representada por dois empréstimos.

**Medidas tomadas em 1928 para melhorar as condições dos indígenas** — Politicamente o ano não apresentou nenhum acontecimento de importância. Mas um rápido progresso se notou em todas as instituições locais. A actividade dos conselhos locais indígenas foi notável e o seu entusiasmo pelo melhoramento das suas condições sociais e económicas manifestou-se pelas importâncias que votaram para o melhoramento do ensino, das comunicações e do desenvolvimento dos serviços médicos. A demarcação progressiva das reservas indígenas causou grande satisfação entre elles. Os transportes primitivos foram substituídos pelos transportes automóveis.

**II — Finanças** — As receitas atingiram £ 3.020.694 e as despesas £ 2.834.647. O total da dívida pública é de £ 13.500.000. As contribuições destinadas para fundo de amortização, logo após o

empréstimo realizado em 1921 atingem presentemente uma percentagem de 26 Sh. por cento ao ano.

**III — Produção. Agricultura** — A chuva caída durante o ano foi superior à média dos anos anteriores. O rendimento dos cafeeiros foi menor; a produção atingiu sómente 7.800 toneladas contra 12.300 o ano anterior.

**Exportações** — o Valor total das exportações atingiu £ 2.747.233, ou seja um aumento de £ 15.439 sobre o ano antecedente.

**Extensão das culturas e ocupação** — A superfície total das terras destinadas à ocupação europeia é de aproximadamente 6.720.646 acres. Dêstes encontram-se ocupados 4.996.406 acres. A superfície total cultivada é de 592.741 acres.

**Milho** — A superfície cultivada foi de 215.960 acres.

**Trigo** — A superfície cultivada atingiu 82.429.

**Café** — A superfície cultivada manteve-se estacionária; é actualmente de 84.073 acres.

Os produtos a seguir cultivados são pela ordem de importância: o chá com uma superfície de cultura que atinge já 4.809 acres; o Sisal com 91.909 acres. A exportação da fibra atingiu 350.985 Cwt. Cana do açúcar com mais de treze mil acres. A pecuária encontra-se também muito desenvolvida. Existem para cima de 300.000 cabeças de gado bovino; cerca de 106.165 de gado cavalari; cerca de 180.000 ovelhas, etc. A indústria dos lacticínios está bastante desenvolvida na colónia principalmente o queijo e a manteiga.

**Agricultura indígena** — O departamento da Agricultura mantém duas escolas que se destinam a ministrar o ensino agrícola aos instrutores indígenas. Igualmente mantém nas reservas indígenas granjas de demonstração. A seleção das sementes é feita em grande escala.

A agricultura pelo indígena, graças às medidas tomadas, aumentou consideravelmente. Nas regiões de Sud-Nyeri e Fort-Hall o aumento da superfície cultivada foi de 40 0/0. A aviação tem prestado grande auxílio na medição da área cultivável.

**Florestas** — Pela primeira vez, a quantidade de madeira em bruto vendida sofreu um decréscimo descendo para 1.288.853 pés cúbicos. Foi estabelecida uma nova reserva florestal que se denominará *Station Nyeri*.

**Pesca** — 40.000 arráteis de peixe no valor de £ 3.900 foram pescados. Empregam-se na pesca 1.755 pessoas, 212 barcos, 442 canoas e 175 covos.

**Minas** — Foram concedidas 55 licenças para pesquisas e registaram-se 70 minas durante o ano.

Manifestou-se um grande desenvolvimento nos jazigos de marmora da companhia *Kenya Marble Quarry*.

Detenora duma concessão com a superfície de 80 acres no sud-oste de Kajiado.

**Comércio e economia** — O valor das importações e das exportações incluindo neste número a Uganda, foi de £ 17.512.448. No valor total do comércio de importação ao comércio britânico coube uma percentagem de 63,91 0/0. A maior parte das exportações do Kenya e da Uganda compõe-se de produtos agrícolas; uma excepção, porém, existe que é o Carbonato de Sódio. O valor total dos produtos agrícolas exportados atingiu £ 6.661.673.

**IV — Justiça, Polícia e Prisões** — O número total de causas civis julgadas no Tribunal Supremo foi de 810.162 causas subiram à Relação para serem julgadas. A polícia é constituída por soldados africanos comandados por oficiais europeus. Da polícia fazem ainda parte alguns oficiais subalternos asiáticos. A percentagem dos prisioneiros existentes nas prisões é de 1 para 280 habitantes.

**Trabalhos públicos** — Gastaram-se em diversos trabalhos públicos £ 811.230.

**Saude pública** — Houve numerosos casos de malária durante o ano. Seis distritos foram atingidos pela epidemia, dos quais quatro situados nas reservas indígenas e dois na região ocupada pelos fazendeiros europeus. Há várias escolas governamentais em Mombasa, Nairobi, Nakuru, Thika, Nauyuki Eldoret, Kitale e noutras regiões da colónia. Há também 44 escolas destinadas aos filhos dos hindús.

A frequência das escolas africanas atinge 2.007 alunos.

**Terras e Agrimensura** — 25 pedidos de concessão de terras da Coroa para a cultura de sisal foram deferidos. Foram efectuadas vendas de terrenos públicos nas cidades de Nairobi, Mombasa, Elburgon e Njiro.

Os terrenos em Nairobi e Mombasa próprios para fins comerciais atingiram preços elevados.

**Trabalho** — A oferta do trabalho indígena foi sensivelmente igual à procura.

O número de trabalhadores indígenas em actividade atingiu 151.720, dos quais 114.000 na agricultura, 14.000 nos caminhos de ferro, 7.500 nos trabalhos públicos e 6.600 empregados como creados.

O ensino profissional indígena tem-se desenvolvido muito, não só nas escolas oficiais, como também nas missões.

## Moçambique perante Genebra

O sr. Eduardo de Almeida Saldanha, que é uma autoridade em assuntos jurídicos e coloniais acaba de publicar um grosso volume intitulado "Moçambique perante Genebra," na série "Questões Nacionais," que o autor está elaborando.

Apenas pudemos folhear a obra que nos deu a impressão do mais completo estudo que se tem feito em Portugal sobre o problema do trabalho indígena e, sobretudo, a de ser um livro em que aparece finalmente um homem de coluna vertebral direita a tratar corajosamente uma questão que a subserviência duma política inferior tem encarado até hoje com cobardia.

Mas merece mais que o relato duma impressão este livro no qual sentimos uma grande obra nacional. Reservamos pois a larga referência que merece, para depois da leitura cuidadosa e atenta que vamos fazer.

## A Alemanha e as Colónias

Num discurso realizado na Sociedade Colonial de Varsóvia sobre a crise financeira o dr. Schacht declarou que tinha chegado a hora para a Alemanha levantar a questão colonial.

## A cité des Informations

Vai criar-se em Paris, para continuar a acção exercida durante a exposição colonial pela *Cité des Informations* uma "Casa das Colónias," em que terão *bureaux* de informações todos os países coloniais.

## A África para os pretos:

É do seguinte teor o apelo que Morens Jarvey, presidente da "Associação Universal para o Progresso dos Negros," acaba de fazer: "A. A. U. P. N. fundada em Agosto de 1929 quer fazer pela África o que, em tempos, George Washington fez pela América. Nós os pretos queremos ter um governo nosso na África, para evitar a concorrência entre raças sob o ponto de vista nacional, comercial e industrial. Esperamos a cooperação dos liberais americanos brancos para afirmar o ideal da pureza da raça e para fundar em África uma nação para os negros.

Neste momento em que o mundo se reorganiza devem reservar-se certas regiões africanas para a raça negra. Se isto não se fizer continuará a confusão eterna entre as duas raças. Os negros não se sujeitarão sempre a serem dirigidos, governados e dominados por outras raças. Faço portanto um apelo aos 400 milhões de negros espalhados pelo mundo para que nos ajudem no nosso programa.

## Diversas

Por ter sofrido uma ligeira intervenção cirúrgica imediatamente ao seu regresso de Paris, não tem podido comparecer no seu ministério, o sr. Ministro das Colónias.

Os comerciantes de Angola residentes na Metrópole apreciaram o Dec. 19.773 apontando os prejuízos que a sua execução em algumas disposições lhes acarreta.

Procura fazer-se na Imprensa de Lisboa uma campanha de descrédito contra o gado de Angola. A campanha porém não tem surtido efeito por falta de fundamento e por se reconhecer que é manobrada pelos marchantes metropolitanos que encontraram na concorrência do gado de Angola um correctivo contra os seus desmandos.

## Moçambique

Os desempregados de Moçambique dirigiram um apelo ao governo central no sentido de serem dadas providências à situação angustiosa em que se encontram.

Efectuou-se a ligação telefónica de Lourenço Marques com Pretoria.

## Angola

O encarregado do governo de Angola solicitou ao ministério das Colónias a criação do fundo de maneio para início das transferências, acentuando que a privação destas está causando grandes dificuldades à população da Colónia.

Vão ser adotadas providências no sentido de se desenvolver a cultura do algodão em Angola.

Vai ser criado um organismo em Angola destinado a garantir não só a seleção dos produtos por forma a acreditarem os nossos mercados, mas também a satisfação das encomendas que possivelmente sejam feitas em grande escala.

## Guiné

A aviação portuguesa será representada em Bolama, na inauguração do monumento aos aviadores italianos.

## PORTUGAL NO ESTRANGEIRO

### Ouvindo o Brigadeiro Sr. João de Almeida

(Conclusão da página 33)

um carácter científico e nacional, que naturalmente despertou a curiosidade de alguns historiadores, antropólogos e geólogos, a quem o assunto mais interessava. Para mim teve, sobretudo, uma vantagem: a de permitir-me falar do meu País, podendo pôr nas minhas palavras muita verdade e um orgulho muito justificado.

— Em conclusão, sr. brigadeiro, v. ex.<sup>a</sup> está contente com a sua viagem?

Como não havia de estar! O Império português está vivendo lá fora uma hora de grande prestígio. Assim ela saiba ser compreendida cá dentro. Mais do que nunca, precisamos de manter e consolidar o crédito tão laboriosamente readquirido, renovando este país, que bem o merece, dentro das fronteiras de quem e de além-mar, e renovando lá fora a nossa representação diplomática, que nem sempre tem estado a altura das suas responsabilidades e que é preciso que seja inteiramente digna da própria dignidade de Portugal! Já o Conde da Ericeira dizia na sua "História de Tânger," que nós temos o grande defeito de nunca mostrarmos aos outros o que somos e o que valemos, esperando que os outros nos venham descobrir. Isso não deve ser assim, porque está fora de todo o sentido das realidades. Os países precisam revelar-se uns aos outros, dizerem bem alto o que são e o que valem.

E, concluindo, o prestigioso militar e colonial declara:

— É preciso fazermos uma propaganda constante nos jornais, nas revistas, em conferências, congressos, nos idiomas dos países onde mais nos interessa ser conhecidos. Nesta propaganda cabe o primeiro papel à nossa diplomacia. Mas uma diplomacia activa, patriótica, inteligente, conhecedora, capaz de não perder a mais insignificante oportunidade — uma diplomacia que não tem sido, infelizmente, aquela que, em geral, nos tem representado.



## Os Vernizes e Secantes da marca Estrela são os melhores

Devem ser preferidos por serem nacionais e rivalisarem com os melhores estrangeiros em preço e em qualidade

A' VENDA EM TODAS AS DROGARIAS

LISBOA — PORTUGAL

## A Companhia Portuguesa de Tabacos

informa que adquiriu mais maquinismo para poder satisfazer todos os pedidos de:

**TIP TOP**

marca excelente, de qualidade finíssima e de preço muito reduzido  
cuja venda excedeu todas as previsões

**A COMPANHIA**

não poupa esforços para manter a UNIFORMIDADE E ELEVADA QUALIDADE



## Reexportação e trânsito de mercadorias das Colónias portuguesas, por Lisboa

MERCADORIAS	QUANTIDADES EM QUILOGRAMAS		VALOR EM ESCUDOS	
	Outubro	Janeiro a Outubro	Outubro	Janeiro a Outubro
<b>Reexportação :</b>				
Cacau .....	1.364.326	11.606.859	3.391.645\$00	28.368.801\$00
Café .....	203.941	3.457.554	820.732\$00	9.545.213\$00
Cêra .....	36.099	211.768	291.545\$00	1.779.852\$00
Outras mercadorias .....	1.385.798	3.163.760	829.985\$00	3.276.231\$00
Total .....	<u>2.990.164</u>	<u>18.439.941</u>	<u>5.333.97\$00</u>	<u>42.970.097\$00</u>
<b>Trânsito internacional :</b>				
Cacau .....	—	45.011	—	120.884\$00
Café .....	23.454	2.878.623	87.839\$00	8.541.492\$00
Cêra .....	6.191	629.668	47.900\$00	5.435.618\$00
Óleos de palma e côco .....	46.118	499.674	74.000\$00	779.924\$00
Outras mercadorias .....	105.275	6.721.165	265.641\$00	11.624.671\$00
Total .....	181.038	10.774.141	475.380\$00	26.502.589\$00

Do Boletim Mensal da Direcção Geral da Estatística.

## Quantidades em quilogramas de algumas mercadorias importadas e exportadas de e para as Colónias portuguesas durante os meses de Janeiro a Outubro de 1931

MERCADORIAS	Angola	Cabo Verde	Guiné	Moçambique	S. Tomé e Príncipe	India, Maçau e Timor
<b>Importadas das Colónias :</b>						
Arroz .....	121.315	115	288.567	22.137	—	—
Açúcar .....	10.370.603	—	226	65	41.878.259	14
Café .....	2.412.129	38.124	346	520	164.614	755
Trigo em grão .....	3.041.382	—	—	—	—	—
Peles em bruto .....	506.035	18.049	105.859	6.975	1.038	—
Algodão em caroço, rama ou cardado .....	472.635	—	—	144.175	—	—
Sementes oleaginosas .....	4.821.928	2.675.407	17.575.878	252.112	3.195.868	—
Milho (1) .....	—	—	—	—	—	—
<b>Exportadas para as Colónias :</b>						
Vinhos do Pôrto (decalitros) .....	9.557	449	493	11.636	182	929
» comuns tintos (decalitros) .....	497.993	20.485	45.660	324.042	51.457	10.865
» » brancos (decalitros) .....	102.613	2.919	4.026	289.311	6.244	1.974
» licorosos .....	8.844	422	410	3.159	371	12.618
Conservas de vegetais .....	148.767	7.755	14.618	182.175	13.173	11.629
Sardinhas em salmoura .....	1.908	70	248	1.302	178	—
Conservas de sardinha .....	51.319	2.530	8.215	176.493	6.802	3.960
Cortiça em rolhas .....	708	145	65	1.996	90	129
Tecidos de algodão (2) .....	—	—	—	—	—	—

(1) Importaram-se de tôdas as colónias (especialmente de Angola) 38.369.352 quilogramas, no valor de 19.713.639\$00 escudos.

(2) A exportação para tôdas as nossas colónias atingiu: 687.726 quilogramas no valor de 12.679.187\$00 escudos.

Do Boletim da D. G. E.

# Companhia do Caminho de Ferro de Benguela

CAPITAL ACÇÕES—Esc. (ouro) 13.500.000\$00

CAPITAL OBRIG.—Esc. (ouro) 44.165.070\$00



*Sede em Lisboa*

**Largo do Quintela, 3**

*Comité de Londres:*

**Princes House, 95, Gresham Street, E. C. 2**



Linha férrea construída e em exploração:

Desde o Lobito à Fronteira, quilómetros 1.347

Distância do Lobito à região mineira

da Katanga: Quilómetros 1.800

## TELGRAMAS VALADEIRO

AMIANTO

BORRACHA

CORREIAS

ÓLEOS

SÊDAS SUISSAS PARA PENEIROS

Marca DUFOUR

PNEUMÁTICOS DAS MELHORES MARCAS

PARA AUTOMÓVEIS

PUADOS BELGAS PARA CARDAS

Cartão «KLINGERIT»-Vidros «KLINGER»

# Valadas, L.<sup>da</sup>

Escritório { C. do Marquês d'Abrantes, 1 a 5 }  
                  { Telefones: PB X 2 1224 - 2 1225 }  
Armazem { C. do Marquês d'Abrantes 27, 29 e 31 } LISBOA  
                  { Av. Presidente Wilson, 68, 70 e 72 }

FILIAIS { Porto — Rua Mousinho da Silveira, 73, 75 e 77-Telefone 739 }  
                  { Covilhã — Rua Visconde da Coriscada, 31 e 33-Telefone 103 }

PORTUGAL COLONIAL

# Companhia Nacional de Navegação

**Carreiras regulares entre Lisboa  
e todos os portos da Africa  
Occidental e Oriental Portuguesa**

**CARREIRAS REGULARES ENTRE  
TODOS OS PORTOS  
DA PROVINCIA**

SERVIÇO SEMANAL ENTRE LOURENÇO MARQUES E INHAMBANE e SERVIÇO QUINZENAL ENTRE LOURENÇO MARQUES E MOCIMBOA DA PRAIA, COM ESCALAS POR INHAMBANE, BEIRA, CHINDE, PEBANE, QUELIMANE, ANGOCHÉ, MOÇAMBIQUE, PORTO AMELIA, IBO E PALMA

**AGENCIA EM INHAMBANE—Nogueira, Limitada**  
**Telegramas "JOCARFINO"**

Caixa Postal n.º 39

## FABRICA DE CAL A MATTO

(Fundada em 1850)

E

**OFICINAS DE TAMBORES DE FERRO E BARRIS**

DE

José Monteiro de Vinhaes

Cal cosida pura a matto de 1.ª qualidade  
em pó para obras e em pedra para sulfato, estuque e fábricas

**CAL PARA EXPORTAÇÃO**

em tambores de ferro ou barris postos a bordo

Peso, qualidade e vasilhame garantido

**NÃO FABRICO CAL A CARVÃO**

Satisfaz-se qualquer pedido com rapidez

PREÇOS SEM COMPETENCIA

Escritório em Lisboa      Fábrica e Oficinas  
RUA AUGUSTA, 100, 1.º      BARREIRO - PALHAES  
TELEFONE 2 6160      Telefone Barreiro 13 — Cabine



# Cimento "TEJO"

NOVA FABRICAÇÃO COM  
INSTALAÇÃO DE FORNOS  
ROTATIVOS E OUTROS  
APERFEIÇOAMENTOS

O CIMENTO DE MAIOR CON-  
FIANÇA PARA OBRAS  
HIDRAULICAS E EM  
CIMENTO ARMADO

**PREÇOS VANTAJOSOS**

Estátuas—Mármore  
e todos os Materiais  
\* de Construção \*

**António Moreira Rato & Filhos**

54-A, Avenida 24 de Julho, 54-H

Telef. 2 6980

**LISBOA**

Telegr. RATOFILHOS

## Companhia do Comercio de Moçambique

*Sociedade Anonima de Responsabilidade  
Limitada*

Endereço telegrafico

**Monomotapa**

Telefone: 22240

**Praça Duque da Terceira, 24, 3.º**

**LISBOA**

# ANTUNES & ROSALIS

Sede em LOBITO  
End. Teleg. PROGRESSO  
Caixa Postal 87

LISBOA E LOBITO  
**IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO**  
Comércio Geral

Filial em LISBOA  
9-A, Campo das Ceboias  
End. Teleg. SILAZOR  
Telef. 2 3381

Armazem de Fazendas e Viveres por Atacado

Artigos de mercearia e louças das  
melhores procedências

Explêndido e enorme sortido de fazendas tanto  
\* \* \* para europeus como para indígenas \* \* \*

Camisaria, chapelaria, calçado, bicicletas  
\* \* \* e outros artigos de utilidade \* \* \*

**COMPRADORES:**

de géneros coloniais e de gados bovino, suíno  
e caprino par exportação

**SECÇÃO DE PADARIA**

Tendo sempre em Armazem grandes quantidades de farinha AUSTRALIANA

**FORNECEDORES A NAVIOS**

**AGENTES EM LOBITO:**

de pneumáticos e câmaras d'ar da afamada marca "MICHELIN",  
da Companhia de Seguros "A MUNDIAL",  
da Fábrica de Tabacos Ultramarina de LUANDA  
da Fábrica de artigos fotográficos da marca "AGFA",

# Madeiras

Importação directa de tôda a classe  
de madeiras destinadas à Construção  
Civil, Ramo de Tanoaria,  
Mercenaria, etc.

**Madeiras Contraplacadas**

De origem estrangeira e outras de  
produção Nacional, fabricadas nas  
Oficinas que instalámos com o ma-  
quinismo necessário para a fabricação  
:: :: do mencionado artigo :: ::

**Folhas a Cutelo**

VARIADO SORTIDO EM ARMA-  
ZEM DE FOLHAS DE FANTAZIA  
PARA DECORAÇÃO DE  
MOBILIÁRIO

**TORRENS, LIMITADA**  
Rua Vasco da Gama, 33—LISBOA

Tele fone: 2 6945  
gramas: FLORESTAL

# Companhia Nacional de Navegação

Serviço regular entre a metrópole, África Ocidental e Oriental, Brasil, norte da Europa e Mediterrâneo

## FROTA DA COMPANHIA Paquetes

	Ton.
NYASSA .....	9 000
ANGOLA.....	8.300
QUANZA.....	6.500
LOURENÇO MARQUES.....	6.400
MOÇAMBIQUE.....	6.000
PEDRO GOMES.....	5.500
ÁFRICA ... ..	5.500

## Vapores de cabotagem

LUABO .....	1.385
CHINDE.....	1.382
IBO.....	884
AMBRÍS .....	858
SAVE.....	765

## Vapores de carga

CUBANGO .....	8.300
S. TOMÉ .....	6.350
CABO VERDE .....	6.200
CONGO.....	5.000

## Rebocadores

*EM LISBOA:* — BEIRA 1.º e INCOMATI.

*EM ÁFRICA:* — TEJO, S. TOMÉ, CUIO e gasolina  
QUANZA.

## Batelões

20 em serviço em Lisboa e África.

**LISBOA:** Séde, R. do Comércio, 85

**PORTO:** Sucursal, R. da Nova Alfandega, 22

# FEBRICIL

Medicamento contra as SEZÕES, MALÁRIA, etc.  
Numerosos atestados insuspeitos confirmam a sua eficácia  
Não contem quinino nem arsenico

MEDICAMENTO CURATIVO, RECONSTITUINTE E APERITIVO

Medalha de Ouro na Exposição Colonial de Paris

MAIS CERTIFICADOS

**Carta do Rev.<sup>mo</sup> Snr. P.<sup>e</sup> José Maria Antunes,  
Procurador das Missões do Espírito Santo :**

Remeto-lhe uma declaração, que se refere a um dos casos mais importantes e convincentes que tenho presenciado, em favor da eficácia do **Febriçil**.—O cavalheiro, de que trata a declaração, foi tratado em nossa casa, e vinha de S. Tomé num tal estado de debilidade, e tão atacado pelo paludismo, que julgamos, no primeiro dia, *que nos ia morrer, e que já não havia remédio que o curasse*.—Felizmente foi essa primeira impressão desmentida, logo que tomou a primeira dose de **Febriçil**, como se vê pela declaração que ele fez, e cuja exactidão confirmo, desde o dia em que ele entrou para nossa casa. Convem dizer que já se passaram dois meses depois da cura, e que não houve mais recaída nenhuma.

Até hoje não tem havido caso nenhum de febres palustres entre os Missionarios vindos da Africa, e que se tem tratado na nossa residencia, que se não tenha curado com o **Febriçil**; e não tem sido preciso applicar-lhes o quinino.

O P.<sup>e</sup> André, de quem me pediu noticias, tomou algumas doses do **Febriçil**, antes de ir para o Gerez, e nunca mais lhe vieram as febres.—Rua de Santo Amaro, 75. Lisboa, 30-10-909.—P.<sup>e</sup> José Maria Antunes.

**O Ex.<sup>mo</sup> Sr. Dr. Antonio Emídio Abrantes,  
Dig.<sup>mo</sup> Engenheiro da Camara Municipal,** respondendo ao nosso questionario, diz que tendo contraído as febres em Angola em 1923 nunca conseguiu curar-se não obstante os tratamentos feitos com quinino. Em Julho tomou três doses apenas de **Febriçil** e não mais voltou a ter febres, sentindo-se agora optimo, com ex-

celente appetite e boa disposição. Chama ao **Febriçil** admiravel-medicamento.—Lisboa, 28-10-931.

Declaro que tendo empregado o **Febriçil** em todos os casos que se deve empregar, tenho tirado os melhores resultados.—Azambuja, 30 11-931.—*Alberto Guedes Coelho* (medico municipal).

**Do Sr. Comandante Joaquim Costa** recebemos uma carta datada de 30 de Novembro de 1931 que diz o seguinte: O **Febriçil** é simplesmente admiravel.

«Eu que ha 4 anos a esta parte venho sofrendo do paludismo contraído nas nossas colonias posso testemunhar que as minhas febres sempre renitentes ao emprego do quinino (pela via bucal e em injeções) e ao do arsenico, foram ha dias prontamente debeladas graças ao uso do 1.<sup>o</sup> frasco do **Febriçil**.

Não me cansarei de informar os meus camaradas da Armada e medicos militares e civis do meu conhecimento, dos efeitos absolutamente eficazes do **Febriçil**.

Ex.<sup>mo</sup>s Srs.: Tenho o prazer de lhes comunicar que, após as quatro doses do seu preparado **Febriçil**, me vejo alfim liberto de uma terçan reincidente e relapsa ao quinino.

Muito agradecido se confessa—*Oscar Cardoso* (1.<sup>o</sup> Tenente Medico), Rua de Arroios, 94, 1.<sup>o</sup>—Lisboa, 2 de Dezembro de 1931.

Vende-se nas boas farmacias e drogarias

**COMPANHIA COMERCIAL  
DE QUÍMICA INDUSTRIAL**

Rua do Carmo, 15, 1.<sup>o</sup>—LISBOA

Telef. 2 4380—Teleg. FEBRICIL—Lisboa